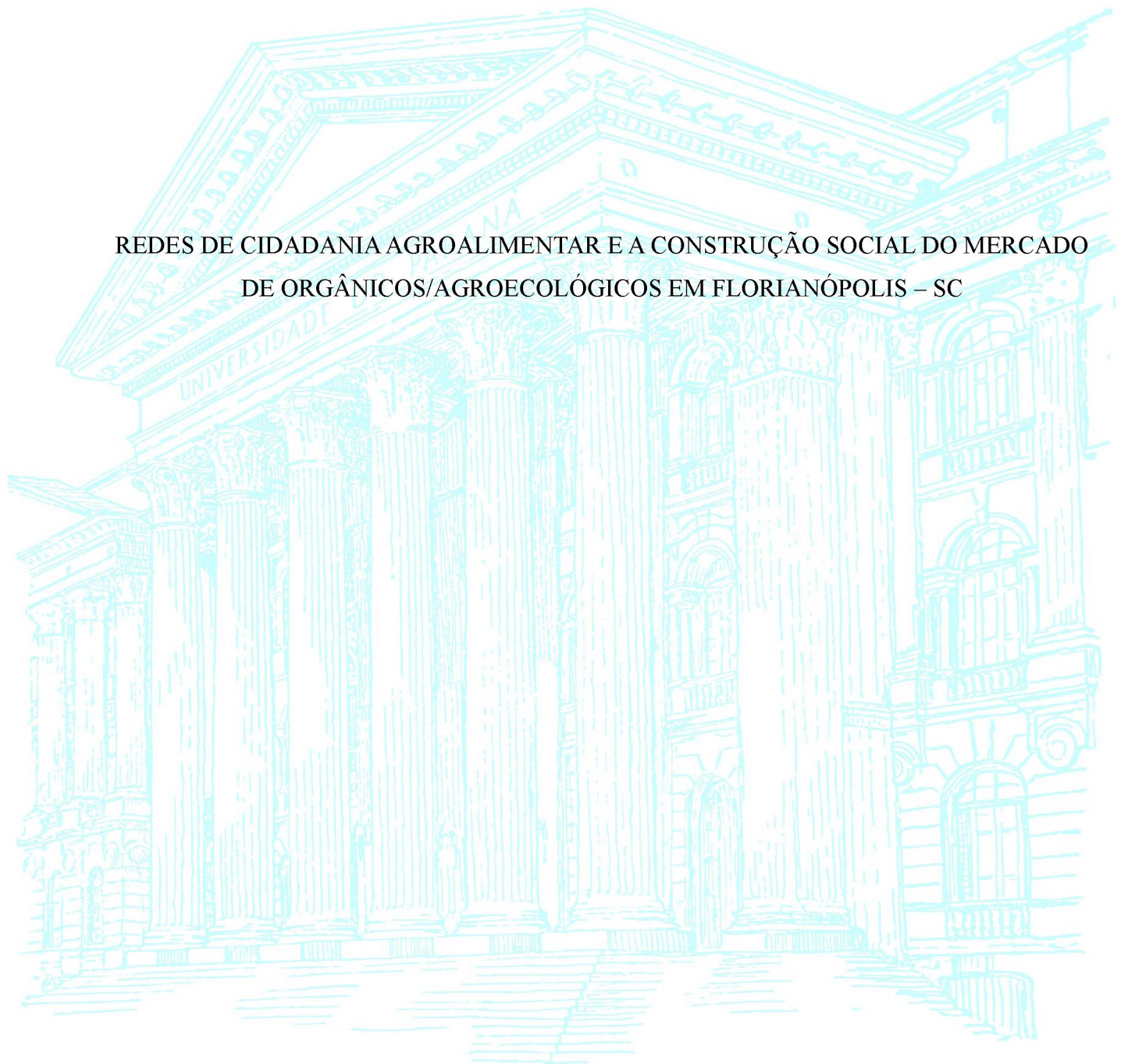


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAYANA LILIAN ROSA MIRANDA

REDES DE CIDADANIA AGROALIMENTAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO  
DE ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS EM FLORIANÓPOLIS – SC



CURITIBA

2020

DAYANA LILIAN ROSA MIRANDA

REDES DE CIDADANIA AGROALIMENTAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO  
DE ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS EM FLORIANÓPOLIS – SC

Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Carlos A. C. Sampaio  
Coorientador: Prof. Dr. Oscar J. Rover  
Coorientador: Prof. Dr. Valdir Denardin

CURITIBA, 2020

Miranda, Dayana Lilian Rosa

Redes de cidadania agroalimentar e a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis - SC. / Dayana Lilian Rosa Miranda - Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Orientador: Carlos A. C. Sampaio.

Coorientadores: Oscar J. Rover; Valdir Denardin.

1. Alimentos orgânicos - Comércio. 2. Consumidor - Aspectos sociais.  
3. Distribuição de mercadorias. I. Sampaio, Carlos A. C. II. Rover, Oscar J. III. Denardin, Valdir. IV. Título. V. Universidade Federal do Paraná.

Sistema de Bibliotecas/UFPR

Guilherme Luiz Cintra Neves - CRB9/1572



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO - 40001013029P1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **DAYANA LILIAN ROSA MIRANDA** intitulada: **REDES DE CIDADANIA AGROALIMENTAR E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MERCADO DE ORGÂNICOS/AGROECOLÓGICOS EM FLORIANÓPOLIS - SC**, sob orientação do Prof. Dr. CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 23 de Março de 2020.

Assinatura Eletrônica  
15/05/2020 00:17:54.0

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO  
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica  
19/05/2020 18:28:28,0

MARIA JOSE NASCIMENTO SOARES  
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SERGIPE/PRODEMA)

Assinatura Eletrônica  
15/05/2020 10:21:41,0

ISABEL JUREMA GRIMM  
Avaliador Externo (INSTITUTO SUPERIOR EM ADMINISTRAÇÃO E  
ECONOMIA - ISAE-FGV)

Assinatura Eletrônica  
18/05/2020 11:31:28,0

FRANCESCA FORNO  
Avaliador Externo (UNIVERSITÀ DI TRENTO - UNITRENTO)

Assinatura Eletrônica  
15/05/2020 08:06:24,0

MAYRA TAIZA SULZBACH  
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rua dos Funcionários 1540 - CURITIBA - Paraná - Brasil  
CEP 80035-050 - Tel: (41) 3350-5764 - E-mail: made@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.  
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 41556

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>  
e insira o código 41556



Dedico essa tese de doutorado a minha vó Leonidya Fressatto Rosa, que permanece viva no meu coração e nas minhas mais doces lembranças.

Gratidão por tudo vó!

## AGRADECIMENTOS

Agradeço pela vida, pela vontade e alegria de viver, pela fé, pelo amor e a paz que hoje habitam meu ser, e, ao supremo universo que de tudo se encarrega. Sou grata por todos os aprendizados que vieram intrínsecos ao doutorado, pelo renascimento e pelos processos lindos e transformadores pelos quais passei durante esses quatro anos.

Agradeço pelo acolhimento desses três últimos anos que o professor Oscar José Rover me proporcionou através das aulas optativas na UFSC, depois do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar e do projeto das Células de Consumidores Responsáveis, estágio docência, e também por sua maestria na coorientação de minha tese, e claro, pela amizade e dedicação para além das questões estudantis e profissionais. Agradeço também a toda equipe do LACAF/UFSC que esteve participando ativamente nos processos de pesquisa.

Agradeço pelo imenso carisma e empatia que meu orientador Carlos Alberto Cioce Sampaio teve comigo nesses quatro anos, pela orientação assertiva, respeito, confiança, por todos os processos e mudanças que enfrentei com a ajuda dele, e pela conclusão desse doutorado.

Agradeço ainda ao professor e coorientador Valdir Denardin pela dedicação e participação que ele teve no processo final da tese, pelos ricos detalhes e refinamento da pesquisa, assim como pela atenção e ajuda dedicada.

Agradeço também por todos os membros da banca, à professora Maria José Nascimento Soares (UFS) e a professora Mayra Taiza Sulzbach (UFPR) pelas contribuições de pesquisa e participação, e também, em especial a professora Isabel Jurema Grimm e a professora Francesca Forno, pelos aconselhamentos e atenção dedicada.

Agradeço a minha família, tio, irmã, primas, sobrinhos, aos meus antepassados, e em especial a minha mãe e conselheira Alceli Rosa, que mesmo longe sempre esteve tão perto. Agradeço também com muito amor ao meu marido e companheiro Felipe Rovai Schaefer por toda a paciência, apoio e amor ao longo desse e de outros tantos processos sob os quais passei, e principalmente por ter me concedido a dádiva de ser mãe neste ano de 2020 e me presentear com uma família e um lar. Agradeço à nossa bebêza Laura Rosa Rovai, pela benção recebida em nossas vidas e por todo o aprendizado, amor e alegrias que sua chegada nos trouxe.

Por fim agradeço a CAPES pelo auxílio recebido nos dois últimos anos do doutorado, de modo a possibilitar a conclusão do mesmo.

“Todos têm um propósito de vida... um dom singular ou um talento único para dar aos outros. E quando misturamos esse talento singular com benefícios aos outros, experimentamos o êxtase da exultação de nosso próprio espírito – entre todos, o supremo objetivo”.

Deepak Chopra

## RESUMO

O presente estudo propõe uma análise da construção social de mercados orgânicos/agroecológicos através da formação de redes de produção-consumo na cidade de Florianópolis – SC. Na pesquisa, apresenta-se o diálogo com temáticas ligadas às dinâmicas de: (i) construção social de mercados; sendo a fundamentação teórica baseada em (ii) circuitos curtos de comercialização de alimentos (CCC); (iii) redes agroalimentares alternativas (RAA); e, (iv) redes de cidadania agroalimentar (RCA); analisando na empiria as transformações nas relações consumo-produção de alimentos de base agroecológica a partir da atuação em rede. Assim, o estudo propõe uma articulação entre produção e consumo como categorias analíticas através da complexidade das temáticas abordadas. Utiliza-se para tal análise um mapeamento de iniciativas que compõem a Rede de Cidadania Agroalimentar da Grande Florianópolis, apresentando como produto final um mapa desenvolvido para auxiliar na troca e acesso às informações sobre circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos na região; bem como a análise do caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) e as potencialidades de tal iniciativa acerca da construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade. Trata-se de uma ação de pesquisa social com forte base empírica, concebida e realizada em estreita associação com os atores sociais envolvidos e de forma integrada com a situação de análise a ser investigada, sendo a observação participante o método de pesquisa utilizado. Conclui-se que as iniciativas analisadas são resultado de uma coordenação coletiva entre atores sociais ligados ao agroalimentar do território, que, apesar de não levar o nome de rede de cidadania agroalimentar, se faz presente e caracteriza-se como sendo uma rede emergente e em pleno processo de desenvolvimento em Florianópolis-SC, em um processo factível de construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade. A contribuição da presente pesquisa foi, entre outras, identificar essa rede como tal e dar um nome a esse decurso que já vem se formando ao longo dos anos. Também, contribuir efetivamente para a problemática apresentada, de forma a mapear e reunir sob formato de mapa *on line* as diversas informações acerca das iniciativas de CCC e seus respectivos produtores e organizações de apoio à comercialização e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos do território, trazendo, por fim, a análise da experiência das Células de Consumidores Responsáveis como estudo de caso específico.

Palavras-chave: Construção social de mercados. Redes de Cidadania Agroalimentar. Alternativas. Circuitos Curtos de Comercialização. Mapa da Rede De Cidadania Agroalimentar da Grande Florianópolis – SC. Células de Consumidores Responsáveis (CCR).

## ABSTRACT

The present study proposes an analysis of the organic/agroecological social construction of markets through the formation of production-consumption networks in Florianópolis – SC city. The research presents a dialogue with themes related to the dynamics of: (i) social construction of markets; being the theoretical basis based on (ii) short food supply chains (SFSC); (iii) alternative agri-food networks (AAFN); and, (iv) civic food networks (CFN); analyzing empirically the changes on consumption-production relations of agroecological foods from the network acting. Thus, the study proposes an articulation between production and consumption as analytical categories through the complexity of the themes addressed. For this analysis, was used a mapping of the initiatives that compounds the Greater Florianópolis Agri-Food Citizenship Network, presenting as a final product a map developed to assist the exchange and access to information related to short food supply chains of organic/agroecological products in the region; as well as analyzing the case of study called Responsible Consumers Cells (CCR), and the potential of such initiative regarding the social construction alternatives to the organic/agroecological market in the city. It is a social research action with a strong empirical basis, conceived and executed in close association with the social actors involved and in an integrated form with the analysis situation to be investigated, which suggest participant observation as research method used. Was concluded that the analyzed initiatives are the result of collective coordination between social actors linked to the agri-food in the territory, despite the fact of not be called as agri-food citizenship network, is present and characterized as being an emerging network in full development process in Florianópolis-SC, in a feasible process of social construction alternatives for the organic/agroecological market in the city. The contribution of this research was, among others, to identify this network as such and give a name to it, what has been forming over the years. Also, to contribute effectively for the problem presented, in order to mapping and gather it in an online map the many information about the SFSC initiatives and their respective producers and supporting organizations of organic/agroecological production and commercialization in the territory, bringing, finally, the Responsible Consumer Cells analysis as a specific study case.

**Keywords:** Social construction of markets. Civic food networks. Alternatives. Short food supply chains. Greater Florianópolis-SC Agri-food Citizenship Network Map. Responsible Consumer Cells (CCR).



## LISTA DE QUADROS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1: Linha do tempo da construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis – SC .....	64
Quadro 1: Quadro analítico da tese .....	72
Figura 2: Tipologias das iniciativas mapeadas no Mapa da RCA .....	77
Figura 3: Critérios e sub-critérios de entrada na Mapa da RCA .....	79
Figura 4: Planilha de iniciativas de comercialização mapeadas .....	81
Figura 5: Planilha de iniciativas de produção mapeadas .....	81
Figura 6: Planilha de organizações de apoio mapeadas .....	82
Figura 7: Planilha “banho maria” .....	83
Figura 8: Imagem ilustrativa do site Mapa da RCA da Grande Florianópolis – SC .....	85
Figura 8: Legenda Mapa da RCA da Grande Florianópolis – SC .....	86
Figura 10: Mapa de localização das CCR por regionais da Grande Florianópolis – SC .....	101
Gráfico 1: Nível de proximidade entre consumidores e agricultores no projeto CCR .....	104
Gráfico 2 – Nível de importância que os consumidores (A) e os coordenadores de agricultores (B) dão para o estreitamento de relações entre eles nas CCR .....	106

## LISTA DE SIGLAS

AFN.....	Alternative Food Networks
AMAP.....	Associações para a Manutenção de Agricultura Camponesa
CEASA .....	Central Estadual de Abastecimento
CCA/UFSC.....	Centro de Ciências Agrárias da UFSC
CCC.....	Circuitos Curtos de Comercialização
CCE.....	Compras Coletivas Ecosolidárias
CCR.....	Células de Consumidores Responsáveis
CPDA.....	Compras Diretas por Pedido Antecipado
CEPAGRO.....	Centro de Estudo e Promoção da Agricultura de Grupo
CFN.....	Civic Food Networks
CMMAD.....	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPq.....	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSEA/SC.....	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina
CSA.....	Comunidades que Sustentam a Agricultura
EPAGRI.....	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
GAS.....	Grupos de Compra Solidária
GAK.....	Grupo Autogestionado de Consumo/ Grupos de Consumo Agroecológico
LACAF/UFSC.....	Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da UFSC
MDA.....	Ministério do Desenvolvimento Agrário
ONG.....	Organização não governamental
ONU.....	Organização das Nações Unidas
PPGA .....	Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas
PPGMADE.....	Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
RAA.....	Redes Agroalimentares Alternativas
RCA.....	Redes de Cidadania Agroalimentar
RMF.....	Região Metropolitana de Florianópolis
SFSC.....	Short Food Supply Chain
UFSC.....	Universidade Federal de Santa Catarina
UFPR.....	Universidade Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PREÂMBULO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>20</b>
3.1	Uma introdução ao desenvolvimento e o meio ambiente .....	20
3.2	Desenvolvimento à Escala Humana .....	25
3.3	A construção social de mercados e os mercados tradicionais .....	27
3.4	Novas formas de produção e provisionamento de alimentos na sociedade contemporânea .....	37
3.5	A construção social de mercados e o boicote das grandes corporações agroalimentares .....	54
3.6	Redes de cidadania agroalimentar e mercados de reciprocidade .....	59
<b>4</b>	<b>PROCESSOS METODOLÓGICOS GERAIS .....</b>	<b>67</b>
4.1	Caracterização da área de estudo .....	67
4.2	Delimitação metodológica geral e sua delimitação .....	73
4.3	Quadro analítico .....	78
4.4	Procedimentos metodológicos específicos referente ao caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) .....	80
<b>5</b>	<b>O MAPA DA REDE AGROALIMENTAR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS-SC.....</b>	<b>83</b>
5.1	Desenvolvimento e procedimentos metodológicos específicos .....	83
5.2	Análise e discussão dos dados .....	94
<b>6</b>	<b>O CASO DAS CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR) .....</b>	<b>103</b>
6.1	Caracterização do objeto de estudo .....	103
6.2	Análise e discussão dos dados .....	110
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES FINAIS .....</b>	<b>124</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>129</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>139</b>
	<b>ANEXOS .....</b>	<b>146</b>

## 1 PREÂMBULO

O projeto parte da abordagem de pesquisa proposta pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE, na qual a concepção interdisciplinar de ensino e aprendizagem oportuniza ao longo dos dois primeiros anos uma visão sistêmica das temáticas relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento e sociedade, compreendendo suas inter-relações, potencialidades e desafios. A prática interdisciplinar, necessária à superação de uma visão quase monocromática de mundo, baseada na racionalidade industrial, material e econômica, vem a ampliar os horizontes do saber e do olhar técnico científico voltado às reais necessidades de pesquisa e às atitudes propositivas investigativas de interesse da sociedade.

A construção coletiva de conhecimento e dos projetos de pesquisa iniciou-se a partir das aulas ministradas no Programa, e oficinas de Construção de Pesquisa Interdisciplinar, primeiramente de forma coletiva com todos os estudantes e, em seguida, na especificidade das linhas de pesquisa – no presente caso na linha de “Urbanização, Cidade e Ambiente Urbano”; tendo como abordagens temáticas da turma de doutorado PPGMADE XII: “Conflitos Socioambientais e (In)Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternatividades de Desenvolvimento”. Tais abordagens foram discutidas nas aulas e também em seminários preparados pelos doutorandos para o aprofundamento dos conceitos em uso e noções de pesquisas.

No segundo ano do doutorado, fora cursada uma disciplina optativa na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, que tratava do tema “Dinâmicas Socioeconômicas da Agricultura Orgânica”; sendo meses depois, vindo a presente autora deste estudo vindo a fazer parte da equipe do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF/UFSC como bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ de apoio técnico em extensão, ocupando o cargo de coordenadora do projeto intitulado de: “Abastecimento de alimentos agroecológicos em cidades populosas: uma tecnologia social de venda direta com educação alimentar”.

O referido projeto prevê a criação de Células de Consumidores Responsáveis (CCR), objetivando fortalecer redes agroecológicas de abastecimento alimentar na Região Metropolitana

de Florianópolis (RMF) através da venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos<sup>1</sup> da educação para o mercado e do consumo ético/responsável; tema que está intrinsecamente correlacionado com a proposta de pesquisa da presente tese. Importante destacar que tais circunstâncias originaram o que podemos nomear de um “doutorado sanduíche”, ou seja, um convênio formalizado entre universidades (UFPR e UFSC) para que a pesquisa de campo e proposta de tese pudesse vir a ser desenvolvida *in loco*, e auxiliada sob forma de coorientação pelo professor responsável pelo LACAF/UFSC e ações desenvolvidas via Laboratório.

Assim, esse processo de construção coletiva de conhecimento e as experiências vivenciadas ao longo das etapas de elaboração do projeto de pesquisa, acarretaram no desenvolvimento de uma proposta de pesquisa de tese que buscou analisar a lógica dos circuitos curtos de comercialização – CCC, aliado às alternativas (tema comum da turma XII). Finalmente, o amadurecimento das ideias culminou no presente estudo, que aborda tanto a perspectiva da pesquisa teórica quanto o da empiria e extensão.

Destaca-se que a presente tese integra a linha de pesquisa do Urbano, tendo como abordagens de estudo as temáticas ligadas à urbanização e meio ambiente e os problemas socioambientais contemporâneos. Trata-se da relação sociedade-natureza e os conflitos, riscos, vulnerabilidades, resiliência socioambiental nas cidades e toda complexidade envolvida. Em suma, busca-se voltar olhares às alternativas, também denominada por ecossocioeconomias, encontradas por sua vez na área urbana. Tais alternativas impulsionam movimentos de força contrária aos problemas contemporâneos, em uma tentativa de desenvolvimento de um pensamento crítico em torno da questão da resiliência socioambiental das cidades modernas, bem como os possíveis caminhos a serem trilhados como modelo de desenvolvimento nos territórios, para que estes continuem a prosperar de forma sustentável.

---

<sup>1</sup> Na experiência é definido que se busca a construção deste tipo de mercado, fazendo referência a alimentos orgânicos/agroecológicos. Destaque-se que os alimentos comercializados são na maioria orgânicos certificados pela Rede Ecovida de Agroecologia. Entretanto, também são ofertados alguns alimentos não certificados e que estão em conversão orgânica, ou são produzidos com métodos que reduzem o uso de insumos agroquímicos. A este conjunto a experiência denomina de alimentos orgânicos/agroecológicos.



## 2 INTRODUÇÃO

Tem-se que o abastecimento agroalimentar nas cidades passou por profundos processos de transformação, dado as formas de produção e consumo de alimentos que foram instituídas a partir do chamado processo de “Modernização Conservadora”<sup>2</sup>. Estes, favoreceram a distribuição de alimentos em cadeias longas, entre o produtor, normalmente rural, e o consumidor, geralmente, urbano, e de forma não sustentável. Tal fenômeno é intitulado pelos economistas ecológicos como pegada ecológica<sup>3</sup> ao tratar da avaliação da pressão do consumo das populações humanas sobre os recursos naturais.

Os padrões e formas de produção estabelecidos pela modernização conservadora e seus reflexos perduram até a atualidade, gerando no atual arranjo agroalimentar o que podemos chamar de um afastamento entre os atores da produção e do consumo em três dimensões interligadas, a saber: (i) dimensão geográfica ou espacial, que representa a longa distância que o alimento percorre até o local de consumo; (ii) dimensão informacional, que representa a falta de conhecimento por parte dos consumidores acerca da origem e modos de produção sob os quais os alimentos foram produzidos e; (iii) dimensão relacional, que refere-se ao elevado número de intermediários e/ou atravessadores existentes entre agricultores e consumidores; que por sua vez, operam a cadeia de abastecimento agroalimentar. Autores como Goodman (1990; 2002;2003;2004;2009;2014;2017), Renting (2003;2012), Marsden (1998;2000;2002;2003), Banks (2000;2002;2003), Giddens (2012), Ploeg (2006;2008;2011), Portilho (2005;2009), Schneider (2011), Rover (2007;2013;2016), Brunori (2012), Darolt (2012;2016), Anjos (2017), entre outros; discorrem sobre a importância do desenvolvimento dos territórios pautado no resgate dessas três dimensões (geográfica, informacional e relacional), e da necessidade de

---

2 A alteração da base técnica da agricultura, associada à sua articulação "com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a atividade, juntamente com a indústria processadora de produtos naturais" levou à formação do chamado "complexo agroindustrial" (DELGADO, 1985, p.19; SORJ, 1980, p.29-30) ou à "industrialização da agricultura" (GRAZIANO da SILVA, 1987, p.19). Essa modernização fora feita sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, tornando-se maiores as disparidades de renda, acentuando o êxodo rural, aumentando a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas e a autoexploração nas propriedades menores, endividando o pequeno agricultor, enfim, em termos gerais, piorando a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso a expressão “modernização conservadora”.

3 A Pegada Ecológica ou Ecological Footprint Method (EFM) consiste em um indicador alternativo para o estudo da sustentabilidade ecológica, metodologia que tem sido constantemente usada por pesquisadores e ambientalistas para mensurar a sustentabilidade de cidades ou países. Mathis Wackernagel e Willian Rees apresentaram a ferramenta em 1996 no livro *Our Ecological Footprint*, no qual descrevem os resultados que o indicador pode revelar sobre um dos pilares do desenvolvimento sustentável, a saber, a dimensão ambiental (Firmino et.al., 2009).

contrapor-se às formas intensivas de produção e ao *mainstream* da distribuição e consumo de alimentos que vêm sendo edificadas no mundo ocidental desde meados dos anos de 1980.

Sob o ponto de vista de Silva (2003), as condições econômicas, sociais e políticas impostas pela “modernização conservadora” indicam disparidade entre diferentes classes sociais, marginalizando diretamente as classes menos favorecidas como os agricultores com baixo poder aquisitivo, pequenos proprietários e agricultores familiares. Marx (1976) ao discorrer sobre a penetração do capitalismo na agricultura, analisa que, através de tais classes sociais, a obtenção do lucro pelo capital se daria na forma de uma renda fundiária decorrente do monopólio da terra e na extração de mais-valia do trabalhador rural. Tal panorama, se forma em um período pré-capitalista, que segundo o autor:

Quando da penetração do capital na agricultura, este não só encontra diferentes formas de propriedade da terra – a partir das quais passa a impor uma nova forma de propriedade, em que a terra passa a se transformar em mercado – como também encontra, por razões históricas, uma classe que detém o monopólio da propriedade da terra (p. 29).

Especificamente relacionado ao mercado agroalimentar, sob a perspectiva de Rover; Riepi (2016), profundas mudanças no ambiente concorrencial nas últimas décadas podem ser constatadas, as quais elevaram os níveis de eficiência pressionando os custos e acelerando o ritmo de inovações e modernizações tecnológicas. O resultado imediato dessas novas condições seria a fragilização da agricultura de base familiar e de suas organizações econômicas, transformando radicalmente os padrões de coordenação entre os atores ao longo das cadeias agroalimentares. A organização do mercado, por sua vez, é fruto de uma inter-relação de diversos organismos poderosos de cadeias globais de valor, comandadas por capitais agroindustriais e comerciais cada vez mais integrados por meio do capital. Essa integração financeira dos capitais se estende para a concentração dos canais de distribuição varejistas, a exemplo das grandes redes de supermercado, formando o que Ploeg (2008) denomina de “Impérios Alimentares”.

Ainda segundo o autor, há grande variedade de mudanças na produção, processamento e consumo de alimentos e na “*gestio*” da natureza, uma vez que os impérios alimentares que emergem atualmente, partilham de várias características, tais como o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas (PLOEG, 2008). Há uma conquista imperial no que diz respeito à integridade dos alimentos, à dinâmica da natureza e aos

recursos e aspirações de muitos agricultores. Tal conquista se processa estrategicamente como uma desconstrução continuada, seguida da reformulação de muitas inter-relações e ligações que caracterizam os domínios da agricultura, dos alimentos e da natureza, marcada pelas novas tecnologias e a dependência generalizada de sistemas de conhecimento institucionalizado.

Na contemporaneidade, soma-se ao panorama intensivo de produção agroalimentar industrial também as altas cargas tributárias, o uso de mecanização pesada, combustíveis fósseis, adubos químicos de alta solubilidade, agrotóxicos, o melhoramento genético de cultivos e criações (ANJOS; CALDAS, 2017) e ainda todos os incentivos fiscais concedidos pelo governo às indústrias que desenvolvem esse “pesado arsenal”, ou por assim dizer “pacote tecnológico”, somado à cômoda ausência de regulação estatal brasileira frente aos chamados “escândalos alimentares” atuais.

Em decorrência desses fenômenos, a questão alimentar representa um elemento notável para tentarmos compreender as metamorfoses sob as quais que atravessa o mundo moderno.

Desta forma, busca-se através do marco teórico do presente estudo, trazer primeiramente a reflexão sobre questões relacionadas aos modos de produção, abastecimento e consumo atual de alimentos a partir da perspectiva hegemônica. Esta aparece pautada na industrialização dos gêneros alimentícios, no uso desenfreado de agrotóxicos e pacotes tecnológicos e na produção em larga escala, ocasionando efeitos deletérios nas esferas ambiental, social, econômica, política e cultural que compõe a cadeia agroalimentar. Ao que segue, elucida-se a quebra desse paradigma que vêm ocorrendo a partir da reconexão entre produção e consumo, e da realocização dos sistemas agroalimentares contemporâneos.

Nessa lógica, há movimentos e ações sociais contrárias às formas industriais de produção agroalimentar ganham força na contemporaneidade, atuando de forma a direcionar os processos de plantio, abastecimento e consumo de alimentos rumo a caminhos alternativos. Muitos destes movimentos defendem modos sustentáveis de se fazer agricultura, reconectando produtores e consumidores, resgatando valores culturais e sociais tradicionais, realocizando a produção dos alimentos nos territórios e promovendo as relações mercantis de proximidade.

No âmbito do mercado e suas relações intrínsecas, tem-se que este sempre foi socialmente construído (GRANOVETTER, 1985). Sob a ótica de Polanyi (2000), através da organização contra hegemônica articulada em diversos níveis (social, político, econômico) e

escalas (do local ao global), assim como da ativação e enraizamento de instituições democráticas, os atores sociais podem estabelecer mecanismos de regulação e controle do mercado. Tal controle social pode ser tanto no que se refere ao risco da exacerbação (ideologia neoliberal) quanto ao autoritarismo do Estado; sendo, portanto, uma vez que articulado, capaz de promover processos de mudança social, democratização econômica e transformação estrutural das sociedades.

O ponto que perpassa a presente pesquisa é a necessidade de manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar<sup>4</sup> e de seu potencial como modelo sociocultural, econômico e ambiental, operada na lógica dos circuitos curtos de comercialização (CCC), onde a proximidade geográfica, informacional e relacional dos atores que compõe a cadeia faz-se ponto chave ao discutirmos alternativas ao atual modelo agroalimentar. Trata-se de entender em que condições os agricultores familiares, consumidores e organizações locais envolvidas na cadeia agroalimentar do território podem agir frente aos desafios colocados pela forma atual com que a dinâmica capitalista opera na agricultura e em seus modos de produção, abastecimento e consumo.

Frente a essa questão do papel dos atores e das instituições na orientação do comportamento do ator econômico e, portanto, na regulação do mercado, Durkheim e Weber iniciaram estudos sociológicos de mercados em termos de construção social, contribuindo diretamente para a emergência da nova sociologia econômica na década de 1970 (RAUD-MATEDDI, 2005).

De acordo com Bourdieu (1987), as ações dos consumidores são cruciais enquanto mecanismos de concepção de identidades sociais e de estilos de vida. Do ponto de vista sociológico, as escolhas alimentares estão estritamente associadas a tais estilos de vida, identidade e distinção entre classes sociais (BOURDIEU, 1979), bem como a expressão insofismável de exercício da cidadania (PORTILHO, 2005). Consumir e alimentar-se é, não somente um ato de satisfação de uma necessidade fisiológica, mas sim uma opção, uma escolha, repleta de significados e valores intrínsecos a esta, tal como sugere Max-Neef (2012) quando se refere aos tipos de satisfatores das necessidades humanas.

---

4 A Lei da Agricultura Familiar (11.326/06) considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: (i) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 módulos fiscais; (ii) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; (iii) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e (iv) dirija o estabelecimento ou empreendimento com a família.

Nesse sentido, podemos elucidar a expressão “consumo crítico”, definido como a prática de organizar os hábitos de compra e de consumo, priorizando os produtos que atendam a determinados requisitos de qualidade, incluindo as preocupações com a sustentabilidade ambiental e o respeito aos valores éticos nas relações de trabalho e produção (GRAZIANO, 2009, p. 178), vindo a exercer um ato político de consumo capaz de promover mudanças nas mais diversas escalas da sociedade.

Ao que segue, a disfunção que se apresenta é justamente essa alienação alimentar contemporânea, marcada pelo atroz distanciamento entre o mundo da produção e a esfera do consumo, e conseqüente perda de valores éticos como solidariedade, confiança e reciprocidade, entre outros aspectos anteriormente ressaltados.

O ambiente empírico da proposta, por sua vez, se dá na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Esta, apesar de ser uma capital com inúmeras iniciativas que proporcionam o acesso a mercados de alimentos orgânicos/agroecológicos de proximidade, é identificada a falta de informação e desarticulação das iniciativas existentes, fato que gera uma assimetria informativa entre os atores do agroalimentar. Tal fato gera dificuldade de acesso a estes tipos de produtos, representando desta forma, um gargalo ao desenvolvimento de uma atuação em rede, e conseqüentemente de um consumo mais crítico e democrático.

Nesse tocante, a problemática de pesquisa refere-se ao fato de que, existem diversas iniciativas de comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos presentes na cidade de Florianópolis, porém, que nem sempre “se articulam”, fazendo com que a informação não circule entre os atores, ocasionando certas dificuldades em termos de incremento de produção/distribuição, abastecimento/acesso a alimentos orgânicos/agroecológicos e atuação em rede.

O objetivo geral da presente investigação é analisar a construção social de mercados orgânicos/agroecológicos através das alternativas e formação de redes de produção-consumo na cidade de Florianópolis – SC.

Este, desdobra-se em objetivos específicos que propõe: (i) mapear as iniciativas de circuitos curtos de comercialização (CCC) de alimentos orgânicos/agroecológicos existentes na cidade de Florianópolis; (ii) criar um produto técnico sob forma de mapa, uma ferramenta virtual de apoio a divulgação e ao estabelecimento de iniciativas de CCC de alimentos



orgânicos/agroecológicos existentes no território; e, (iii) analisar o caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) e as potencialidades de tal iniciativa acerca da construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade.

Em termos de clarificação, as CCR consistem em arranjos de venda direta por pedido e pagamento antecipado de alimentos orgânicos/agroecológicos a preços abaixo do praticado no mercado local. O modelo é estruturado a partir de “cestas fechadas” entregues semanalmente em pontos de partilha espalhados por zonas/bairros da cidade de Florianópolis. Atualmente existem 11 CCR em pleno funcionamento na cidade (ver figura 9).

Diante do exposto, propõe-se o diálogo com temáticas ligadas às dinâmicas de: (i) construção social de mercados; sendo a fundamentação teórica baseada em (ii) cadeias curtas de abastecimento alimentar/circuitos curtos de comercialização de alimentos; (iii) redes agroalimentares alternativas; e, (iv) redes cívicas agroalimentares/ redes de cidadania agroalimentar. Assim, o estudo propõe uma articulação entre produção e consumo como categorias analíticas através da complexidade das temáticas acima abordadas, tema que ainda consiste em um desafio para os estudos agroalimentares atuais de acordo com Goodman (2002).

Destarte, quais seriam os elementos basilares da construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos através do estabelecimento de relações diretas entre consumo e produção? Elucida-se, portanto, as ramificações conceituais presentes em torno da discussão sobre construção social de mercados e alternativas, que atuam como temas “guarda-chuva”. São estes: (i) territorialização; (ii) agroecologia; e (iii) governança; abordados como categorias analíticas do presente estudo, como o explicitado detalhadamente no capítulo 4 do presente estudo.

Justifica-se desta forma a presente pesquisa com base na premissa de que, a construção social dos mercados agroalimentares tem sido considerada na literatura acadêmica como uma nova modalidade de desenvolvimento territorial, alicerçada em uma maior aproximação entre produtores, geralmente rurais, e consumidores, normalmente urbanos, e consequente construção social da qualidade dos alimentos (MARSDEN *et al.*, 2000). Ao que segue, a presente proposta compromete-se a tratar dessas variáveis de pesquisa no sentido de contribuir para os estudos ligados a modelos alternativos de mercados agroalimentares de alimentos orgânicos/agroecológicos.

### 3 MARCO TEÓRICO

#### 3.1 Uma introdução ao desenvolvimento e o meio ambiente

A relevância dada ao desastre ecológico associado às guerras e conflitos armados mostra que a variável meio ambiente já é reconhecida como parte intrínseca das questões econômicas e sociais e seus mais variados interesses do mundo moderno, sendo, portanto, inevitável colocá-la como condicionante da própria ideia de progresso e desenvolvimento da humanidade.

Seguindo uma ordem cronológica dos fatos, o período pós-guerra pode ser considerado o auge do desenvolvimento capitalista, porém, no início da década de 1960, começam a surgir as primeiras evidências sobre os limites impostos a uma economia sustentada basicamente as custas de recursos naturais (renováveis e principalmente não renováveis) e combustíveis fósseis. Um modelo responsável por graves disrupturas ambientais e sociais, como poluição, desemprego, pobreza, urbanização, favelização, violência, mudança das relações de capital e trabalho, entre outras.

O mundo já convivia com uma série de problemas, como a morte de 1600 pessoas em Londres em 1952 devido ao ar altamente poluído, a morte do lago Eire nos Estados Unidos, ou o aumento da poluição de grandes rios como o Mosa, o Elba e o Reno na Europa, além do envenenamento por mercúrio em Minamata no Japão, casos isolados ao redor do globo que causaram grande repercussão. A publicação do livro de Rachel Carson “*Silent Spring*” em 1962 vem com o intuito de denunciar o efeito dos agroquímicos sobre os ecossistemas, tornando-se um *best-seller* que populariza a problemática ambiental (BONDUKI, 1985; GODOY. s/d).

Em 1972 realiza-se a primeira Conferência da ONU sobre Meio Ambiente Humano na cidade de Estocolmo, Suécia. Este encontro é reconhecido como a primeira tentativa de conciliação entre os interesses dos países chamados “desenvolvidos” e os “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”, e os possíveis caminhos a serem trilhados rumo ao desenvolvimento sustentável. Durante a Conferência, entre outras ações, fora criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sendo o dia 5 de junho escolhido como o Dia Mundial do Meio Ambiente (BONDUKI, 1985; VIOLA, 1991; FOLADORI, 2001; PIERRI, 2005).

Também em 1972 é publicado o primeiro informe do Clube de Roma<sup>5</sup>, sob o título “Os Limites do Crescimento”, que aborda o discurso sobre a crescente utilização dos recursos naturais, a população que cresce exponencialmente, e questões sobre poluição e impactos negativos variados, causados por problemáticas advindas do desenvolvimento insustentável das sociedades. Inspirada na obra de Malthus, a proposta central do documento é a do 'crescimento zero', tanto em termos econômicos quanto populacional. Em resposta ao documento do clube de Roma, os países em desenvolvimento que foram categoricamente contra a proposta lançaram a Carta de Bariloche, onde se defendia a ideia que os limites do desenvolvimento são de ordem sociopolítica e não de ordem física (VIOLA, 1991; FOLADORI, 2001; PIERRI, 2005).

No Brasil, a questão ambiental nunca foi prioridade, e até o final do regime militar (meados de 1985) a intensão era claramente oposta: investir no “desenvolvimento a qualquer custo”, mesmo que esse fosse predatório. Durante a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e discussões sobre os limites do crescimento propostos pelos países chamados desenvolvidos, o Brasil teve forte reação contrária, com a adoção do *slogan* 'poluir é desenvolver'. O governo da época convidava através de anúncios em periódicos indústrias poluidoras a instalar-se no país via isenção de impostos e uma série de incentivos fiscais (VIOLA, 1991).

A criação da Secretária Especial do Meio Ambiente – SEMA em 1973 é uma resposta do governo federal brasileiro a pressões internacionais, mas que nada interferiu no modelo desenvolvimentista, que para alavancar o crescimento econômico gerava custos ambientais e sociais altíssimos (VIOLA, 1991). As questões ambientais sempre foram consideradas restritivas e conflitivas ao crescimento econômico e nunca estiveram na pauta das decisões políticas, nem a âmbito público e nem no privado. A exploração desenfreada dos recursos naturais do país que sempre foi promovida, a ponto de o governo da época investir recursos para atrair o capital de grandes empresas poluidoras estrangeiras, fez com que o poder público deixasse de investir em infraestruturas públicas, decorrentes do aumento populacional resultante dessa política desenvolvimentista. Não fora previsto os reais impactos sobre as cidades, sobre as finanças públicas e sobre o meio ambiente. A deterioração de muitas cidades é o resultado da ação

---

<sup>5</sup> O Clube de Roma é um grupo formado por grupos de influência que se reúnem para debater e propor diretrizes á assuntos relacionados a política, economia internacional e, sobretudo, ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

conjunta de muitos fatores como o crescimento desordenado, a favelização, a carência dos serviços de água e esgoto (principalmente nas periferias), a proliferação de doenças, a baixa qualidade do ar, dos rios, a coleta e disposição dos resíduos orgânicos e sólidos, entre outros.

Em 1983 é criada pela ONU a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Dos estudos e conclusões dessa Comissão, surge em 1987 o documento intitulado: Nosso Futuro Comum ou Relatório de Brundtland. A ideia proposta pelo documento é que a noção de meio ambiente seja incorporada à noção de desenvolvimento, não podendo mais haver um descolamento ao discutir e planejar os caminhos possíveis a serem tomados. É preciso preservar e gerenciar os recursos naturais para que os níveis de crescimento e desenvolvimento econômico se mantenham. De problema na década passada passa a ser na década seguinte a solução, ou seja, do ecocentrismo que denunciava os limites impostos pela natureza ao desenvolvimento, passa com o relatório Brundtland a uma visão antropocentrista, trazendo a noção de que os limites naturais não retardam o desenvolvimento (PIERRI, 2005).

Com o fim da Guerra Fria marcada pela queda do muro de Berlim em 1989, temas emergentes e antes considerados locais ganham espaço em discussões internacionais. Havia um consenso de que o modelo de desenvolvimento até então utilizado não era capaz de se manter no próximo século haja vista que era um modelo ecologicamente predatório e socialmente injusto. Durante a década de 1990, a ONU convocou uma série de Conferências, sendo a mais emblemática a RIO-92 – Conferência Das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Os objetivos da conferência eram: (i) criar mecanismos de transferência tecnológica de baixo impacto para os países em desenvolvimento; (ii) incorporar regras e critérios ambientais ao processo de desenvolvimento; (iii) estabelecer um sistema de cooperação internacional para prever ameaças ambientais; (iv) prestar socorro em casos emergenciais; e (v) reavaliar o sistema de organismos da ONU voltados ao meio ambiente (DINIZ, 2002; GODOY s/d). Baseado em tais premissas, foram então aprovados cinco documentos principais durante a Conferência: (i) a Declaração de Rio sobre meio ambiente; (ii) a Agenda XXI; (iii) a Convenção marco sobre mudanças climáticas; (iv) a Convenção sobre diversidade biológica; e (v) a Declaração de princípios sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas. Estes, apesar dos cortes sofridos em seu conteúdo e de não se constituir propriamente em compromissos vinculativos, estabeleceram um marco para traçar políticas e

para negociar as formas de torná-las factíveis, de forma a avançar em prol do desenvolvimento sustentável (DINIZ, 2002; GODOY s/d). Paralelamente ao evento, realizou-se o Fórum Global de ONGs, que teve grande importância na história dos movimentos sociais. Seu papel na sociedade e suas atribuições e definições transcendem nesse evento o tema estritamente ambiental, incorporando também a esfera social na discussão (GUIMARÃES, 1992; QUINTANA; HACON, 2011).

Com o acirramento da problemática relativa ao meio ambiente, o aumento das desigualdades e a ínfima quantidade de ações práticas reais por parte dos países membros e os acordos tratados anteriormente, a ONU convoca uma década depois, no ano de 2002 em Johannesburg, África do Sul, a Rio +10, com o propósito de criar medidas concretas para tais problemáticas. A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 ficou notadamente conhecida por aquilo que não foi, dado a má vontade dos países desenvolvidos em ratificar e implementar os acordos firmados na Rio 92, a resistência em conceder recursos financeiros para os projetos ambientais nos países em desenvolvimento, em transferir tecnologias limpas, e principalmente por desconstruir filosoficamente os conceitos que norteavam a política das Nações Unidas desde Estocolmo em 1972.

Na década seguinte as relações entre o modelo de desenvolvimento capitalista com as rupturas de caráter mundial são bem compreendidas e censuradas pela comunidade global. Eis então que vem a Rio + 20 em 2012 reacender as esperanças de um grande acordo entre os países membros, rumando para uma sociedade mais sustentável (finalmente). Mais uma vez, a Conferência ficou marcada pelo descompromisso em estabelecer acordos concretos, contando com apenas o mérito de manter aceso o compromisso das sociedades (ainda que teórico) com o desenvolvimento sustentável (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012). A Cúpula destacou-se por relacionar a crise planetária à globalização, e por detalhar um plano de ação coletivo rumo a um desenvolvimento equilibrado, que prima pela proteção ambiental e pela justiça social, acordo que na prática não fora novamente implementado (DINIZ, 2002; MOREIRA, 2011).

As transformações necessárias na ordem mundial, a resolução de problemas nacionais e planetários como o estado de miséria, a fome, a produção de alimentos, a vida nas cidades, o uso desenfreado dos recursos naturais, e os demais fatores que podem vir a comprometer a própria sobrevivência e existência humana, vem informando que é preciso buscar novos paradigmas de



organização social e modelos de desenvolvimento, que, a par de quaisquer opções ideológicas, tenham um direcionamento claro: deverão considerar o equilíbrio ecológico e a justiça social como parâmetro fundamental. A grande questão colocada no final do século XX, pródigo em esgotamento de fórmulas, é a necessidade de um desenvolvimento em si, um desenvolvimento sustentado, que aja contra a predação desenfreada e contra os falsos discursos tidos como desenvolvimentistas.

Porém, a primeira década do século XXI revela um panorama de problemas e impactos negativos que eclodem em proporção planetária, havendo uma visível erradicação das florestas, uma enorme perda da biodiversidade global, o desenfreado processo de desertificação, uma alarmante taxa de derretimento das calotas polares, entre outras catástrofes ambientais, embora tenha aumentado a conscientização sobre as causas dos problemas ambientais e a preocupação com o aquecimento global (MOREIRA, 2011).

Segundo Capra (1996) a destruição ambiental não é somente um efeito colateral, mas um elemento essencial da concepção do capitalismo global, e se os efeitos dessa deterioração são visíveis, suas causas não são assim tão claramente entendidas. Apesar da maioria das sociedades humanas ter explorado os recursos naturais, e em consequência disso terem sofrido com inúmeros problemas ambientais, a exploração não se trata de um comportamento natural do ser humano, mas sim, aparece relacionado ao tipo de modelo econômico, das políticas implementadas e do grau de desenvolvimento tecnológico em que a sociedade se encontra (CAVALCANTI, 1991).

Em sociedades que as bases produtivas são mais comunitárias e com objetivo de satisfazer as necessidades imediatas, a relação com o ambiente tende a ser mais harmônica. Nas sociedades de classe onde grupos objetivam acumular riqueza através da exploração do trabalho de outros grupos, há a tendência de reprodução de atitudes de dominação e exploração em relação também à natureza. Nas sociedades pré-capitalistas os problemas ambientais eram localizados e sua técnica e ciência não eram tão agressivas. Já na sociedade capitalista, ao contrário, é o tremendo desenvolvimento das forças produtivas que tem permitido uma pilhagem da natureza em um ritmo e velocidade antes nunca vistos (FOLADORI, 2001; PIERRI, 2005).

### 3.2 Desenvolvimento à Escala Humana

Através dos conceitos de teorias econômicas, fundamentou-se a ideia que o ser humano possui necessidades ilimitadas, fato nunca comprovado pela antropologia ou pela economia. A tendência à produção ilimitada é resultado direto e necessário de uma organização econômica que gira em torno da produção de lucro, e não em torno da satisfação das necessidades diretas. É essa produção crescente de mercadorias que consome os recursos naturais e geram resíduos a uma velocidade além da escala humana (MAX-NEEF, 2012). Assim, segundo o autor para uma teoria crítica da sociedade não basta especificar quais são os satisfatores e os bens econômicos dominantes. Eles precisam ser compreendidos como produtos resultados de fatores históricos e, conseqüentemente, passíveis de mudança. Assim, é necessário retrair o processo de reflexão e criação que condiciona a interação entre necessidade, satisfatores e bens econômicos.

Importante citar que, não há uma correspondência biunívoca entre necessidades e satisfatores. Um satisfator pode contribuir, simultaneamente, para a satisfação de diferentes necessidades, ou, de modo inverso, uma necessidade pode exigir vários satisfatores para ser satisfeita.

A literatura sobre as necessidades humanas é vasta e, em muitos casos, contribui substancialmente para nossa compreensão sobre este assunto. Ela influenciou os campos da filosofia e da psicologia e se tornou o foco de atenção nas disciplinas políticas, econômicas e sociais em geral. Em anos recentes, as agências internacionais ligadas à promoção do desenvolvimento adotaram, como critério de ação, a satisfação das chamadas necessidades básicas. Em 1975, o Relatório Dag Hammarskjöld “E Agora: Um Outro Desenvolvimento” estabeleceu essa meta como um dos pilares de um novo tipo de desenvolvimento a ser implantado urgentemente, de modo a vencer o degradante estado de pauperização que aprisiona em suas garras a maioria dos habitantes do chamado Terceiro Mundo. Atualmente, quase todos aceitam que desenvolvimento e necessidades humanas são componentes de uma mesma equação irreduzível (MAX-NEEF, 2012).

Esta nova visão que tece, em uma mesma trama, desenvolvimento e necessidades humanas, não é simplesmente uma reordenação improvisada de um paradigma em estado de crise. Desde o início, ela implica em criar condições para ser conceituada como desenvolvimento

de uma nova forma, a partir de um novo entendimento. Significa modificar substancialmente as visões dominantes sobre estratégias de desenvolvimento, no sentido de entender, por exemplo, que nenhuma “Nova Ordem Econômica Internacional” poderá ser significativa se não for apoiada pela reformulação estrutural de uma densa rede de “Novas Ordens Econômicas Locais” (MAX-NEEF, 2012).

O Desenvolvimento à Escala Humana (DEH) proposto por Max-Neef propõe um outro desenvolvimento, isto é, um desenvolvimento baseado nas necessidades humanas, autodependente, endógeno, ecologicamente saudável e fundamentado em transformações estruturais em áreas como desenvolvimento rural, saúde, educação, ciência e tecnologia (especialmente, recursos de genética vegetal e biotecnologia), política monetária internacional, informação, comunicação e participação.

Parte-se do pressuposto de que sejam abertas novas linhas de ação para um desenvolvimento que se concentra e sustenta na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes de autodependência e na articulação orgânica dos seres humanos com a natureza e com a tecnologia, na interação de processos globais com comportamentos locais, do pessoal com o social, do planejamento com a autonomia e da sociedade civil com o estado<sup>6</sup>. Visando atingir este fim, o desenvolvimento precisa fomentar a existência de espaços locais, facilitar as micro organizações e dar apoio à multiplicidade de matrizes culturais que fazem parte da sociedade civil. Este tipo de desenvolvimento precisa redescobrir, consolidar e integrar as diversas identidades coletivas que compõem o corpo social (MAX-NEEF, 2012).

Uma política de desenvolvimento que vise a satisfação das necessidades humanas fundamentais (ser, ter, fazer e estar) transcende a racionalidade convencional, porque se aplica ao ser humano como um todo. As relações estabelecidas entre as necessidades e seus satisfatores (tudo aquilo que contribui para a realização das necessidades humanas) tornam possível construir uma filosofia e uma política de desenvolvimento que são genuinamente humanísticas.

Abordar o ser humano através de necessidades nos permite construir uma ponte entre uma antropologia filosófica e uma opção política; esta parece ser a motivação por trás do esforço intelectual de, por exemplo, Karl Marx e Abraham Maslow segundo Max-Neef (2012, p.47):

---

<sup>6</sup> Por “articulação”, referimo-nos à construção de relações coerentes e consistentes de interdependência equilibrada entre elementos dados.

“compreender o ser humano em termos de necessidade concebida como privação e como potencial para evitar a redução dele a uma categoria de existência restrita”.

### **3.3 A construção social de mercados e os mercados tradicionais**

As principais cidades do mundo têm problemas semelhantes, e muitos deles estão intimamente ligados à sobrecarga ambiental e às desigualdades sociais e econômicas, cujos limites impostos pelos mecanismos homeostáticos são sempre ultrapassados e, quando muito conhecidos.

A modernização da agricultura, com mecanização intensiva, monoculturas, uso de agrotóxicos e fertilizantes e mudança da relação capital trabalho, também contribuíram para o inchaço das cidades e a conseqüente sobrecarga dos ecossistemas (FERREIRA, 1990; PARREIRA, 1990). Relacionando então o processo de modernização da agricultura e mudança das relações de capital e trabalho, como previu Thomas Malthus em sua obra *Ensaio Sobre o Princípio da População*, a sociedade contemporânea vem enfrentando sérios problemas em relação à demanda e oferta de alimentos, e os processos produtivos instaurados na cadeia agroalimentar, passando a produção atual por desafios que compreendem uma mudança de conduta social, hábitos e formas de consumo.

Nesse sentido, eis então que se forma um movimento sociológico dos sistemas agroalimentares, que tem por base as dimensões da produção, aproximando-se com o passar do tempo com as relações de consumo (Friedman, 1993; Goodman, 2002). Na atualidade, emerge um novo campo de estudos conhecido como 'Sociologia da Alimentação', a qual tem como ponto central de análise os processos sociais de produção, distribuição e consumo de alimentos mediante o estudo dos comportamentos individuais e coletivos dos atores (Cassol, 2010). Por conseguinte, avançam os estudos e esforços voltados para a análise da dimensão do consumo, em um dado primeiro momento, preocupados em conhecer os comportamentos e valores sociais dos indivíduos afetados pelas novas formas de sociabilidade capitalista emergentes, e,

posteriormente, em explicar as relações entre os meios e tipos de consumo das diversas classes sociais (Baudrillard, 1995; Bourdieu, 2011).

No presente estudo direcionaremos os esforços para a esfera do consumo, dando ênfase consequentemente na questão dos mercados, e em específico, na construção social dos mercados e suas alternativas, sendo no presente item de capítulo apresentada basicamente a abordagem teórica e analítica utilizada para compreender o processo de construção social de mercados sob a perspectiva orientada da sociologia econômica.

Assim sendo, parte-se do pressuposto de que os mercados sempre foram socialmente construídos (GRANOVETTER, 1985; POLANYI, 2000) e que estes estão socialmente imersos na própria organização da sociedade. Tratando-se de alternativas ao sistema capitalista hegemônico e os modelos de desenvolvimento de cadeias agroalimentares “sustentáveis”, consideramos que as proposições seminais de Polanyi acerca do tema, permanecem congruentes à discussão e análise das principais questões debatidas no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento.

Para nos aprofundarmos um pouco mais no conceito de construção social de mercados, opta-se em começar pelas considerações elementares. De acordo com Polanyi (2000), até a instituição do capitalismo, as diretrizes de produção e distribuição de produtos e serviços era garantida por três princípios básicos: reciprocidade, redistribuição e domesticidade, os quais eram relacionados com os padrões de simetria, centralidade e autarquia. Tais princípios vinham ao encontro de elementos correspondentes, dando especial atenção ao princípio do comportamento econômico da permuta, da barganha e da troca, os quais constituíam sistemas de troca e distribuição dos elementos materiais necessários à satisfação das necessidades humanas. Polanyi (2012) destaca que cada princípio de mercado é orientado por padrões, a saber: a reciprocidade é fluente quando há um padrão simétrico de organização; a redistribuição é facilitada pela centralização; e, a domesticidade facilitada por uma autarquia. Assim, a troca também dependerá de um princípio de mercado para a sua efetivação.

Em sua obra “A grande Transformação” (1944), Polanyi elucida a inexistência de economias controladas por mercados no período anterior à Revolução Industrial e ao desenvolvimento da sociedade de mercado. Até então, a economia aparecia “submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 2000, p. 65), sendo o sistema econômico apenas parte da

organização social da época. Polanyi (2000, p. 69) explica que em tais sociedades: [...] é vedada a ideia do lucro; as disputas e os regateios são desacreditados; dar graciosamente é considerado como virtude. Até a era feudal, essa era a ordem tradicional que operava, sendo rompida com a instalação do capitalismo.

Para melhor compreendermos esse rompimento, Polanyi dividiu o mercado em três tipos distintos, sendo: (i) local; (ii) interno (nacional); e (iii) externo (internacional), dado que, segundo o autor (p. 78): “As razões são simples. Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela”. As noções que englobam o comércio local e a longa distância são distintas e não competem entre si. No caso do “mercado local” compreende-se a relação mercantil tida no local, com produtos produzidos localmente, sendo um mercado pequeno e de fácil acesso, que por sua vez não competia com o segundo (nacional). Por sua vez, o “mercado nacional” tratava de um comércio a nível territorial, que contava com a oferta de produtos que não poderiam ser encontrados na maior parte dos mercados locais. Finalmente, o “mercado externo” abarcava todas as mercadorias que faltavam em ambos os mercados (locais e nacionais) e que deveriam ser “importadas” de fora do território, não sendo desta forma igualmente competitivo, mas sim complementar.

Tal divisão de mercados teve origens e funções diferentes, mantendo-se distinta durante todo o período medieval. Segundo o autor (p. 80): “tanto o comércio exterior quanto o local são relativos à distância geográfica, sendo um confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo. Um comércio desse tipo é descrito corretamente como complementar”. A partir dessa divisão de mercados, estes permaneceriam distintos, pois, além de origens e funções diversas, o comércio (principalmente local) era uma instituição cercada de salvaguardas para proteger seus limites. Tais salvaguardas consistiam em medidas autoprotetivas que as cidades medievais eram cercadas, como as regulamentações de troca e circulação de mercadorias em âmbito local.

Uma das contribuições teóricas centrais de Polanyi para a presente tese é dada pela noção de *embeddedness* ou enraizamento. Tal noção apresentava-se como característica primordial dos mercados locais daquela época, tendo em vista que eles eram “enraizados” na cultura, identidade, na especificidade do local, da terra e do povo, valorizava o que vinha de “dentro” e desenvolvia-se de maneira equilibrada e sustentável, sendo complementar aos demais.

Para Polanyi (2012), a partir do enraizamento, desdobram-se três formas de integração social e econômica ou uma combinação das três, a depender da sociedade de mercado, sendo: a troca mercantil, a reciprocidade e a redistribuição.

O imbricamento teórico que trata do termo “enraizamento” é definido pelo autor como a formação de significado para as ações dos sujeitos inseridos em determinado contexto histórico, exprimindo a ideia de que as estruturas sociais estabelecidas e enraizadas em suas normas, princípios, práxis e costumes próprios, determinam o comportamento social dos indivíduos.

Para o autor, até o fim do período feudal, o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais, sendo o mercado um sistema marginal e de estrutura institucional controlada e regulada pela sociedade (POLANYI, 2000, p. 88). O cerne da questão proposta pelo autor revela a presença dos princípios e padrões de relacionamento em comunidade, que aparecem fundados na ideia da existência de outros valores para além dos econômicos, vindo a impulsionar o funcionamento e o desenvolvimento da sociedade em questão. Tal dinâmica não aparece centrada no lucro ou em relações monetárias, mas sim no trabalho e na produção que valoriza a reciprocidade, a solidariedade, o respeito, a participação, a autonomia e a constituição de relações sociais e políticas, centradas na cooperação mútua e na não competitividade. É a chamada economia substantiva.

Em síntese, a proposição de Polanyi (2012) é que os sistemas econômicos, em suas variadas escalas, até o final do feudalismo na Europa Ocidental foram organizados pelos princípios de reciprocidade e/ou redistribuição e/ou domesticidade. Esses princípios eram institucionalizados por meio de uma organização social onde o lucro não exercia um lugar que se sobressaía dentre outros elementos e valores de determinada sociedade.

De acordo com Sánchez (2008), Polanyi engendrou uma crítica epistemológica e ontológica da origem do pensamento econômico clássico e neoclássico, de forma a considerar a esfera econômica como parte da totalidade social, cultural e política da história. Tal construção histórica da economia de mercado se dera, portanto, com a extinção da era feudal e implementação do mercantilismo, através de um violento processo social artificial que não obedeceu às supostas características da natureza humana, mas uma aposta política e ideológica totalmente divergente das formas de organização social dos recursos materiais, da terra e do trabalho. Assim, o processo de desenvolvimento do mercado não se deu seguindo uma forma de

evolução natural, mas sim, um sistema imposto via ação direta e deliberada do Estado nos séculos XV e XVI através do sistema mercantil. Com a implantação do mercantilismo, a antiga divisão de mercados perde o aspecto complementar, se tornando competitiva dentro e fora do mercado nacional.

Na ótica de Polanyi (2000), a distinção entre mercantilismo e feudalismo é o método de regulamentação estatal. No feudalismo, o que impera são os costumes e a tradição, onde a terra e o trabalho são os pilares principais da organização social. No mercantilismo, a autoridade do Estado exerce poder central, fazendo cumprir o estatuto e as leis, e sendo, portanto, de ideal contrário à economia de mercado até então vigente, o que fica bem demonstrado pela amplitude da intervenção estatal na indústria. Segundo o autor, a economia de mercado é produto da sociedade industrial, dado que, as instituições que regulamentaram e propiciaram o desenvolvimento industrial cresceram concomitantemente ao sistema de mercados.

A partir da obra de Polanyi (2000), Schneider; Escher (2011) reiteram que, em uma sociedade em que a economia é regulada por um sistema de mercados, não apenas os bens e serviços, mas as próprias pessoas (enquanto força de trabalho) e seus meios de vida são convertidos em mercadoria (tratado por Polanyi como aquilo que é produzido para ser valor de troca, ou seja, colocado à venda no mercado) e sujeitos à precificação, acabando os indivíduos por ficar alienados na forma de mercadorias (fictícias ou não verdadeiras), podendo ser comprados e vendidos a preços de mercado. Não que os preços em si não existem anteriormente, estes existem desde que existe troca e comércio. Entretanto, a crescente determinação dos preços pelos custos de produção e a tomada do excedente através de compra e venda em busca de lucratividade, apenas se desenvolvem completamente numa sociedade integrada por um sistema de mercados.

Ao falarmos especificamente do mercado agroalimentar, conforme argumenta Steiner (2007), tem-se que os mercados são, simultaneamente, um aparato político e uma construção social, cujo objetivo final é o de conduzir as pessoas à satisfação de suas necessidades materiais – neste caso específico, sua orexia e segurança alimentar. Sendo assim, os mercados agroalimentares podem ser considerados “mercados especiais”, podendo ser definidos os alimentos também como mercadorias fictícias. Seguindo essa lógica, a inclusão dos alimentos no mercado capitalista representaria, uma expressão de risco à sociedade e à natureza, dado a



inversão de ordem de prioridades entre o meio (o mercado) e o fim (os seres humanos) a que estão sujeitos (STEINER, 2007, p.5).

O sistema mercantil representa a raiz mais profunda do capitalismo do mundo contemporâneo, baseado em uma “sociedade de mercado” em que não apenas os produtos, mas toda a cadeia produtiva destes, e a reprodução social dos sujeitos envolvidos no processo é englobada pela complexidade do todo. Para que a produção seja mobilizada em uma sociedade cuja economia é regulada por um sistema de mercados, supõe-se que os meios de produção – incluindo a terra, o trabalho e o dinheiro – sejam mercadorias. Trabalho, terra e dinheiro consistem nos pilares principais da indústria, organizando o sistema de mercado baseado na falsa ideia de que são mercadorias. Tal movimento é visto por Polanyi como um movimento não natural dado que, o mercantilismo transformou trabalho, terra e dinheiro em mercadorias, objetivando com que o mecanismo de autorregulação do mercado pudesse funcionar em sua totalidade.

Sob a ótica da crítica “Polanyiana”, esse é o ponto da história em que a economia é convertida em uma sociedade de mercado, desenraizando (*disembedding*) a economia substantiva das instituições sociais. Desta forma, em vez de a economia estar enraizada (*embedded*) nas relações sociais, são as relações sociais que estão enraizadas no sistema econômico (p.77). Destarte, este desenraizamento (*disembeddedness*) da economia trata-se de uma distorção da realidade sociológica, fruto de um projeto político orientado por interesses de atores, grupos e classes sociais específicas.

Tal projeto fora materializado por meio de mudanças institucionais de ação legislativa violativa das leis e das formas primordiais que davam base ao mercado, legitimado sob uma ofensiva ideológica. Esta, por sua vez, baseou-se na premissa da construção de uma “crença liberal”: a de que a economia não pode (e não deveria) ser modificada pelas práticas dos atores sociais através da intervenção deliberada da sociedade ativa sobre os mercados, sobrepondo-se ao Estado. Entende-se assim o porquê do autor afirmar que a economia de mercado não é um fenômeno espontâneo ou natural, mas sim um sistema imposto, fruto de um projeto político realizado através da mudança institucional tida a partir do processo de mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro. O autor complementa expondo que a sociedade humana se tornou um

acessório do sistema econômico (p.97), onde a terra e o trabalho são tomados como mercadorias fictícias desse grande sistema mercantil.

Por sua vez, a “crença liberal” deu origem a um sistema de mercado autorregulável, o que sob a ótica de Polanyi, constituiu-se numa tentativa utópica de liberalismo, de forma a destruir a organização social até então existente.

Paulilo (2012) interpretando Polanyi afirma que, embora os mercados sempre tenham existido, foi só no século XIX que se transformaram no princípio organizador da sociedade, emergindo das relações sociais onde, anteriormente, estavam submersos. Para isso, fora necessária uma ruptura com a ordem social tradicional, a qual se deu em dois momentos, sendo o primeiro, com a imposição da política mercantil, e o segundo, com o surgimento do mercado autorregulável ou livre mercado.

A ideia baseava-se na premissa de que um mercado livre, ou seja, sem a interferência do governo, é um mercado muito mais eficiente, e que por existir de fato a concorrência leal, sem que o governo favoreça uma empresa ou outra, a economia pode vir a atingir um estado de equilíbrio (PAULILO, 2012).

Segundo Polanyi (2000), o mercado autorregulado uma vez que gerido pelas forças da oferta e demanda, implicaria em uma separação entre as esferas política e econômica, o que só passa a acontecer a partir do século XIX, onde se engloba todos os componentes da indústria, dentre eles terra, trabalho e dinheiro, e subordina-se a sociedade. Para o autor, o sistema de livre mercado consistiu na alienação dos seres humanos e de sua natureza externa, acarretando na subordinação de uma consciência individualista de sociedade, com a instituição de valores predominantemente mercantis. Entende-se que tal fato levou a uma escravização da sociedade em um padrão consumista, o que levou a objetificação das relações humanas (princípio do você é o que você tem) e da própria desumanização da sociedade.

Para além da instabilidade econômica, o sistema capitalista de produção e a interação social via intercâmbio mercantil seriam responsáveis pelo início da grande crise “socioeconômico e cultural” da humanidade, subordinando a sociedade à alienação imposta pela “lógica do mercado”. Como previa Polanyi (2000), na “Idade da Máquina”, com seu industrialismo modernizante e a mercantilização dos elementos substantivos da vida, a economia se desenvolve

na contramão da humanidade, da natureza e da própria organização produtiva de uma sociedade que se diz desenvolvimentista.

De acordo com o pensamento “Polanyiano”, aponta-se para a necessidade da construção de instituições democráticas que tenham a “sociedade ativa” como categoria fundante (BURAWOY, 2003). Destaca-se aqui a importância central da regulação social (com a participação efetiva dos atores sociais) sobre a economia e o papel das instituições como instâncias mediadoras entre as estruturas socioeconômicas e os indivíduos.

Dubuisson-Quellier *et al.* (2011) remontam a história da contribuição dos movimentos sociais em torno do consumo na construção da cidadania agroalimentar, que surgiu durante os boicotes americanos a produtos ingleses no século XVIII. Elucida-se que o mercado surge como um espaço para a construção de identidade e cidadania de uma nação, que busca sua independência (BREEN, 2004). A mobilização do consumidor passa a ser vista como uma maneira de exigir novos direitos sociais, através dos (i) movimentos cooperativos, envolvendo a sociedade civil na regulação econômica; (ii) da construção de cidadania para minorias; e (iii) da construção de um senso de consumidor, que tem consciência de seus deveres em relação ao funcionamento dos mercados; de forma a incluir a sociedade civil no processo de regulamentação do mercado (DUBUISSON-QUELLIER *et al.*, 2011). Desta forma, através do ato do consumo, movimentos sociais focam esforços em fazer com que os cidadãos sejam mais ativos no processo de regulação econômica dos mercados, ganhando visibilidade mundial e construindo uma representação do consumidor, de forma a destacar seu poder dentro da estrutura econômica dos mercados.

Seguindo esse raciocínio, entende-se que os movimentos sociais podem vir a moldar o “comportamento econômico” dos indivíduos em sociedades heterogêneas, atuando como catalisadores de um fator determinante do comportamento econômico da sociedade, uma vez que os atores encontram-se inseridos em ambientes institucionais e em relações sociais.

Elucida-se a importância do estabelecimento das relações sociais na influência da dinâmica dos mercados. Nesse sentido, tal axioma deu origem a outras contribuições à sociologia econômica englobando a noção de redes sociais, gêneros e contextos culturais como elementos também centrais à discussão (GRANOVETTER, 1985).

A noção de enraizamento (*embeddedness*) no que tange aos aspectos dos mercados e trocas, elucida que a economia não é autônoma como pressupõe a teoria clássica economicista, mas é subordinada à política, religião e às relações sociais (POLANYI, 2012; GRANOVETTER, 1992). Clarifica-se que o conceito de enraizamento de Granovetter (1992) difere do conceito proposto por Polanyi (2012). Polanyi ao tratar do termo, enfatizou os sistemas de mercado antes da formação da economia moderna, fazendo alusão crítica ao sistema capitalista. Granovetter (1992) ignora a vertente das economias de mercado, focando na abordagem do enraizamento aplicado às redes, afastando-se, portanto, do conceito originalmente proposto por Polanyi. Assim, duas abordagens distintas são propostas pelos autores, sendo a primeira numa perspectiva institucional, aplicada à sociedade; e a outra, em nível meso/micro, aplicada às redes.

A partir da perspectiva de enraizamento ligada às redes, como propõe Granovetter (1992), esta diz respeito à proximidade entre os atores que integram essas redes. Para o autor existe a teoria dos laços fortes, marcada pela perspectiva relacional, a qual gera um enraizamento determinado pelas relações estabelecidas entre as partes, ou seja, um “enraizamento relacional”, tido pelas conexões imediatas estabelecidas entre esses atores. Já a teoria dos laços fracos, caracteriza-se por um “enraizamento estrutural” tido pelas conexões estabelecidas entre atores distantes territorialmente, mas que dão estrutura à rede (GRANOVETTER, 1992) e conservam em sua essência a noção de amplitude de mercado. Na visão do autor tudo está relacionado, imerso em relações sociais (*embedded*), porém, as redes que mais se desenvolvem são as de laços fracos, que por sua vez rompem a barreira do território. É o chamado “des-envolvimento” entre os atores sociais, o que permite estabelecer outros laços com outros atores, fato que propicia fortalecer relações extra-locais ou fora do território. A contribuição do autor à sociologia econômica adiciona a perspectiva das redes sociais, consideradas como elementos também centrais no estudo da Nova Sociologia Econômica (GRANOVETTER, 1985).

Após receber críticas em relação ao seu estudo (ZELIZER, 1988; ZUKIN; DIMAGGIO, 1990) ligadas a supressão de alguns aspectos da ação econômica nos níveis culturais e políticos, por exemplo, Granovetter (1992) passa a incorporar além do enraizamento relacional e estrutural, também o enraizamento político, cultural e cognitivo (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990), aspectos estes que não nos profundaremos conceitualmente. Entende-se, portanto, que a relevância no estudo de Granovetter na concepção da presente tese é a noção do estabelecimento de relações

entre atores (confiança e reciprocidade, por exemplo) que por meio dessas redes socialmente organizadas, influenciam a dinâmica dos mercados.

Importante citar ainda que, a partir das perspectivas propostas Granoveter (1985) e por Wilkinson (2016) em estudos posteriores a Polanyi sobre o termo *embeddedness*, conclue-se que há uma hibridização conceitual, ou seja, tudo está relacionado e imerso ou enraizado em relações sociais, havendo diversos graus e tipos de relacionamentos. Todos os mercados sejam eles alternativos ou dominantes se enraizam em relações sociais, esta é, pois, a discussão acerca do papel social nos mercados. E mais, os mercados são práticas sociais como qualquer outra, não sujeitas a uma única lógica dominante. Nesse aspecto a crítica dos autores feita à Polanyi expressa a ideia de que não há dualismo, ou seja, não é isso “ou” aquilo, e sim isso “e” aquilo. Não existe a regulação de mercado feita pela sociedade ou o capitalismo instalado posteriormente como defende o autor. O que existe é um hibridismo presente nas relações, pois há relações de capitalismo nos mercados alternativos e há alternativas nos mercados capitalistas. A exemplo veremos mais à frente a discussão que permeia as chamadas redes agroalimentares alternativas (RAA) e o termo “mercados aninhados” que trazem a tona essa discussão, exemplificando a noção de que os mercados contemporâneos são mais híbridos e menos alternativos.

Independente da máxima sobre a hibridização dos mercados contemporâneos e a escolha de “lados” para posicionar-se, sustenta-se a hipótese de que as organizações da sociedade civil e a sociedade organizada em sua generalidade têm poder de exercer um papel propositivo e legitimador na regulação e controle do mercado. Como propõe a reflexão de Wilkinson (2016) “os mercados atuais caracterizam-se, precisamente, por sua permanente comparabilidade com movimentos sociais, em que a estabilidade é continuamente desafiada por novos entendimentos” (p.57). O autor sugere a reflexão sobre os “movimentos sociais-econômicos” onde os mercados representam uma ferramenta estratégica na promoção do desenvolvimento e da inclusão social. Nesse tocante, importante se faz pensarmos que tipo de valores e princípios estão sendo disseminados frente a esses “novos entendimentos” e essas novas redes formadas a partir de movimentos sociais instalados voltados ao mercado ou para a construção de novos.

Fica evidente que os conceitos e críticas centrais presentes nas obras citadas, uma vez que confrontado com a realidade do mercado contemporâneo, faz-se pertinente e atual para a análise de estudos relativos ao sistema agroalimentar moderno e às inúmeras disparidades

presentes na dinâmica de produção, abastecimento e consumo de alimentos do século XXI. Desta forma, julga-se o arcabouço teórico-analítico dos autores oportuno para a presente tese, especialmente no que tange à análise das interfaces com os impérios alimentares discutido por Ploeg (2008); dos sistemas de mercados agroalimentares e sua relação com a noção de *embeddedness* ou enraizamento proposta por Granovetter (1985, 1992); e finalmente, acerca do papel dos sujeitos da sociedade civil e das instituições nos processos de mudança social e quebra de paradigmas.

### **3.4 Novas formas de produção e provisão de alimentos na sociedade contemporânea**

Tem-se que os profundos processos de transformação sob os quais passaram as formas de produção e consumo de alimentos, desde os tempos da “modernização conservadora” até a atualidade, ocasionaram na desconexão entre produtores e consumidores, de modo a refletir na perda de conhecimentos tradicionais, na desvinculação de valores e significados culturais atribuídos aos alimentos, e na desestruturação dos mercados e produções de variedades locais.

Com o advento do mercantilismo e conseqüente mundialização do capitalismo a posteriori, a agricultura acaba por ficar subordinada à dinâmica de mercado da indústria, operando de acordo com a lógica mercantil hegemônica. Esta, continuou a ser exacerbada ao longo de todo o século XX, e continua a sê-lo, enquanto um processo contínuo, progressivo e inacabado (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

A mercantilização na agricultura é então institucionalizada por meio de um conjunto de processos interconectados. Primeiro, temos a dominação do capital pelos agentes externos à produção, de forma a subordinar a essa dinâmica o processo produtivo via transferência do controle de tarefas, recursos e processos. Depois, vem o que podemos chamar de “cientifização” dos processos de produção através da incorporação de tecnologias que aumentam o controle do trabalho agrícola, ciclos produtivos e conseqüentemente do mercado, que passam a ser efetivamente controlados por interesses de atores externos (grandes empresas, bancos, Estado, agências). Por fim, dá-se a “centralização estatal” da agricultura, por meio da incorporação de

inter-relações dominantes entre as várias instituições/empresas/organismos de poder e os atores/órgãos do Estado, atuando juntos no estabelecimento de decisões e interesses “individuais” e coletivos, concernentes estas ao setor e à reprodução econômica destes grupos sociais específicos (PLOEG, 2008).

Sob a ótica de Silva (2003), consolida-se nos anos 1960 o início da modernização da agricultura no Brasil, gerando o que se pode chamar de divisão social do trabalho e de transformação das condições dos antes agricultores, agora em “operários assalariados do capitalismo”. Tal fato gerou a perda gradativa da autossuficiência agrícola de que dispunha o meio rural, em substituição aos meios de produção, como máquinas e insumos para o campo. Através da incorporação institucional, a modernização capitalista da agricultura se deu baseada nas mudanças tecnológicas geridas nos países desenvolvidos, e então difundidas nos países em desenvolvimento, por meio do que ficou conhecido como “Revolução Verde<sup>7</sup>” ou “Modernização Conservadora”, fato que gerou profundas alterações nas estruturas sociais rurais dos países periféricos em consequência de mudanças tecnológicas e mercantis.

O auge deste período nos países chamados “subdesenvolvidos” se deu na década de 1970. Na época, a dinâmica tecnológica e a expansão dos mercados agrícolas foram induzidas através de políticas de intervenção do Estado, o que contou com fortes investimentos em pesquisa aplicada, assistência técnica e extensão rural, e no fornecimento (seleto) de crédito subsidiado. Os principais beneficiários, além das indústrias – especialmente as estrangeiras –, foram os grandes agricultores, aqueles “mais eficientes” e produtivos, excluindo os “ineficientes” – basicamente a chamada “pequena agricultura”, de “baixa renda” ou “de subsistência” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

Dado o caráter seletista de tal modelo, bem como grande parte dos agricultores familiares que foram excluídos do processo, muitas regiões do Brasil foram da mesma forma proscritas da modernização tecnológica. As desigualdades distributivas geraram êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, e desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico. Em suma, a modernização conservadora produziu efeitos deletérios, ocasionando a industrialização do campo, a comoditização dos produtos agrícolas e a transferência da renda das propriedades rurais para as

---

7 Adoção de novas técnicas agrônômicas e tecnologias, como tratores e mecanização, uso de sementes modificadas, adubos e fertilizantes industriais, agroquímicos em geral e biotecnologias Schneider; Escher (2011).

grandes corporações processadoras de alimento e/ou fornecedoras de insumos (MARSDEN, 2000).

Na contemporaneidade, os efeitos dessa modernização podem ser constatados pela conjuntura atual da cadeia agroalimentar. O cenário que denota o uso indiscriminado de agrotóxicos, riscos ecológicos e sociais da transgenia, altos índices de erosão genética e perda de biodiversidade global, danos à saúde e desenvolvimento de doenças, entre outros fatores ocasionados pela agricultura industrial moderna (NODARI *et al.*, 2011). A implantação do modelo acarretou em problemas de saúde aos agricultores e consumidores e problemas ambientais, decorrentes do uso de agroquímicos e de técnicas insustentáveis do ponto de vista ecológico, gerando uma “falha metabólica” na relação sociedade-natureza jamais vista em tamanha proporção na história da humanidade (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

No que tange à distribuição dos alimentos e a responsabilidade pelo provisãoamento alimentar, que outrora era das famílias e comunidades em seus processos orgânicos e locais, com o decurso da urbanização e industrialização, fora transferido para o Estado através de suas imensas centrais de abastecimento (NIEDERLE, 2013). Segundo mesma fonte, nos anos 1990 com a ascensão neoliberal, esse encargo passa abertamente para as mãos de oligopólios globais controlados pelo capital financeiro; ou seja, o provisãoamento alimentar é então claramente dominado pelas grandes corporações, caracterizando o que podemos chamar de uma agricultura patronal<sup>8</sup>. Seguramente, tal panorama acarretou além do brutal distanciamento entre o mundo da produção e a esfera do consumo, também na alta propensão das pessoas a consumirem refeições preparadas, gerando uma decadência da tradição gastronômica, perda da diversidade alimentar e do conhecimento acumulado ao longo das gerações (ANJOS; CALDAS, 2017).

A lógica que impera atualmente no sistema agroalimentar a nível mundial é caracterizada, portanto, pela intensificação da agricultura, tida pela padronização dos alimentos e por processos que se desenvolvem através de cadeias longas, governadas por grandes empresas, parte de complexos agroindustriais que operam a cadeia agroalimentar em escala planetária, na dialética dos ganhos em altíssimas proporções e no domínio centralizado dos processos de

---

<sup>8</sup> Na visão de Ploeg *et al.* (2008) a agricultura patronal ou empresarial refere-se a forma oposta de fazer-se agricultura nos modos campesinos, caracterizado por elevados investimentos, grande escala de produção e contratação de força de trabalho, onde os recursos são necessariamente mobilizados como mercadorias; ao passo que a agricultura camponesa aparece fundada na intensificação do trabalho de base familiar, diversificação da produção, baixa disponibilidade de terras e menor dependência de recursos externos.



produção, transformação, circulação, abastecimento e consumo de alimentos. Niederle (2013) ratifica a constatação de que as consequências negativas desse fenômeno são diversas, sejam estas de ordem ambiental, social ou econômica; tendo como exemplo desta última, a alta volatilidade e aumento dos preços dos alimentos. O acometimento da soberania e segurança alimentar, da saúde pública, da sanidade e qualidade nutricional, da agrobiodiversidade e da preservação do patrimônio natural e cultural, bem como a sobrevivência dos agricultores familiares e das comunidades rurais, com suas práticas, costumes e saberes alimentares tradicionais, são outros fatores impactados negativamente pela lógica do sistema agroalimentar contemporâneo.

Brevemente tratando sobre dominação e subordinação da dinâmica dos processos produtivos e lógica do sistema agroalimentar, importante se faz abordarmos conceitualmente noções relativas ao território. Os primeiros registros ligados ao conceito de território refere-se as Cidades-estado da Grécia clássica, significando em latim “terra” (terri) e “pertencente a” (torium), relacionado a força política e as relações de poder estabelecidas pelo Estado-Nação (SAQUET, 2006). Os processos de apropriação e produção do território, econômicos, políticos e culturais, aliados às variantes tempo e espaço, caracterizam-se, portanto, como as principais mudanças ocorridas na sociedade. Tais mudanças são decorrentes da intervenção de um determinado processo social através do estabelecimento de relações de dominação e poder entre indivíduos, o que chamamos de territorialidade (SAQUET, 2006).

A territorialidade efetiva-se através das relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais tidas entre sujeitos e entre estes com seu território (SAQUET, 2009, p. 87). Nesse sentido, todas as atividades que efetivamos frente a diferentes forças sociais configuram uma territorialidade, que manifesta-se de múltiplas formas. Entende-se que as mudanças em determinadas forças sociais promovem rearranjos de poder junto às relações. Esses movimentos, por sua vez, promovem processos de rearranjos nos territórios, o que denomina-se de territorialização, ou seja, o movimento de construção dos territórios.

Destarte, a construção (territorialização), a desconstrução (desterritorialização) e a reconstrução (reterritorialização) dos territórios é marcada pela processualidade de relações estabelecidas por diferentes forças sociais, tendo as redes, um papel fundamental junto a esses

processos (SAQUET, 2009). Estas, qualificam a territorialização e dão a ela cinesia e movimento. Assim, compreender o conjunto de relações sociais relacionado à agricultura e os processos de territorialização imersos na atividade, é compreender como os sujeitos envolvidos nessas práticas produzem o espaço geográfico, as relações de poder, as forças de pressão e conseqüentemente a territorialidade.

Fato é que o atual modelo agroalimentar e os tipos de relações estabelecidas com o meio ambiente e com a comunidade vem sendo alvo de desconstruções e contestações na academia, e, no cotidiano da sociedade em geral, cedendo espaço às inúmeras discussões que trazem em sua essência um brado por uma globalização alternativa e contra hegemônica. Com efeito, o termo “alternativo” reproduz a necessidade de contrapor-se às formas intensivas de produção, totalmente tributárias do uso de mecanização pesada, combustíveis fósseis, adubos químicos de alta solubilidade, agrotóxicos e melhoramento genético de cultivos e criações (ANJOS; CALDAS, 2017).

Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2005) afirma que é nessa globalização alternativa e no embate contra o modelo econômico hegemônico globalizado que estão os novos caminhos da emancipação social. O momento atual demanda um resgate e revigoramento das alternativas, sendo necessário desenvolvê-las e estimulá-las.

Para além das imposições mercadológicas e do caráter hegemônico do processo de globalização, inúmeras comunidades vêm resistindo a este permanente processo de padronização de valores e comportamentos, criando alternativas para reverter a degradação da conjuntura social, ambiental e econômica, a fim de estabelecer condições de uma vida digna para suas populações. Este processo de resistência vem, na maioria das situações, carregado também de caminhos e sentidos que apontam para a construção de uma nova sociedade, definido aqui como alternativas (CASSARINO, 2009).

Deste modo, surgem as correntes de movimentos contrários aos modos industriais de produção e ao modelo hegemônico que engloba a cadeia agroalimentar, de maneira a redirecionar os processos de territorialização inerentes à produção, abastecimento e consumo de alimentos rumo a formas alternativas ao sistema atual. Estes, clamam por modos sustentáveis de produção que reconectam produtores e consumidores, resgatando valores culturais e sociais de produção e

cultivo, realocalizando a produção dos alimentos nos territórios, e tendo como base um cultivo que respeita e não degrada o meio ambiente.

Os movimentos de reterritorialização da alimentação questionam o padrão atual do sistema agroalimentar tido a partir dos circuitos longos e do afastamento dos atores, apontando para direções de realocalização da produção e consumo de alimentos para dentro do território, abastecida por uma produção familiar envolvida na agroecologia. Segundo Altieri e Nicholls (2005), milhares de iniciativas novas estão sendo implantadas ao redor do mundo para promover uma agricultura mais ecológica, a preservação dos meios de subsistência dos pequenos agricultores, a produção de alimentos saudáveis, seguros e culturalmente diversos e a localização da distribuição, comércio e marketing. Destarte, alcança-se os aumentos de rendimento utilizando de abordagens tecnológicas baseadas em princípios agroecológicos que enfatizam a diversidade, a sinergia, a reciclagem e a integração; e processos sociais que valorizam o envolvimento e o empoderamento da comunidade, o que os autores denominam de “ganhos de escala”.

Ao adotar-se princípios agroecológicos de produção, o aumento de produtividade e a estabilidade são alcançados, bem como uma série de serviços ecológicos como conservação da agrobiodiversidade, conservação e melhoria do solo e da água, melhor controle biológico de pragas, etc. São conhecimentos e técnicas que podem ser trocados e utilizados por grandes grupos de agricultores, independentemente da escala ou tamanho da propriedade (ALTIERI; NICHOLLS, 2005), variando as formas tecnológicas utilizadas para otimizar os principais processos agroecológicos.

Nesse sentido, tem-se que os ganhos de escala não se restringem ao mercado e/ou apenas a otimização da produção, mas também foca na maneira de como a agroecologia ganha escala na dinâmica organizacional produtiva, nos benefícios gerados ao meio ambiente e ao meio social, assim como sob forma de atuação em rede. Para o alcance de um ganho de escala significativo na agroecologia, depende-se em grande parte, da melhoria do capital humano (ou capital social) no campo e do empoderamento das comunidades locais através de métodos participativos e de treinamentos, que leva em consideração as necessidades específicas locais a sério, assim como as aspirações e circunstâncias dos pequenos agricultores (ALTIERI; NICHOLS, 2012).

Autores como Gliessman (2000), Altieri (2001), Guzmán Casado *et al.* (2000) têm avançado nos estudos atuais que contribuem para a formação deste novo campo de

conhecimento, a Agroecologia. Caporal *et al.* (2009) expõe que esta, constitui uma alternativa capaz de contribuir para o enfrentamento da crise socioambiental da nossa época.

As mudanças necessárias para o embate contra essa crise ambiental já podem ser exemplificadas através de algumas comunidades, nas quais é possível observar-se a sincronicidade entre a natureza e as sociedades habitantes. Nestes casos, a forma como o homem retira os insumos necessários, planeja a produção e desenvolve os modos de se fazer agricultura em harmonia com a natureza, faz com que haja um manejo dos recursos naturais disponíveis localmente mais adequado aos princípios da sustentabilidade, possibilitando a conservação da biodiversidade. Para Gliessman (2000), esse agroecossistema sustentável avança quando os componentes tanto da base social como da base ecológica, combinam-se em um sistema cuja estrutura e função refletem a interação do conhecimento humano com os componentes ecológicos disponíveis em determinado agroecossistema.

O estudo dos agroecossistemas tradicionais e as maneiras as quais os camponeses mantêm e usam a biodiversidade natural disponível, também podem acelerar consideravelmente o surgimento de princípios agroecológicos, que são urgentemente necessários para desenvolver estratégias mais sustentáveis de agroecossistemas e conservação da agrobiodiversidade ao redor do globo (ALTIERI; NICHOLLS, 2005).

Sob a ótica da sustentabilidade ambiental, uma vez que a produção local esteja pautada nos princípios da produção agroecológica, os modos de cultivo e o conjunto de princípios e técnicas utilizados poderão também atuar como uma forma regenerativa natural do solo e de proteção dos recursos naturais envolvidos, de forma a contribuir inclusive para além da preservação da biodiversidade e recursos naturais, também para a valorização da paisagem local e o desenvolvimento de atividades não agrícolas, como por exemplo o turismo e a sensibilização e educação ambiental.

No Brasil, esse panorama de mudança que traz em seu discurso o “consciente agroalimentar” através de modos de produção e cultivo ecológicos (entre estes fortemente a agroecologia) e da realocização alimentar nos territórios, data curiosamente de meados dos anos 1990, ocasião em que se configura um cenário de afirmação do país como produtor significativo e exportador de produtos primários.

Contudo, estudos demonstravam a habilidade comercial e a capacidade de resistência de agricultores familiares em termos de inovações organizacionais, distribuindo seus produtos diretamente aos consumidores ou em pequenas feiras. Posteriormente, estes canais de comercialização foram amadurecendo e possibilitando a ativação de mercados institucionais, mercados coletivos e em redes, mercados de cadeias curtas, mercados de eventos, entre outros (SCHULTZ, 2011). Nesse sentido, os debates em torno da agroecologia também abrangem a construção de novas formas de comercialização de alimentos que permitirão a consolidação da mesma, por meio da criação de mercados locais e redes de produção e consumo (ROOSET; ALTIERI, 2017).

Tem-se que os agricultores familiares estão inovando mediante a construção de organizações sociais e redes agroalimentares alternativas (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008; NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2009), confluindo tais atitudes em estratégias de continuidade das atividades produtivas da família. Essas estratégias aparecem relacionadas à construção de redes de proximidade social, não podendo ser considerado o funcionamento do mercado como algo externo às pessoas, mas, sobretudo, como resultado de ações que são construídas pelas pessoas (KRIPPNER *et al.*, 2004).

Os mercados agroalimentares alternativos apresentam-se como elementos da dinâmica cultural e social que traduz a forma de como são produzidas as relações entre os produtores e consumidores, e a sua não redução ao ato e funcionamento dos mecanismos de compra e venda (ANDREATTA; WICKLIFFG, 2002). Ao tratarmos então de alternativas ao modelo agroalimentar industrial e o contexto alimentar sob o qual a sociedade contemporânea encontra-se atualmente, considera-se que a criação de iniciativas que venham a conectar-se entre si, atuando sob forma de rede horizontalizada, consistem em mecanismos de emancipação social diante de um sistema agroalimentar que impõe lógicas de abastecimento e consumo nas cidades contemporâneas.

Autores como Goodman (2017); Rentin; Marsden; Banks (2003); e Lamine; Darolt; Brandenburg (2012) analisam o crescimento dos movimentos sociais contrários a lógica difundida pelo modelo agroalimentar hegemônico, sendo tais iniciativas, notadamente capazes de construir com bases sólidas redes de relações de produção e consumo alternativo. Estas, por sua vez, reconectam produtores e consumidores e restabelecem processos agroalimentares

sustentáveis entre sociedade e natureza. Goodman (2003) explica esse processo como um esforço de reivindicar uma virada em direção à qualidade em detrimento da quantidade (*quality turn*) através da proliferação das redes agroalimentares alternativas (*alternative agri-food networks – AFN*), as quais operam às margens da indústria agroalimentar convencional. De acordo com o autor, trata-se da passagem de um ‘mundo industrial’, com suas convenções de qualidade altamente padronizadas e operadas na lógica de produção em massa de mercadorias, para um ‘mundo doméstico cultural’, onde as convenções de qualidade são pautadas na confiança, tradição, enraizamento e em formas locais de organização econômica da produção.

Nos últimos anos, novos tipos específicos de AFN surgiram e desenvolveram-se fortemente, tendo os cidadãos um papel ativo no desempenho e funcionamento de novas formas de relacionamento entre consumidores e produtores (RENTING, et. al, 2012). Segundo os autores, tais iniciativas vão além da venda direta e do marketing operado pelos produtores, representando os cidadãos-consumidores a principal força motriz dessas redes emergentes, que passam a incorporar novas formas da relação alimentar para além do mero aprovisionamento de alimentos. Exemplos claros dessas iniciativas são as cooperativas e grupos de consumo de alimentos locais e orgânicos que se espalharam rapidamente pela Europa nos últimos anos, especialmente em países como a França (Associações para a Manutenção de Agricultura Camponesa – AMAP) (LAMINE, 2005; CHIFFOLEAU, 2009), Itália (Grupos de Compra Solidária – GAS) (BRUNORI *et al.*, 2011; LAMINE *et al.*, 2012) e Espanha (Grupos Autogestionados de Konsumo/ Grupos de Consumo Agroecológico – GAKs), (SOLER *et al.*, 2010).

Novas propostas de desenvolvimento sustentável que fazem crítica às cadeias agroalimentares convencionais são sumarizadas nas noções e experiências denominadas cadeias agroalimentares curtas (*short food supply chain – SFSC*) ou circuitos curtos de comercialização – CCC e nas redes agroalimentares alternativas – RAA (*alternative food networks – AFN*).

Vale ressaltar que, tais noções emergiram primeiramente no continente europeu, onde mudanças estruturais de mercado se deram, também, impulsionadas pela demanda de produtos, à medida que partiram da preocupação dos consumidores em relação à procedência dos alimentos, possibilitando maior geração de renda aos agricultores devido ao valor percebido de tais estruturas organizativas, e como estas prosperaram como alternativas (MARSDEN; BANKS;

BRISTOW, 2000; PLOEG, 2011). Tais estruturas organizativas denotam preocupações principalmente no que se refere aos impactos ambientais e ao desenraizamento dos alimentos (GOODMAN, 2003) das cadeias convencionais. Essas cadeias seriam contrapostas com o enraizamento, realocação e inclusão de atributos de qualidade, vinculados a aspectos culturais (tradições e modos de vida, por exemplo) e ambientais (não utilização de insumos químicos, respeito a sazonalidade das culturas, etc.), além da valorização dos sujeitos envolvidos no processo e de seu “saber fazer”.

Na modernidade, as tradições alimentares em sua função emblemática, tornam-se lugar de resistência cultural. Sob a ótica de Poulain (2013) o “sabor da terra” internacionaliza-se e desperta na atualidade um interesse pelos patrimônios gastronômicos locais em todos os países ocidentais. Num contexto de expansão do turismo internacional, as tradições gastronômicas das zonas receptoras são agora consideradas pelos autores da indústria turística como um patrimônio a ser valorizado, e como uma alavanca de desenvolvimento local (POULAIN, 2013).

Ao tratarmos de alternativas ao modelo agroalimentar industrial e o contexto sob o qual este se encontra atualmente, ressalta-se aqui a notória importância de discorrer conceitualmente sobre o tema que gira em torno das redes agroalimentares alternativas. Conforme o descrito por Darolt *et al.* (2016) RAA é um termo recorrentemente utilizado na literatura internacional que designa uma categoria genérica de análise acadêmica para o estudo destas alternativas ao atual modelo agroalimentar. Ainda segundo os autores, as estratégias são pautadas na cooperação social e parcerias entre produtores e consumidores, na reconexão entre produção e consumo dentro de padrões sustentáveis, na dinamização dos mercados locais com identidade territorial, e na revalorização da circulação de produtos de qualidade diferenciada. Segundo Murdoch *et al.* (2000), o termo ‘redes agroalimentares alternativas’ é comumente utilizado para designar a nova emergência de um sistema estruturado sob forma de rede, formado por produtores, consumidores e outros atores que integram alternativas ao modo industrial e padronizado de suprimento de alimentos. Renting; Marsden; Banks (2003) incorporam parâmetros e conceitos mais específicos, identificados empiricamente para melhor entender a natureza diversa e a dinâmica das RAA. Segundo os autores:

“existem diferentes tipos de RAA. No estudo *Impact*<sup>9</sup>, por exemplo, três categorias de circuitos curtos de comercialização são usadas: agricultura orgânica, qualidade de produção e venda direta. Estas foram consistentemente aplicadas à coleta e análise de evidências empíricas. No entanto, o estudo demonstrou que as RAA por sua natureza, empregam diferentes equações e construções sociais, como ecologia, localidade, região, convenção de qualidade e culturas de consumo. Uma importante tarefa teórica e empírica seria a de explorar como estas evoluem e contribuem, de diferentes formas, para o desenvolvimento dos territórios” (p.394).

Ainda na concepção dos autores, existe uma necessidade urgente da reformulação de conceitos que ajudem a compreender a variabilidade das RAA e a heterogeneidade que engloba a aplicação deste modelo na empiria.

Há autores que digam que a abordagem proposta pelas RAA é falha por conta do “teor” alternativo empregado, dado que em muitos *fair trades* da Europa, pequenos produtores fazem alianças estratégicas com grandes redes varejistas de supermercados.

Nessa lógica, o conceito dos chamados mercados aninhados ou “*nested markets*” proposto por Ploeg (2011) define como sendo mercados aninhados aqueles mercados socialmente construídos que se organizam a partir de interações sociais entre atores que não necessariamente estão fora do capitalismo ou do modo de produção dominante na sociedade atual. Pelo contrário, estes encontram-se no interior desses mercados dominantes e em contato com os mesmos, coexistindo, portanto, com os mercados convencionais. Segundo Ploeg (2011) os grandes mercados de produtos agrícolas e alimentares são, cada vez mais, governados por impérios alimentares, e ao mesmo tempo, vindo a inserir-se em um nicho emergente de mercado que se baseia em novas redes sociotécnicas que primam por proteger espaços específicos contra o regime imperial. Assim, os mercados aninhados significam limites, embora permeáveis, que delineiam um espaço em que as relações alternativas, tendências, identidades e as transações podem ser construídas (PLOEG, JINGZHONG, SCHNEIDER, 2012). Essa noção refere-se a segmentos específicos de mercados mais amplos; segmentos que estão ligados a mercados mais amplos, mas, ao mesmo tempo, diferenciados deles (PLOEG, 2012). Não é desejável no presente estudo aprofundar-se nessa discussão, no entanto, é válido ressaltar a abordagem dos mercados

---

<sup>9</sup> Henk Renting é o coordenador do projeto IMPACT, cujo título completo é “O impacto socioeconômico das políticas de desenvolvimento rural: realidades e potencialidades” (CT-4288), um projeto financiado pelo Fourth Framework FAIR, um programa da Comissão Europeia.



aninhados no sentido de refletir sobre quão “alternativas” são de fato as RAA, e ponderar sobre o fato de que houve uma apropriação capitalista da abordagem desse tipo de rede.

A partir do amadurecimento conceitual proposto pelas redes de cidadania agroalimentar (RCA) com o surgimento e ascensão dos movimentos sociais, a própria crítica às RAA quanto ao seu teor “alternativo” só vem a reforçar a máxima sobre a importância da retomada de poder de decisão relativo ao consumo agroalimentar na sociedade contemporânea, assunto que será melhor tratado subsequentemente.

Retomando a discussão acerca da especificidade conceitual das redes agroalimentares alternativas, tem-se que, dado a abrangência da terminologia inerente às RAA, o conceito inerente às cadeias curtas de comercialização (CCC) é mais específico e ao mesmo tempo correlaciona-se com a terminologia proposta anteriormente, tendo em vista a amplitude das inter-relações entre os atores que estão diretamente envolvidos na produção, processamento, distribuição e criação de novos produtos alimentícios (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003).

A definição de *short food supply chains* (SFSC) ou em português, circuitos curtos de comercialização (CCC), foi inicialmente proposta por Marsden, referenciada e discutida posteriormente por diversos autores (KNEAFSEY, *et al.*, 2013). Marsden (2002) defende que os CCC tem capacidade de “re-socializar” ou “re-espacializar” a produção e o consumo de alimentos, ressaltando o autor que: “não é o número de vezes que um produto é manipulado ou a distância que ele percorre até chegar ao consumidor final que importa, mas sim o fato de o alimento alcançar o consumidor imbuído de informação (*embedded*)” (MARSDEN *et al.* 2000:426). Essa informação permite ao consumidor fazer conexões e associações com o lugar/espço de produção, e potencializar o valor das pessoas envolvidas, bem como os métodos produtivos empregados (MARSDEN *et al.*, 2000), enfatizando ainda duas categorias primordiais que englobam a definição dos CCC: a relação cara a cara e a proximidade espacial.

Para Santos (2003), circuitos curtos de comercialização nada mais são do que formas de comercialização que, como o próprio nome indica, tentam aproximar agricultores e consumidores. Marsden *et al.* (2002) ratificam a afirmativa definindo como “cadeias curtas de abastecimento alimentar”, aquelas que reivindicam uma reaproximação entre produtores e consumidores como sendo fatores essenciais para a consolidação de práticas e processos de desenvolvimento rural. Segundo a mesma fonte, entende-se como “cadeia curta” o conjunto de

atores que estão diretamente envolvidos na produção, processamento, abastecimento e consumo dos produtos alimentares, as relações estabelecidas entre produtores e consumidores, o acesso à informação acerca do produto que está sendo consumido com associações relativas ao lugar e espaço de produção (origem; território), aos valores sociais das pessoas envolvidas no processo, e aos métodos de produção utilizados.

Sob a ótica dos autores citados, baseado em um sistema de venda direta de produtos, os CCC denotam um caráter sustentável em sua essência empírica e filosófica, tendo em vista os efeitos positivos gerados nas esferas social, econômica e ambiental que abrange o processo.

Tem-se que os circuitos curtos referem-se às novas formas de produção e relacionamento entre agricultores e consumidores, ou ainda, no resgate de formas antigas e tradicionais de produção e provisionamento de alimentos. Tal abordagem propõe a aproximação das formas de produção e consumo, de modo a promover uma relação de proximidade entre produtores primários e destinatários finais, traduzindo-se na contraposição aos circuitos longos das cadeias industriais de abastecimento de alimentos (MARSDEN, 2000).

Como bem prospecta Mennell (1985) relacionando tendência agroalimentar à modernidade, esta é marcada por contrastes, pois, ao passo que constata-se uma homogeneização dos hábitos alimentares marcada pela industrialização e pela crescente demanda dos *fast-foods* tida com o alongamento das cadeias, há igualmente um crescimento da variedade, qualidade e da realocação dos alimentos, de modo a valorizar a territorialidade agroalimentar, “representando esta, duas faces do mesmo processo, se os examinarmos um após o outro” (p.460).

Assim, depreende-se que alguns dos benefícios dos CCC gira em torno da comercialização de alimentos frescos, produzidos localmente e de forma sustentável, o que aumenta a oferta e a demanda local de alimentos, diversificando a produção e o mercado, promovendo a competitividade econômica da pequena agricultura e aquecendo a economia local. Como consequência, tem-se a redução dos custos, dado o fator proximidade e redução da intermediação, propiciando uma remuneração mais justa ao produtor e um preço mais acessível ao consumidor, atuando os CCC, portanto, como uma ferramenta de desenvolvimento econômico e social do território. Essa relação influencia de forma positiva ainda os hábitos alimentares saudáveis da comunidade, tanto por parte de quem consome quanto por parte de quem produz. A relação entre as partes é pautada em uma relação de confiança, proximidade e transparência na

cadeia alimentar, aliado ao conhecimento por parte dos consumidores sobre a origem do produto, e a oferta de produtos sazonais, frescos e de qualidade, que valorizam a identidade cultural, produtiva e alimentícia do território.

No Brasil ainda não há uma definição oficial para circuitos curtos de comercialização, mas o conceito aponta para uma proximidade entre produtores e consumidores (DAROLT, 2012). Segundo mesma fonte, outras definições conceituais afirmam que o número de intermediários em CCC deveria ser mínimo ou idealmente nulo. Isto em particular no caso francês, onde subentende-se ser consenso que o critério chave refere-se ao número de intermediários entre o produtor e o consumidor, o qual para uma cadeia curta de comercialização estabelecer-se, deveria ser no máximo um (MARÉCHAL, 2008; AUBRY; CHIFFOLEAU, 2009). De acordo com Darolt (2012), dois casos de CCC podem ser distinguidos: a venda direta (quando o produtor entrega diretamente a mercadoria ao consumidor) e a venda indireta via um único intermediário (que pode ser outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado local). Sob a ótica do autor, a definição francesa é útil institucionalmente, porém, questionável empiricamente, se ponderado o fato de que uma grande rede de supermercados também poderia comprar direto de um produtor e revender, sem oferecer uma comercialização justa. Nota-se a partir de tal viés uma ausência de princípios estruturantes ligados à governança, soberania e justiça agroalimentar, caindo o conceito dos CCC no mesmo embate que o relativo às RAA, ao discutirmos o hibridismo das relações e a apropriação capitalista de tais abordagens.

Ao fazermos essa correlação nota-se que, o que os autores denominam de cadeia curta pode ser extrapolado novamente para a noção de RAA. O enfoque das RAA estaria então direcionado à evidenciação do potencial alternativo dessas redes diante da produção industrial, levando em consideração também as questões políticas do consumo (SCHNEIDER; GAZOLLA, 2011). Estas novas estruturas estariam relacionadas a um novo paradigma rural, enraizado na cultura, na história e nos ecossistemas locais (PLOEG, 2006), promovendo a valorização de produtos alimentares de acordo com critérios de qualidade vinculados ao sabor, aroma, textura, e, em um cenário ideal, à construção de relações de confiança entre produtores e consumidores, a creditação do local e das técnicas utilizadas para a produção, questões socioeconômicas e ambientais relativas aos agentes envolvidos e à segurança alimentar e dos alimentos. Ademais,

estas cadeias agrícolas heterogêneas e regionalizadas possibilitam a valorização da identidade cultural de uma região, enaltecendo o respeito da produção dos alimentos, com os recursos naturais, e com o conhecimento tácito local (PLOEG, 2011; TREAGER, 2011).

Da mesma forma a noção relativa às RAA apesar de conservar em sua essência valores ligados a exaltação da produção orgânica/agroecológica, identidade, território, circuito curto, meio ambiente, qualidade do alimento e soberania alimentar, existe ainda o gargalo ligado a governança agroalimentar e a democratização do alimento. Entende-se como governança a presença da diversidade de atores sociais em prol do exercício da cidadania agroalimentar, atuando como pilar fundamental para construção, expansão e consolidação das cadeias agroalimentares curtas. São ações coordenadas e desenvolvidas de forma equilibrada, desejavelmente por atores públicos e privados, em um processo de envolvimento efetivo destes para a construção de novos olhares e estratégias por meio de redes ou estruturas sociais pautadas na participação, cooperação, descentralização e soberania.

Já por democratização do alimento entende-se tanto o acesso por parte dos consumidores, que independentemente de uma renda ou posição socioeconômica elevada, possam consumir os produtos, quanto o acesso por parte da produção, em termos de inserção de mercado, abastecimento, etc.

Renting *et al.* (2003, p.339) chamam atenção para o fato de que o conceito de RAA é insatisfatório frente as dinâmicas e problemáticas contemporâneas do agroalimentar, bem como as transformações sociais de nosso tempo. O autor define a noção de RAA como “um amplo e abrangente termo para definir redes emergentes de produtores, consumidores e outros atores que incorporam alternativas ao modo industrial e padronizado de abastecimento alimentar”. Em outras palavras as RAA dão mais ênfase ao mercado, na defesa da oposição ao *mainstream*, e pouca ou nenhuma ênfase nas questões para além do comercial e do mercantil. Segundo Renting *et al.* (2012) a principal deficiência do conceito inerente às RAA é que ele não possui um conteúdo normativo claro, pois, é definido em termos de sua distinção das redes alimentares ao “*mainstream*” (RENTING *et al.*, 2012, p. 291). Ainda, segundo mesma fonte, o conceito das RAA é inepto por não compreender a dinâmica contemporânea dos sistemas agroalimentares e o surgimento das novas redes orientadas pela sociedade civil. Goodman (2004) critica ainda a abordagem das RAA pela falta de atenção às questões de inclusão e justiça social, ambas no que

dizem respeito ao tipo de agricultores envolvidos e aos tipos de interesses abrangidos no âmbito do consumo de classe média.

Conclui-se, portanto, que o conceito inerente às RAA fora profícuo inicialmente para a delimitação da análise exploratória do fenômeno emergente acerca das redes agroalimentares contra hegemônicas surgidas na década de 1990, porém se mostra não adequado para tendências recentes e análises contemporâneas mais detalhadas (TREAGEAR, 2011). No entanto, enfatiza-se a importância do conceito das RAA quanto ao cunho alternativo e de oposição aos circuitos longos e ao *mainstream*, compreendendo-se que há um longo processo de desenvolvimento do pensamento sociológico e do estado da arte relativo às novas dinâmicas agroalimentares contemporâneas. Estas, sugerem a necessidade de explorar perspectivas teóricas mais específicas relativas as problemáticas atuais do agroalimentar e toda a dinâmica que engloba o sistema.

Segundo Renting *et al.* (2012) é necessário construir abordagens conceituais que tratam mais claramente do papel renovado de cidadãos, consumidores, produtores e sociedade civil, e a distintiva natureza e características das relações sociais e econômicas imbuídas nas novas redes emergentes de alimentos, e de seu potencial gerador de transformações genuínas no sistema agroalimentar contemporâneo.

Análises mais recentes de distintas naturezas organizacionais denotam a importância de outras dimensões que qualificam e corroboram a unificação dos critérios estruturantes que definem essas redes e cadeias. Essas abordagens optam por caracterizar tais estruturas como redes cívicas agroalimentares ou redes de cidadania agroalimentar – RCA (*civic food networks – CFNs*), (GOODMAN; SAGE, 2014), levando em consideração democracia, justiça e soberania alimentar e a relação com políticas públicas e organizações da sociedade civil (além de questões como proximidades geográficas e relacionais entre produção e consumo) - tema que será abordado mais profundamente no próximo tópico. A promoção e integração de redes de cidadania agroalimentar (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; LAMINE; DAROLT; BRANDERBURG, 2012), no sentido da promoção do acesso ao alimento orgânico/agroecológico, da sensibilização para e da dinamização de formas de consumo responsável, e da organização e planejamento da produção, reforçam abordagens que visam a promoção de maior democracia alimentar (RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; LAMINE; DAROLT; BRANDERBURG, 2012), extrapolando, portanto, a noção das RAA.

Importante destacar que, segundo Renting *et al.* (2012) as redes de cidadania agroalimentar representam uma alternativa possível e um conceito analítico complementar. Assim, o conceito das RCA não substitui, necessariamente, os termos analíticos existentes nas RAA, mas sim, atua como uma categoria complementar de abordagens tais como os CCC e propriamente as RAA. Em outras palavras trata-se de uma evolução e um amadurecimento conceitual que permeia primeiramente as RAA, com Rudolf Steiner (1861-1925) e as noções acerca da Agricultura Biodinâmica; e posteriormente as RCA, trazendo um tema emergente ligado a questão da cidadania e do consumo, muito discutido por autores contemporâneos, sendo, portanto, um processo histórico construído e aprimorado com o passar do tempo.

Em suma, notória se faz a necessidade de quebrar paradigmas ligados à “ideologia modernizadora” e de construir uma realidade na qual a agricultura deve ser enfocada a partir de diretrizes que não estejam voltadas apenas para a reprodução do capital, às camadas socioeconômicas mais abastadas e aos interesses dominantes, mas sim, ligadas a uma matriz mais ecológica, mais humana, que justamente contraponha-se a tais interesses dominantes e compatibilize em sua essência a justiça ambiental aliada à eficiência econômica, ancoradas estas em modelos alternativos e democráticos de consumo e desenvolvimento.

Na visão de Ploeg (2011), para o alcance desse desenvolvimento, a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados, representam uma possibilidade de reconstrução da agricultura em termos regionais e da economia territorial como um todo. A despeito de quão difícil isso possa parecer, se impõe o desafio de retornar o abastecimento alimentar para a esfera local, priorizando os alimentos de melhor adaptação à região e observando sua alternância segundo o ritmo das estações, a sazonalidade, casado a uma matriz tecnológica mais ecológica, mais sustentável (KHATOUNIAN, 2001).

Finalmente, inúmeras são as relações que podem ser estabelecidas com tais temas ao pensamento sociológico. A organização destas formas de produção e consumo através do estabelecimento de relações sociais em redes, integrando produtores, consumidores e instituições, tornam-se os pontos centrais de discussão aqui analisados.

### 3.5 A construção social de mercados e o boicote das grandes corporações agroalimentares

Retomando a concepção de Karl Polanyi para adentrarmos na discussão que avança, podemos assimilar os mercados como processos imersos e incrustados em relações sociais, e não como fenômenos apartados do meio social. Ou seja, ao invés da economia estar enraizada (*embedded*) nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 77). Desta forma, demanda e oferta são importantes variáveis, devendo ser estruturadas de forma integrada aos processos sociais.

Sampaio *et al.* (2018) elucida o axioma clássico da lei da oferta e demanda, pautado em uma economia de mercado em que a demanda por produtos resulta na oferta para estes. No entanto, quando são mercados monopolistas ou oligopolistas, devido à falta de opções, a oferta de produtos gera demanda por estes. A partir das ideias de Adam Smith (1997) surge uma corrente de pensamento que defende a afirmativa de que há uma dinâmica regulatória natural do mercado que não requer uma entidade coordenadora, á exemplo, o Estado.

Sob a ótica agroalimentar, podemos trazer a reflexão da importância da demanda sobre a oferta de produtos/alimentos que serão plantados no campo, de modo a supri-la conseqüentemente. Nesse sentido, propõe-se ao leitor a pensar em uma lógica de mercado invertida, no qual a demanda determina a oferta. Nesse tocante, se pensarmos a partir desse viés, pode-se 'tomar' a própria parcela de responsabilidade sobre o que é produzido e conseqüentemente ofertado para suprir a necessidade alimentar, dando a devida importância para o fato de que os sujeitos sociais tem o efeito de regular o mercado agroalimentar. Essa tomada de consciência representa um importante fenômeno que se configurou ao longo das últimas décadas, qual seja, uma mudança nos regimes de responsabilização (*accountability*) no sistema agroalimentar (NIERDELE, 2013).

Na academia, essa consciência maior acerca da responsabilização do consumidor sobre o que é plantado no campo desperta uma noção para o conceito de “coprodução”, que de acordo com o movimento social *Slow Food*<sup>10</sup>, é a conscientização do ato do consumo, ou seja, a

---

10 Fundado em 1989 o movimento Slow Food foi criado inicialmente como uma proposta de oposição ao *fast food* e ao modo de vida representado pelo modelo, propondo a desaceleração, o retorno à convivialidade e ao direito do prazer de saborear um bom prato. A partir desse ideal cresceu e acabou se tornando uma associação internacional presente em 132 países; promovendo pequenos produtores, defendendo a biodiversidade e preservando as culturas, sabores e saberes locais.

responsabilização do consumidor pelo ciclo produtivo do alimento, dado que o coprodutor orienta o mercado e a produção por meio de suas escolhas, assumindo um novo papel no processo quando se torna consciente de seus atos e predileções (PETRINI, 2009). Destaca-se aqui o ativismo político incrustado nesses movimentos sociais, que por meio da organização coletiva, se opõe à lógica dominante do consumo em massa, como o *Slow Food*, o veganismo, o vegetarianismo, o *fair trade*, ou até mesmo por meio de práticas individuais de “consumo político” (PORTILHO, 2009). Tais experiências surgem comumente como crítica ao modelo agroalimentar predominante, e também dado o anseio de diferentes grupos sociais em construir novas redes de produção e consumo, retomando para si próprios, e em um panorama ideal também para o Estado, a incumbência e o dever de fazer as escolhas alimentares que vão de encontro aos processos atuais de mudança de padrões e consciência sob os quais o planeta está passando.

Segundo Forno e Graziano (2014) o termo consumo político refere-se à compra de bens e serviços com base não apenas no preço e na qualidade do produto, mas também no comportamento dos produtores e métodos de produção que enaltecem a sustentabilidade ambiental, os direitos dos trabalhadores, os direitos humanos, etc. Na ótica de Micheletti (2009), o consumo político enfatiza a responsabilidade do indivíduo pelos ‘bens comuns’ ao reconhecer o ato de consumir como parte fundamental do processo de produção; e fornecer, portanto, um significado político implícito (se não explícito) ao comportamento do consumidor. Trata-se de pensar de forma coletiva ao praticar o “ato de consumir”, deixando de lado o consumo individualizado e individualista, que atende apenas às necessidades e desejos do indivíduo de forma isolada, e pesar sobre toda a complexidade da cadeia de produção até o “simples ato de comprar a ideia” de determinado produto ou “investir” o dinheiro em determinada proposta.

Nesse sentido, defende-se a premissa de que, se por um lado o mercado é dominado pelos interesses de corporações agroalimentares, por outro, possibilita a inclusão de atores, produtos e qualidades diferenciadas e alternativas. Tal cenário se torna oportuno para emergirem esforços pela retomada de valores e consciência, estimulados por uma gama de sujeitos, grupos, organizações e movimentos sociais que legitimam formas inovadoras de produção e consumo.

Segundo Rover; Lampa (2013) a abertura de mercados por meio da articulação de atores sociais que compartilham visões comuns de desenvolvimento e buscam fortalecer as economias



locais, tem representado uma contra tendência de construção social de mercado. Destarte, mercados de proximidade articulados através de princípios de consciência, confiança e reciprocidade, agem como “engrenagens” para novas relações econômicas, gerando dinâmicas de mercado e consumo ético/responsável, e despertando no consumidor a importância do seu papel como coprodutor da cadeia agroalimentar.

Na atualidade, esses mercados diversificados vão ao encontro de uma alimentação que prima pela qualidade, um alimento saudável, ambientalmente equilibrado, respeitoso ao bem-estar animal, socialmente justo com os agricultores, e carregado de valores culturais e de identidade ligados ao território. São valores de padrões de consumo que se contrapõem às formas industriais de produção agroalimentar e ao consumo de massa, um consumo violento, padronizado, aculturado, ambientalmente danoso, economicamente concentrado e de baixa qualidade alimentar.

Muitas dessas preocupações surgiram em virtude da reflexão que os consumidores passaram a fazer a respeito da natureza, do bem-estar animal, dos agricultores familiares, dos riscos à saúde, entre outros (RAUD MATTEDI, 2005).

A contribuição trazida por sociólogos contemporâneos como Giddens, Lash e Beck (2012) vem no sentido de expor que as transformações sociais de nosso tempo, como a globalização da economia e a padronização do consumo, por exemplo, alteram a noção das pessoas acerca dos riscos implícitos nesse processo, sobretudo no que afeta o mundo da alimentação em geral.

Em contrapartida, percebe-se que há uma grande diversidade nas formas e nos canais de comercialização de produtos agroalimentares, bem como uma grande diversidade nas mais diversas formas de consumo.

Não obstante, percebe-se uma restrição e, ao mesmo tempo, uma diversificação dos mercados agroalimentares, ou seja, um paradoxo da busca por novos espaços de comercialização por parte dos agricultores, e por novas formas de alimentação por parte dos consumidores, ocorrendo ambas simultaneamente às formas dominantes (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016).

O crescimento desses de novos mercados é a expressão das estratégias que permitem aos sujeitos envolvidos retomarem o direito de decisão soberana sobre o tipo de alimentação e de vida que valorizam. É isso, afinal, que as diferentes redes têm proposto sob o signo de distintos

mecanismos de requalificação dos alimentos (agroecológicos, orgânicos, naturais, tradicionais, caseiros, coloniais, de origem, comércio justo e solidário, da reforma agrária, da agricultura urbana, etc.): retomar para si a responsabilidade pela alimentação enquanto prática social, desenvolvendo formas inovadoras de produção e consumo direcionados para a construção de uma nova relação sociedade natureza (NIERDELE, 2013), divergente da noção implícita pelas formas dominantes de produção agroalimentar.

Ignacy Sachs (2007) traz uma contribuição importante no sentido de superar esse conjunto de valores hegemônico imposto na sociedade atual globalizada, ressaltando a necessidade de construir-se uma enciclopédia do cotidiano que estabeleça uma transitoriedade entre o paradigma em crise e um novo paradigma, assim chamado de “ecosocioeconomia”. O termo pode ser entendido como um conjunto de alternativas correlacionadas a movimentos sociais de resistência ao sistema capitalista, organizados a partir de acordos institucionais e sócio produtivos, e movidos pela racionalidade ambiental, capaz de beneficiar não apenas os agentes diretamente envolvidos, mas sim, o território em outras escalas (SAMPAIO *et al.* 2018).

Referente a tais formas dominantes, é válido citar que, sob a ótica de Wilkinson (2003), tem-se que o principal *player* na atualidade são as grandes redes de supermercados. Ploeg (2008) adverte que é crucial para os estudos pós-modernos a compreensão adequada da ascensão e expansão desses mercados globais agrícolas, e como estes representam na atualidade um novo fenômeno que impacta diretamente o campo e o sistema produtivo e de abastecimento agroalimentar mundial. Na concepção do autor, os ‘impérios’ funcionam como um dispositivo heurístico para caracterizar a nova “superestrutura” dos mercados globalizantes. Atuais se tornam então as críticas expostas por Polanyi (2000) à teoria econômica (*mainstream*) e às instituições de uma sociedade cuja economia é (des) regulada por um sistema globalizado de mercados.

Importante se faz, portanto, articular o enfoque organizativo da produção e a abordagem organizativa em relação a esfera do consumo, caracterizando um movimento social organizado em prol de um consumo mais ético e responsável. Segundo Alcântara e Sampaio (2017), não se pode negar a importância dos movimentos alternativos, que apesar da resistência ao seu cunho filosófico utópico, representam iniciativas que promovem outros modos de vida e de se relacionar entre si e com a natureza, efetivando ações de resistência aos modos de vida impostos na contemporaneidade. A questão posta é a oposição aos processos de desterritorialização,

artificialização, padronização e oligopolização da produção e do consumo alimentar. Os movimentos sociais formados propõem que as pessoas, famílias, comunidades, territórios e o próprio Estado reassumam a responsabilidade pelas práticas de produção, distribuição e consumo de alimentos (NIERDELE, 2013).

Nesse tocante, a construção de relações sociais é tida entre e por atores sociais, sendo um dos principais determinantes nos processos de desenvolvimento de novas organizações da sociedade contemporânea e movimentos alternativos. Parte-se do pressuposto teórico de que os mercados não são definidos apenas pelo ato comercial, mas sim, pela esfera social e o conjunto de valores e ações presentes ao longo da cadeia produtiva.

Desta forma, as peculiaridades dos arranjos mercantis podem basear-se tanto no entendimento da sociedade de mercado sob a ótica institucionalista, pautada esta nos princípios seminais de Polanyi, como por extensão, nos pressupostos fundamentais da Nova Sociologia Econômica proposta por Granovetter, que reivindica o emprego da análise e funcionamento das redes de relacionamentos pessoais nos estudos atuais voltados à lógica dos mercados, ou seja, o agir econômico que encontra-se “enraizado” nas redes de relações sociais (GRANOVETTER, 1985). O autor reforça também a noção de enraizamento ao defender que as redes sociais concretas (laços fortes) nas quais os indivíduos estão inseridos, encontram-se (geralmente) na origem da confiança e do afastamento da má-fé e do oportunismo (GRANOVETTER, 1985).

Como um exemplo de “redes de relação enraizadas”, a partir de experiências italianas, autores como Brunori *et al.* (2012) e Anjos; Caldas (2017), analisam a experiência do Grupo de Aquisição Solidária<sup>11</sup> (GAS), o qual vem se estruturando como modelo através de uma rede de proximidade, onde para além da comercialização, consumidores e produtores autogestionam todo o processo, combinando deveres e responsabilidades, preços e qualidades. Os autores apontam as redes de relações sociais e as interações sociotécnicas entre consumidores e agricultores como uma inovação chave para se alcançar um consumo e um desenvolvimento mais sustentável. Anjos; Caldas (2017) definem os GAS como um grupo de compras, sobretudo de produtos agroalimentares (frutas, legumes, derivados lácteos etc.), organizado espontaneamente e plenamente identificado com a abordagem política do ato de consumo. Os princípios intrínsecos à

---

<sup>11</sup> Os Gruppi di Acquisto Solidale (Grupos de Compras Solidárias), ou simplesmente GAS, tiveram origem no norte da Itália durante a década de 1990. O primeiro GAS surgiu em 1994, em Fidenza, província de Parma, região de Emilia-Romagna. Dez anos mais tarde eram apenas 19, enquanto em 2006 contabilizavam 342, sendo que dois terços deles estavam situados no norte da Itália (Sivini, 2008, p. 77).

abordagem são basicamente pautados no: (i) consumo consciente ou reflexivo, justiça social, sustentabilidade ambiental e uma nova compreensão acerca da qualidade; (ii) solidariedade entre o grupo e para com os produtores em prol da melhoria das condições de trabalho; (iii) socialização e autogestão, compartilhamento de ideias e de decisões entre os participantes; e (iv) estreitamento de laços e relações sociais (BRUNORI *et al.* 2012).

Segundo Schubert e Schneider (2016) a iniciativa dos consumidores em buscar espaços diferenciados de consumo junto a agricultores, de forma a construir novos espaços de comercialização e resgatarem formas artesanais e sustentáveis de produção, faz-se essencial no processo de mudança, representando ainda na atualidade uma tendência de mercado. A faceta desenvolvimentista que analisa as novas redes de cooperação entre consumidores e produtores, tal qual onde consumidores assumem um papel ativo na tomada de consciência e proativo em relação a autogestão, adentra então na discussão em torno das redes de cidadania agroalimentar (RCA), tema este que será melhor aprofundado na seção a seguir.

### **3.6 Redes de cidadania agroalimentar (RCA) e temas transversais de importância**

Ao falarmos em atuação em rede e proliferação de redes de cidadania agroalimentar nos territórios, sabe-se que seu desenvolvimento não depende de um mecanismo de mercado, mas sim, da construção de novos espaços sociais no sistema agroalimentar (NIEDERLE, 2018), caracterizado, em sua generalidade, pela união das distintas motivações dos sujeitos em promover mudanças nos padrões de consumo impostos pelas formas dominantes do mercado agroalimentar.

Nesse sentido, o preceito básico que caracteriza essas redes é o fato de se apoiarem em valores fundamentais como solidariedade, confiança, reciprocidade, democracia e cidadania agroalimentar (RENTING, SCHERMER e ROSSI, 2012), enfatizando ainda o papel da sociedade civil e sua capacidade de atuação efetiva em decisões relativas ao sistema agroalimentar local.

Como uma nova abordagem analítica, construída a partir das contribuições teóricas tidas anteriormente, a exemplo os circuitos curtos de comercialização e as redes agroalimentares alternativas, Renting *et al.* (2012) pontuam alguns critérios estruturantes que diferenciam as RCA das outras abordagens de redes localizadas. São estes:

- desenvolvimento de novos relacionamentos entre consumidores e produtores, engajados em novas formas de cidadania alimentar;
- ampla articulação em rede (para além da produção, distribuição e consumo) podendo incluir novas formas de cooperação entre os diferentes atores locais;
- expressão de processos e mecanismos de mudança na governança alimentar, com crescente importância do papel da sociedade civil (e administrações locais e regionais) em comparação às forças do mercado e o Estado;
- mudanças nas relações entre redes agroalimentares e relações urbano-rurais. Muitas vezes as cidades são o ponto de partida para inovações no sistema agroalimentar, associadas às RCA, incluindo formas de agricultura e jardinagem (peri) urbanas, “invertendo” relações rural-urbanas e mudando o ponto de partida e o lócus de inovação relacionado à rede;
- incorporação de novos discursos, conhecimentos e processos, desenvolvidos e compartilhados através da interação entre os atores;
- desenvolvimento de interfaces com outros novos movimentos e inovações conceituais, capazes de fomentar o desenvolvimento de novos discursos e formas de cidadania.

O arranjo das RCA configura-se, portanto, como uma nova abordagem diferenciada dos outros tipos de redes localizadas e de cooperação. Os atores envolvidos reorganizam-se em torno do reequilíbrio das relações de poder, que para além de um direito, representa a atuação ativa na gestão dos processos de governança, passando pela produção (demanda/oferta), abastecimento e distribuição dos alimentos, havendo uma conotação direta com as noções de democracia, soberania, e cidadania agroalimentar.

A noção de *embeddedness* ou enraizamento inicialmente proposta por Polanyi, é incorporada a partir dos elementos tidos na construção de relações entre produtores e consumidores, como formas de cooperação, solidariedade, reciprocidade e o estabelecimento de novas formas de cidadania e consumo alimentar.

A noção de reciprocidade é entendida como o envolvimento de atores em uma relação de troca, havendo também o compromisso da troca não necessariamente monetária, ou seja, o compromisso de “dar de volta”, do agir reciprocamente.

O enraizamento propõe um controle social dos processos econômicos, no qual o sistema agroalimentar é concebido como enraizado no sistema social da rede constituída por e pelas pessoas, no caso, uma rede cidadã agroalimentar.

Ao falarmos em alternativas econômicas construídas a nível local, constituídas com base na atuação em rede e mercados de reciprocidade, notável é o reconhecimento da presença de uma economia não monetária, o que Polanyi (2012) propôs ao tratar de uma visão integral sobre a economia, diferente daquela fomentada unicamente pela racionalidade instrumental.

Para além do monopólio de mercado por parte das grandes corporações e valorização da participação social ligada a esfera do consumo, importante tratar ainda da noção de “democracia alimentar”, tendo em vista que o conceito relativo às RCA traz em sua essência esse elemento como sendo central. O termo democracia agroalimentar fora inicialmente proposto por Tim Lang nos anos 1990, em resposta ao crescente controle das grandes corporações e à falta de participação dos consumidores no sistema agroalimentar (RENTING *et. al.*, 2012). Lang defendeu a necessidade de democratizar tal sistema e enxergar a “comida como lócus de um processo democrático”, que é essencialmente uma chamada para fomentar o papel dos cidadãos na gestão e controle do alimento. Na lógica das redes de cidadania agroalimentar e a ascensão da construção desses modelos de desenvolvimento, o termo corresponde às tentativas da sociedade, formada por cidadãos, em “construir a democracia alimentar”, enfatizando a cidadania ativa.

Relacionado a soberania alimentar, trataremos brevemente do conceito dado a interface dos assuntos abordados no presente estudo. O conceito foi proposto pelo movimento camponês internacional Via Campesina, em 1996 (WITTMANN *et al.*, 2010), indo ao encontro das discussões tidas pela democracia agroalimentar, porém, apresentando um foco mais forte em sua base voltado para os direitos, incluindo também a perspectiva da produção, como “o direito das pessoas de determinarem suas próprias políticas alimentares e agrícolas” (PATEL, 2009, p. 682). Pimbert (2009) sugere que, “talvez seja melhor compreendido como um processo que procura expandir o reino da democracia e regenerar uma diversidade de sistemas alimentares locais autônomos” e que este transformativo processo de aprendizagem “implica numa nova concepção fundamental de cidadania econômica, política, social e cultural” (p. 2). Wittmann (2009) indica que a soberania alimentar acarreta em novas formas de “cidadania agrária” como “um modelo de

ação rural que protege tanto contra os abusos do Estado, quanto da ganância do mercado, englobando o papel da sociedade civil e da comunicação democrática” (p. 808).

Estas novas abordagens são de especial interesse analítico dado que representam potencialmente uma mudança no papel dos consumidores, de passivos usuários finais e meros compradores de produtos alimentícios, para “cidadãos consumidores” que tendem a recuperar o controle sobre as formas em que sua comida é produzida e fornecida (SOPER, 2007; JOHNSTON, 2008).

Nesse tocante, surge a terminologia referente ao “consumidor crítico” que vincula o surgimento de um novo tipo de cidadão e o forte apelo à democracia (FORNO; GRAZIANO, 2014), enfatizando que há um grande crescimento do uso do termo consumismo crítico registrado nos últimos 20 anos entre os setores mais amplos da população. A crescente desconfiança em relação a instituições públicas e canais representativos tradicionais (como, por exemplo, partidos políticos) e principalmente em relação ao Estado, traz esses “novos” cidadãos, também chamados de “cidadãos críticos” ou “democratas insatisfeitos”(NORRIS, 1999). Esses, aderem fortemente a valores democráticos, e são comumente movidos por uma vontade particular de suportar os custos de iniciativas e formas inovadoras de ação e participação para a promoção do bem comum. Tais atores vêm despertando tensões entre ideais e realidade como sendo essencialmente saudáveis para o futuro da governança democrática

Quando munidas desses valores, estas iniciativas trazem também uma mudança do lado da produção, da mera venda de matérias-primas para a indústria de alimentos, para uma atividade que revaloriza e reincorpora vários elementos do abastecimento de alimentos, incrustados em um significado social e político mais amplo. Como parte destas novas redes emergentes, “cidadãos-consumidores” em colaboração com “cidadãos-produtores” reformulam ativamente suas relações em diferentes estágios do sistema agroalimentar, e começam a reavaliar os significados (sociais, culturais, ambientais e políticos) dos alimentos para além da mera mercadoria como objeto de transação econômica.

Para clarificação do termo em sua generalidade, define-se “cidadania” como um conjunto de direitos que proporciona ao cidadão a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Segundo Dallari (1998, p.14) “quem não tem cidadania está

marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social”.

Enquanto o uso do conceito de “cidadania” em relação à alimentação e agricultura na Europa tem sido relativamente incomum, nos Estados Unidos e no Canadá há uma considerável literatura referente à “cidadania alimentar” (RENTING, SCHERMER e ROSSI, 2012). Relacionado ao tema, o trabalho do sociólogo Lyson merece destaque. Lançando no final dos anos 1990 a obra “agricultura cívica” introduziu fortemente uma concepção baseada na agricultura multifuncional e localizada, definida como “um sistema localmente organizado de agricultura e produção de alimentos caracterizado por redes de produtores unidos pelo lugar” (LYSON, 2005, p. 92). Lyson (2005) fez referência explícita à cidadania dado a indicação de que a agricultura cívica “tem o potencial de transformar os indivíduos de consumidores passivos para cidadãos ativos” (p. 97). O conceito fora em seguida aprofundado por Wilkins (2005), que incorporou elementos de “justiça” relacionado para além do social, também o econômico e ambiental, definindo cidadania agroalimentar como “a prática de engajar-se em comportamentos relacionados à alimentação que apoiam, em vez de ameaçar, o desenvolvimento de uma democracia socialmente e economicamente justa, e um sistema agroalimentar ambientalmente sustentável” (p. 271).

Ao falarmos de cidadania, e como consequência do exercício desta através da ação da governança, importante discorrer conceitualmente sobre o termo. Reis (2004) diferencia cidadania civil e cívica, relacionando a primeira a uma autonomia privada e a segunda a uma autonomia pública. Nesse sentido, segundo Rover (2007):

“numa governança civil os atores sociais mais capazes têm espaço para sua autoafirmação e disputam posições de poder sem haver uma institucionalidade pública que expresse um grau de neutralidade frente aos conflitos de interesse. Compreende-se que as possíveis graduações de neutralidade se expressam através de normas e procedimentos constituídos para privilegiar a distribuição universalista e inclusiva de bens da sociedade, ou seja, o interesse público. Nos casos de uma governança civil o indivíduo (pessoa ou organização privada) se coloca como anterior ao coletivo (público), tendo a autonomia privada precedência sobre a autonomia pública” (p. 19).

De acordo com os autores, o exercício da governança poderá se aproximar mais de um perfil civil ou cívico. Ela será mais civil quanto mais os interesses setoriais e privados forem



hegemônicos face ao sentido público da gestão, não garantindo a universalidade de direitos, normas, procedimentos e acesso (ROVER, 2007), ou seja, não garantindo o exercício da cidadania efetiva, que conta com uma mudança no rumo das ações em prol do benefício coletivo. Já a governança cívica é caracterizada quando aponta para a perspectiva de uma autonomia política ou pública (social), com a ampliação da participação e representação dos diferentes atores e grupos sociais, e a incorporação de direitos e deveres, sejam estes sociais, políticos, civis, etc. Há, portanto, o engajamento do cidadão para a participação nos interesses coletivos e exercício da cidadania. Na presente tese opta-se em utilizar-se da terminologia 'cidadã' que traz em seu significado e essência as mesmas interpelações defendidas pela cidadania cívica.

Dado a complexidade de termos inter-relacionados com a abordagem da cidadania cívica, iremos nos ater a tratar somente daqueles que dialogam com as análises feitas no presente estudo.

Nesse contexto, importante se faz discutirmos brevemente sobre a educação para o consumo, tendo em vista que, o exercício da cidadania agroalimentar para este tipo de rede se faz ponto crucial ao tratarmos de governança cidadã. Importante ressaltar aqui que se trata de uma governança micro, justamente por conta da ausência e/ou exiguidade do Estado. A participação popular oportuniza uma aproximação da sociedade civil com os atores envolvidos, e especificamente com a gestão pública. Deste modo, é possível a construção de novos espaços de participação da sociedade civil, onde questões estruturantes como educação para o consumo agroalimentar e capacitação (cursos, palestras, seminários, rodas de conversa, etc.) para um consumo mais consciente e democrático, podem criar novas relações dentro da sociedade moderna, aumentando o capital social.

Brevemente tratando, a primeira análise conceitual sobre capital social é definida por Bourdieu (1985), como “a soma dos recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede duradoura de relações de reconhecimento mútuo, mais ou menos institucionalizados”. Os campos sociais são o cerne das manifestações de poder, e se estruturam “a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior. Bourdieu denomina este quantum de capital social” (BORDIEU, 1985 p. 44). Putnam (2002) considera o capital social não só pelas redes de confiança entre iguais, mas também entre desiguais. Os elementos básicos das organizações sociais seriam, além das redes, as atitudes de confiança, a reciprocidade e as normas que facilitam a ação e a cooperação em prol do benefício

mútuo. Assim, entende-se que o capital social tem seus princípios alicerçados na participação, na confiança e na cooperação, de modo a suscitar nos envolvidos a democracia e a cidadania.

No entanto, sob a ótica de Baquero (2005), apenas parte da educação em democracia representativa tem a ver com a educação cidadã. Para atingir esse objetivo, os cidadãos necessitam ter conhecimento a respeito da natureza dos direitos civis e políticos. Ter conhecimento cívico, no entanto, não é suficiente para o desenvolvimento de uma educação democrática. Há a necessidade de desenvolver virtudes democráticas, como o objetivo de formar cidadãos que tenham uma disposição para agir no espaço público, no sentido de proteger liberdades civis e direitos políticos.

Relacionado a educação cidadã, Gentili (2000) numa reflexão sobre a formação do sujeito democrático afirma que:

“a formação da cidadania supõe a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir e também de submeter à crítica não somente os valores, normas e direitos morais de indivíduos, grupos e comunidades, mas também os seus próprios valores” (p. 154).

Outro aspecto a ser salientado é o exercício conjunto de “cidadãos-consumidores” e “cidadãos-produtores” e o papel das políticas públicas e da atuação do Estado. Por meio de processos politicamente orientados, é possível a criação de padrões de troca e distribuição mais autônomos, construídos sobre relações de reciprocidade e troca socialmente reguladas. Também a redistribuição através do movimento de bens e serviços em direção a determinados centros, e de seu retorno aos consumidores por meio de mecanismos institucionalizados em dispositivos coletivos e públicos, articulados entre instâncias do estado e da sociedade civil (SCHNEIDER; ESCHER, 2011) faz-se importante ao garantir o acesso à políticas públicas de apoio e desenvolvimento da criação desse tipo de rede agroalimentar localizada, como é o caso das RCA.

De acordo com o institucionalismo de Polanyi (2000), nas economias mercantil-capitalistas, a institucionalização deste tipo de processo depende da capacidade dos atores sociais de produzirem “contra movimentos” para a autoproteção do tecido humano, da natureza externa ao homem e da própria organização do processo econômico. Pode-se dizer que na contemporaneidade o ato de formação de um contra movimento é tido pelo desenvolvimento de um consumo crítico.

Segundo Forno e Graziano (2014) um dos objetivos dos movimentos sociais envolvidos na disseminação do consumo crítico é, na verdade, demonstrar o potencial dessas formas de mobilização cidadã, mostrando como os consumidores organizados podem ter um impacto político. A nível econômico, essas experiências estimulam uma maior autossuficiência econômica, e facilitam a construção e a sustentabilidade de cadeias que favorecem a produção local, criando alternativas de consumo capazes de substituir a oferta de grandes redes varejistas e realocar para pequenos produtores.

Yates (2011) afirma que o consumo crítico implica em boicotar a compra de mercadorias por razões políticas, éticas e/ou ambientais, bem como exercitar uma “nova política”. Os cidadãos, descrentes da política e das instituições, e conscientes da manobra que envolve o Estado e os grandes “impérios”, se fortalecem através de outros modos de participação política e de identidade cultural.

Assim, entende-se que o ato do consumo é uma ação cotidiana que, para além dos desejos e necessidades, envolve uma tomada de decisão política e moral, e o desenvolvimento de uma nova consciência sobre o ato de consumo, que não mais é meramente o de consumir por consumir. Basicamente através do consumo crítico espera-se imbuir os consumidores em um processo reflexivo de consumo alimentar.

Na visão de Anjos; Caldas (2017) o consumo crítico tem um “valor político”, não somente no sentido de incidir nas arenas públicas, mas de interferir nas escolhas das administrações. Porém, há de se destacar a necessidade de inovação nas políticas públicas. Esse processo de esclarecimento, denúncia, tomada de consciência, resgate cultural, consumo sustentável, hedonismo, etc., faz parte da dinâmica contemporânea dos mercados agroalimentares, ou mesmo do paradoxo que caracteriza o comensal moderno. Os principais atores têm sido o Estado, as organizações sociais do meio rural, e os próprios agricultores e consumidores (SCHUBERT; SCHNEIDER, 2016).

Cabe como hipótese no presente estudo que o desenvolvimento das RCA pode vir a ser um instrumento de mudança real e quebra nos padrões de consumo da sociedade atual. Em paralelo, é capaz de impulsionar mudanças estruturais nas instituições públicas e seus “*modus operandi*”, os quais podem acarretar na reconexão entre produção e consumo, e na geração de alternativas de mercados locais, numa transição para sistemas mais justos e sustentáveis,

construídos socialmente. Se tal modelo tem condições de incidir em uma mudança radical no modo como a sociedade contemporânea se relaciona com todo o processo alimentar que envolve a comida, somente o tempo poderá responder. Contudo, à medida que o tempo passa, restam menos dúvidas de que a quebra de paradigmas é uma pré-condição para o futuro comum.

## **4 PROCESSOS METODOLÓGICOS GERAIS**

### **4.1 Caracterização da área de estudo**

O estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil, possui uma estimativa de 7 milhões de habitantes, dos quais cerca de 16% vivem no meio rural (IBGE, 2018). A agricultura familiar, de acordo com a definição da Lei 11.326/06 (BRASIL, 2006) predomina no estado, uma vez que corresponde a aproximadamente 87% dos estabelecimentos (FRANÇA *et al.*, 2009). São agricultores diversificados, com potencial para adoção da agricultura agroecológica.

Florianópolis, capital de Santa Catarina, apresenta uma estimativa de 492.977 habitantes (IBGE, 2018), sendo composta pela porção territorial da ilha principal, a ilha de Santa Catarina e a parte continental. Ressalta-se que praticamente não há terras agricultáveis, uma vez que as principais atividades que compõem a economia atual convergem ao turismo, à tecnologia de informação, ao comércio e à prestação de serviços (SETUR, 2019), caracterizando-se como um grande centro consumidor pela sua concentração e expansão urbana. Dessa forma, a comercialização de alimentos orgânicos oriundos da agricultura familiar (AF) catarinense se dá, predominantemente, nos mercados regionais, principalmente através da venda direta ao consumidor, apesar de haver também comercialização em supermercados (ZOLDAN; MIOR, 2012).

Quanto a comercialização de alimentos orgânicos, tem-se que esta vem crescendo mundialmente, e, inclusive no Brasil, aonde as taxas chegaram a 32,5 % em 2016 (ORGANICS BRASIL, 2016). Isso se deve ao fato de que o mercado se tornou interessante também às grandes

corporações, não ficando restrito somente aos agricultores familiares. Tal fenômeno ficou conhecido como “convencionalização da agricultura orgânica” (BUCK; GETZ; GUTHMAN, 1997; GUTHMAN, 2004) e traz consigo certas problemáticas que podem afetar os agricultores familiares ou a pequena agricultura, excluindo socioeconomicamente os menos capitalizados e conseqüentemente fragilizando os princípios agroecológicos, já que se assemelham às lógicas executadas na produção convencional (GOODMAN; GOODMAN, 2009).

Nesse sentido, destaca-se a importância da comercialização direta entre produtor e consumidor em vias de garantir mercados mais justos para ambos, confiabilidade entre as partes, acessibilidade, entre outros fatores. Nota-se que há um crescente movimento em Florianópolis por parte dos atores do agroalimentar na busca do desenvolvimento de mercados de proximidade, bem como de práticas que estimulem o surgimento de alternativas de comercialização, promotoras de inovações sociais na cadeia. Estes, uma vez que entendem a agroecologia como prática social, ao aproximar as esferas da produção e do consumo, tornam-se agentes impulsionadores de novas estratégias para a construção de renovados sistemas agroalimentares para a região.

Ao tratarmos então de agentes impulsionadores de estratégias para a construção de um novo sistema agroalimentar na cidade de Florianópolis, importante situar o leitor no espaço e tempo quanto ao surgimento de alternativas de comercialização, promotoras dessas de inovações sociais na cadeia.

Indiscutível é o fato de que a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos presente no território é um processo histórico, construído ao longo do tempo por atores ligados ao agroalimentar do território, que por consequência formaram redes agroalimentares alternativas espalhadas dentro e fora da capital. Tal afirmativa pode ser comprovada, por exemplo, ao observarmos o número de iniciativas de comercialização direta entre produtores e consumidores (CCC) mapeadas no presente estudo, ou pela emergência desse outro tipo de consumo, munido de outras relações, caracterizados, portanto, no presente estudo, como iniciativas ligadas às alternativas ao mercado convencional – assunto que será tratado em mais detalhes no próximo capítulo.

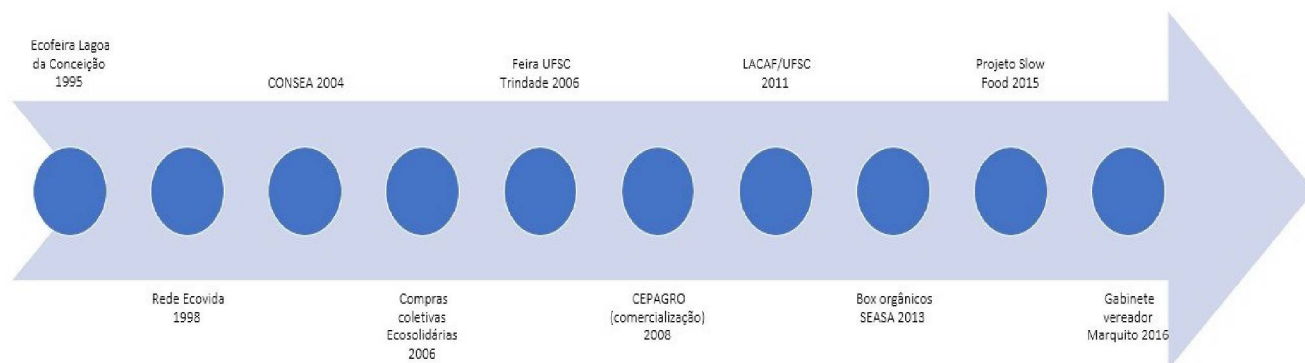
Localizando, portanto, o leitor no espaço e tempo, ao analisarmos a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis, importante destacar que essa construção

social se deu em um período anterior a presente pesquisa, a partir de um grupo específico de atores, que criou uma rede de suporte à comercialização direta de produtos orgânicos/agroecológicos advindos da agricultura familiar. Tal grupo, a partir da partilha de serviços, produtos e informações entre indivíduos e coletivos que detinham de um interesse em comum, iniciaram então a formação de uma rede, que contava com alternativas de comercialização ao mercado convencional que emergiam por toda a cidade, em um movimento processual de construção de um *networking* dos atores do agroalimentar, que voltavam seus esforços especificamente para a esfera do consumo e aos circuitos curtos.

Assim sendo, já que o objetivo do presente estudo é analisar a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos através das alternativas e formação de redes de produção e consumo na cidade, de suma importância faz-se apresentar uma linha do tempo da rede, partindo-se do surgimento das principais iniciativas que foram representativas no caminho percorrido para a formação dessa rede em Florianópolis – SC.

Como o foco do estudo é dado à comercialização de alimentos orgânicos/agroecológicos na cidade, para trilhar esse caminho anteriormente percorrido partiu-se então de algumas das organizações de apoio à comercialização e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos mapeadas no presente estudo, assim como de algumas iniciativas de comercialização pioneiras na cidade (ver Figura 2). Complementarmente a pesquisa foi realizada uma análise documental e também conversas informais com técnicos e atores-chaves ligados a estas organizações. Destarte, construiu-se uma linha do tempo que propiciasse ao leitor a visualização desse processo histórico do núcleo articulador da RCA da Grande Florianópolis a partir de iniciativas voltadas à comercialização. Trata-se de partir de um ponto de vista histórico em uma perspectiva contemporânea, ponto que se faz crucial para a compreensão holística do processo de construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade.

Figura 1: Linha do tempo da construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis – SC.



Fonte: a autora, 2019.

Como podemos visualizar acima na linha do tempo, elucida-se que algumas organizações e iniciativas tiveram um papel crucial para o desenvolvimento de alternativas ao mercado convencional de orgânicos/agroecológicos na cidade de Florianópolis – SC, sendo, portanto, pioneiras na cidade em termos de acessibilidade a este tipo de alimento e, principalmente, no estabelecimento de parcerias e atuação em rede. São estas:

- **Ecofeira Lagoa da Conceição:** A Ecofeira foi iniciada em 1995, no Centro de Ciências Agrárias, CCA/UFSC, a partir da iniciativa de alguns produtores familiares agroecológicos, professores e estudantes do curso de Agronomia e outros parceiros. Em seguida por motivos de férias na Universidade, foi transferida para a praça Bento Silvério no centro da Lagoa da Conceição em Florianópolis (SC), aonde vêm sendo realizada até hoje.

- **Rede Ecovida de Agroecologia:** a Ecovida nasce da articulação de ONG's e organizações de agricultores com representação na região Sul do Brasil, tendo como marco de fundação o ano de 1998. Com o tema da comercialização no Estado de Santa Catarina, a Rede passou a trabalhar quase que em paralelo a fundação. Atualmente conta com 27 núcleos regionais (nos estados do RS, SC e PR), abrangendo cerca de 352 municípios, 340 grupos de agricultores, cerca de 4.500 famílias, e o envolvimento de 20 ONGs.

- **Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Santa Catarina:** O CONSEA/SC, instituído pela Lei Nº 12911 de 22 de janeiro de 2004, é um conselho consultivo

estabelecido no Estado a fim de propor, monitorar e avaliar políticas de combate à fome, baseadas no desenvolvimento sustentável e na agroecologia, garantindo a segurança alimentar e nutricional para a população.

- Compras Coletivas Ecosolidárias: as CCE surgem de uma articulação de consumidores que no ano de 2006 veio a constituir uma cooperativa informal de consumo de produtos agroecológicos, organizada por seu núcleo gestor.

- Ecofeira UFSC Trindade: A feira da UFSC surgiu em 2006, e reflete o resultado de um esforço conjunto de estudantes, professores, agricultores, ONG's e outros apoiadores interessados numa articulação mais eficiente do acesso ao alimento orgânico e de qualidade, bem como na comercialização direta entre consumidores e produtores agroecológicos.

- Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo: O CEPAGRO fundado em 1990, começa a trabalhar a questão da comercialização em 2008 através da estruturação de feiras espalhadas por bairros da cidade, sendo a primeira a Feira da Armação. A organização articula a formação de pequenas redes produtivas locais, como forma de viabilização das propriedades rurais familiares, atuando em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e envolvendo de maneira direta estudantes e professores.

- Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar da UFSC: O LACAF/UFSC fundado em 2011 é resultado da relação de seus membros com diversos segmentos sociais ligados direta e indiretamente aos agricultores(as) familiares em SC e Sul do Brasil a ao tema da comercialização. Via laboratório são desenvolvidos projetos de extensão ligados à comercialização de alimentos orgânicos/agroecológicos de grande impacto na comunidade local, assim como pesquisas, estudos, ações de extensão, e produção de materiais técnicos.

- Box 721 de orgânicos: O Box de orgânicos instalado na CEASA do município de São José em 2013, foi fruto de uma articulação do LACAF/UFSC em parceria com o CEPAGRO e agricultores da Rede Ecovida junto à administração da CEASA de São José, visando a utilização do pavilhão de promoção da Agricultura Familiar. Destaca-se que com o passar dos anos houve uma deturpação do real objetivo de instalação do box proposto na época, o qual era de aumentar a renda dos agricultores e reduzir o custo de produtos orgânicos para os



consumidores, viabilizando a venda direta de produtos orgânicos certificados pela Rede Ecovida, advindos de vários grupos de famílias agricultoras do Estado.

- Gabinete do vereador Marquito: em 2016 Marcos José de Abreu (Marquito) ex-aluno de agronomia da UFSC, mestre em Agroecossistemas (PPGA/UFSC) e ex técnico do CEPAGRO assumiu o cargo de vereador de Florianópolis junto a uma rede de articulação social em prol da agroecologia, agricultura urbana, segurança alimentar e do respeito aos direitos humanos. A eleição e ocupação do gabinete na câmara dos vereadores é resultado de uma ampliação da rede que contara com a articulação da sociedade civil, que se depara com a necessidade de ocupar outras esferas de poder e representação, nesse caso o Estado.

- Projeto *Slow Food*: em 2015 o Movimento *Slow Food* e a UFSC, em diálogo com o MDA, formalizam uma parceria que resulta no Projeto “Alimentos bons, limpos e justos: ampliação e qualificação da participação da Agricultura Familiar brasileira no movimento *Slow Food*”. O intuito foi promover e apoiar a preservação e a valorização dos alimentos típicos nos territórios onde se concentram os Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária em todo o Brasil. Com atuação nas cinco regiões político-administrativas, alcançou 17 estados, 40 territórios rurais e 145 municípios. Entre os resultados alcançados tem-se a geração de mercados diferenciados a partir do diálogo entre as organizações de agricultores envolvidas nas Fortalezas e Comunidade do Alimento e, consumidores organizados para a aquisição de alimentos de qualidade, aprofundando o debate acerca da construção de mercados diferenciados e a articulação em Rede.

Percebe-se que todas as iniciativas ou organizações acima supracitadas são formadas por um coletivo de pessoas que juntas desenvolvem e implementam uma ampla gama de ações que, desde a década de 1990, vêm traçando intervenções táticas e formas alternativas de comércio ao mercado agroalimentar convencional na cidade. Estas alternativas fazem parte da construção de uma identidade coletiva no território, ou seja, são os atores dessa rede que se forma a partir de iniciativas isoladas, e que de alguma forma conectam-se entre si, formando, portanto, uma rede agroalimentar. É a representatividade de um coletivo tomando os espaços de poder, seja através de ONG's, da Universidade pública, do poder público, de conselhos ou via desenvolvimento de projetos de impacto, atuando como um núcleo articulador, que nos tempos atuais caracteriza-se como uma rede de cidadania agroalimentar (RCA) instalada na Grande Florianópolis – SC.

A criação dessas frentes de atuação e alternativas ocorrem a partir da criação de iniciativas organizadas de forma coletiva e colaborativa entre os atores do agroalimentar, articulados em grupos com diferentes arranjos, dinâmicas organizacionais e processos inovadores. Enfatiza-se que a reconexão entre produtores e consumidores, associada às noções de enraizamento, valorização da identidade do alimento e do seu território, e à atribuição aos cidadãos a capacidade de participar ativamente na gestão do sistema agroalimentar, denotam fortemente a abordagem presente nas redes de cidadania agroalimentar proposta por Goodman; Sage (2014); Renting; Marsden; Banks (2003); Renting; Schermer; Rossi (2012); Lamine; Darolt; Branderburg (2012); Granovetter (1985); Anjos; Caldas (2017); e Niederle (2018).

Finalmente, importante ressaltar que praticamente por trás de todas as ações desenvolvidas, a Universidade pública esteve sempre presente, desenvolvendo projetos de impacto e frentes de atuação de importante contribuição para a comunidade. A UFSC atualmente representa um importante espaço de produção, acumulação e disseminação de conhecimento, que vem interagindo e transformando a realidade social da cidade, garantindo valores democráticos de igualdade de direitos e de respeito ao meio ambiente.

Isto posto, ratifica-se que o presente tema de pesquisa surge a partir da vivência das experiências de campo e na extensão, sendo, portanto, unidirecional em termos de pesquisa e tese, porém, na complexidade das experiências do Mapa da RCA e no âmbito da Projeto das CCR, não.

#### **4.2 Delineamento metodológico geral e sua delimitação**

Dado a hipótese de que os mercados não são definidos apenas pelo ato comercial, mas sim, pela esfera social e o conjunto de valores e ações presentes ao longo da cadeia produtiva — como o discutido no marco teórico da presente tese, iremos ater-se a afirmativa de que a construção dos mercados passa por diversos atores sociais, que configuram espaços de mudança a partir da percepção e conscientização do ato do consumo e da articulação cidadã em rede.

Segundo Becker (1994), o estudo da observação participante propicia ao pesquisador tanto levantar hipóteses quanto testá-las. Tal método tem como proposta “o pesquisador juntar-se

ao grupo estudado e tentar ser um de seus membros e, ao mesmo tempo, um observador” (ALENCAR, 2000, p.87). Para que isso ocorra de fato, o investigador deverá desenvolver ações tais quais o grupo em estudo desenvolve.

A observação participante como categoria de metodologia de pesquisa social prevê além da participação, a suposição de uma forma de ação planejada de caráter social, educacional e técnico (THIOLLET, 1986). Este tipo de pesquisa viabiliza aos pesquisadores e sujeitos envolvidos no processo meios para se tornarem capazes de responder com maior eficiência a problemas inerentes as situações adversas.

Segundo May (2001) a observação participante consiste no processo qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (May, 2001: 177).

Apesar da proximidade com os atores pesquisados e a dubiedade causada entre o real caráter da metodologia de pesquisa mais adequada ao presente estudo, importante destacar que existe uma pesquisa trânsito entre a pesquisa ação e a observação participante no presente trabalho. Tal afirmativa é feita pelo fato de haver alguns elementos da pesquisa ação presente no estudo, como por exemplo, o compromisso social e ideológico e uma forma de ação planejada de caráter social.

Thiollent (1985) esclarece que a pesquisa ação exige uma estrutura de relação entre os pesquisadores e os pesquisados do tipo participativo/ coletivo. Na visão do autor, é necessário o estabelecimento de uma ampla e explícita interação entre os pesquisadores e os envolvidos na pesquisa (pesquisados), e que a forma de realizar o estudo já é um modo de intervenção. Ainda segundo mesma fonte, o propósito da pesquisa é orientado para a ação, servindo de matriz de conhecimento, aumentando o nível de consciência das pessoas e grupos que participarem do processo, e assim contribuindo para o avanço no debate acerca das questões abordadas. Segundo o autor:

“A pesquisa ação é um tipo de pesquisa social que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes

representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo (Thiollent, 1985:14).

Nesse caso, apesar de o estudo contar com elementos da pesquisa ação em seu caráter filosófico, há outros elementos que não seguiram os métodos adotados pela pesquisa ação, como por exemplo, o envolvimento dos pesquisados de forma cooperativa e participativa, e a orientação da pesquisa para a ação e resolução de um problema em específico.

Importante o leitor não confundir a pesquisa de doutorado realizada, que objetiva analisar a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos em Florianópolis-SC através do mapeamento das iniciativas de circuitos curtos de comercialização e criação de um mapa virtual como produto de uma ação planejada de caráter social, com a atuação como extensionista da presente autora no Projeto Células de Consumidores Responsáveis. Na presente tese, objetiva-se analisar as potencialidades de tal iniciativa à construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade. Trata-se de, utilizando-se da observação participante, observar o fenômeno dessa emergência que busca novas formas de relação entre produção e consumo e que vem ganhando espaço na academia nos últimos anos, e chamar atenção para estudos ligados ao potencial do poder de consumo dos cidadãos na regulação econômica do mercado agroalimentar, sem haver qualquer ação ou modo de intervenção voltada aos grupos de consumidores pesquisados.

Deste modo, pela presente tese tratar-se de uma ação de pesquisa social com forte base empírica, concebida e realizada em estreita associação com os atores sociais envolvidos e de forma integrada com a situação de análise a ser investigada, porém, não propositiva, cooperativa e participativa, parte-se do pressuposto de que a observação participante é o método de pesquisa mais adequado ao objeto de estudo. Ressalta-se que a observação participante é empreendida dentro de um projeto de extensão, que por sua vez caracteriza-se como uma pesquisa ação de um projeto guarda-chuva. Utilizando-se do método da observação participante fora possível, portanto, o pesquisador vivenciar o fenômeno observado e participar das relações sociais para melhor entendê-las, de modo a interpretar e compreender os fatos de acordo com os eventos e ações observadas daquele universo.

Levou-se em consideração para escolha do método o contexto no qual a presente pesquisa se desenvolveu (participação da autora como integrante da equipe técnica do

LACAF/UFSC, primeira coordenadora do Projeto das CCR e voluntária em diversas frentes de pesquisa e extensão realizadas no Laboratório), somado aos objetivos de análise que a mesma pretende responder.

Como instrumentos de coleta de dados gerais, foram utilizados:

- análise documental (atas de reuniões, materiais diversos, arquivos de internet, etc.);
- observação participante junto ao objeto de estudo/fenômeno observado (reuniões, rodas de conversa, seminários, entrega de cestas);
- visitas a campo e conversas informais;
- diários de campo;
- entrevistas semiestruturadas com agricultores e consumidores via questionários *online* bem como presenciais;
- ferramentas de busca *online* (pesquisas acadêmicas, sítios da internet, etc.);
- acompanhamento de conteúdos do grupo de *WhatsApp* de todas as CCR.

Destaca-se que a presente tese de doutorado foi dividida em três fases distintas, sendo: i) mapeamento das iniciativas de comercialização baseado no conceito de circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos/agroecológicos existentes na cidade de Florianópolis, bem como mapeamento da produção (abastecimento) de tais iniciativas e respectivas organizações de apoio envolvidas; seguido da (ii) criação de um produto técnico sob formato de mapa *on line* disponível para consulta na internet; e, iii) a escolha de um estudo de caso para análise a partir das iniciativas mapeadas, a fim de detalhar a investigação acerca da construção social de alternativas para o mercado de orgânicos/agroecológicos através do caso das Células de Consumidores Responsáveis – CCR, com enfoque na construção social de mercados através da formação de redes de produção-consumo. Salienta-se que os procedimentos metodológicos de cada objetivo específico foram tratados individualmente, tendo em vista a construção específica e diferenciada tida para cada um.

Bogdan e Biklen (1994) fazem a analogia do estudo de caso com um funil. Em sua fase primeira (ou fase inicial da pesquisa), é representado pela extremidade mais larga deste objeto, procurando o pesquisador locais e/ou pessoas que possam ser objetos de estudo ou fontes de dados. Com o passar do tempo, a pesquisa afunila e são tomadas decisões para delimitar o

contexto do estudo e torná-lo específico. Tal analogia cabe perfeitamente ao estudo desenvolvido na presente tese.

Na primeira fase do mapeamento, a qual se deu entre novembro de 2018 a janeiro de 2019, a pesquisa assemelha-se a “teoria dos casos múltiplos” ou “estudo de casos múltiplos” dado a quantidade de iniciativas mapeadas (42 iniciativas de abastecimento de alimentos orgânicos/agroecológicos), o qual possibilita a comparação tanto das semelhanças quanto das diferenças entre os diferentes casos (YIN, 2001), auxiliando na tomada de decisão a partir da comparação. Já em sua segunda fase, após o afunilamento da pesquisa, opta-se pela escolha de um modelo específico de CCC dentre as 42 iniciativas mapeadas, o que corresponde a um estudo de caso único ou específico, o caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR). Assim o presente estudo caracteriza-se como sendo uma pesquisa qualitativa e de estudo de caso único. Para Yin (2001), o caso único apresenta-se como um método potencial de pesquisa quando se pretende entender um fenômeno social complexo, considerando o nível de detalhamento permitido das relações entre diferentes atores. Nesse sentido, o estudo de caso único é preferido frente a possibilidade de aprofundamento da pesquisa, permitindo a análise dos pormenores de um dado objeto.

Para a construção do marco teórico, fora realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases dados da Scielo, Banco de Teses da CAPES, SCOPUS Preview; Google Acadêmico, e Web of Science; utilizando-se para a busca os eixos teóricos principais da presente tese (Redes Agroalimentares Alternativas; Cadeias Curtas de Abastecimento Alimentar/Circuitos Curtos de Comercialização; e Redes Cívicas Agroalimentares/Redes de Cidadania Agroalimentar). De uma forma simplificada, buscou-se verificar a contagem de publicações que contém os termos, a fim de reunir uma quantidade razoável de materiais e viabilizar a análise do estado da arte relativo aos temas. Tal busca deu origem ao levantamento dos principais autores e bibliografias de cada tema, o que a partir da seleção e leitura dos materiais levantados, forneceu novas referências bibliográficas para o aprofundamento de cada conceito, com conseqüentemente aprofundamento e análise do estado da arte.

### 4.3 Quadro analítico

A partir da revisão de literatura sobre temas relacionados a: (i) construção social de mercados; (ii) cadeias curtas de abastecimento alimentar/circuitos curtos de comercialização de alimentos; (iii) redes agroalimentares alternativas; e, (iv) redes cívicas agroalimentares/ redes de cidadania agroalimentar; aliada a revisão teórico metodológica abordada, construiu-se o presente quadro analítico (Quadro1). Para além de uma ferramenta de apoio na estruturação das pesquisas empíricas e abordagem de campo, utilizou-se tal esquema analítico para correlação da teoria com as questões centrais da pesquisa e processos metodológicos adotados, para então viabilizar uma análise de seus elementos constitutivos.

Ao que segue, nos próximos tópicos trataremos dos procedimentos metodológicos e levantamento dos dados primários que englobou as duas etapas da presente pesquisa, porém, de forma separada. Na sequência daremos destaque a todo o processo intrínseco à construção da mesma, seguido da análise e discussão dos dados.

Quadro 1: Quadro analítico da tese.

TEMA	CATEGORIAS ANALÍTICAS	DESCRITORES	INDICADORES	QUESTÕES
Construção social de mercados e redes de cidadania agroalimentar.	(i) territorialização	<ul style="list-style-type: none"> <li>- iniciativas de consumo e/ou produção de alimentos orgânicos/agroecológicos operadas na lógica dos CCC;</li> <li>- distância máxima entre produção e consumo de 250 km;</li> <li>- relações de produção-consumo em rede.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- venda direta e/ou com no máximo 1 intermediário operando a cadeia;</li> <li>- distância percorrida em km considerando a cidade de Florianópolis como destino ou origem;</li> <li>- mínimo de 3 estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção e/ou venda direta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- como se dão as formas de comercialização na iniciativa? (mercados consumidores);</li> <li>- em quais municípios estão localizadas as propriedades que comercializam os produtos em Florianópolis?</li> <li>- como se dá a relação de produção-consumo em termos de atuação em rede?</li> </ul>
	(ii) agroecologia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- agrobiodiversidade;</li> <li>- presença de elementos que valorizem o território local;</li> <li>- dimensão informacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- a iniciativa possui capacidade de preservar e/ou aumentar a agrobiodiversidade local?</li> <li>- a iniciativa contribui para a valorização das paisagens, cultura e/ou identidade local?</li> <li>- há conhecimento da origem e procedência do alimento que está sendo consumido?</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- quais elementos mudaram no local em termos de preservação e aumento da agrobiodiversidade?</li> <li>- quais são os elementos que valorizam a paisagem, cultura e/ou identidade da localidade?</li> <li>- qual é o grau de conhecimento da origem e procedência do alimento que está sendo consumido?</li> </ul>
	(iii) governança (micro)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- participação social e coletiva;</li> <li>- relações de proximidade entre as esferas da produção e do consumo; consumo responsável/crítico;</li> <li>- autogestão.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- trocas não monetárias entre produtores e consumidores, solidariedade/cooperação;</li> <li>- atuação em rede, reuniões, visitas e mutirões;</li> <li>- ações de gestão compartilhadas entre produtores e consumidores, engajamento social.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- há algum tipo de troca não monetária presente na iniciativa? se sim, qual?</li> <li>- existe algum tipo de atividade extra ligada a iniciativa? (visitas/palestras/reuniões/etc.). Se sim, quais? e você participa?</li> <li>- há algum tipo de gestão compartilhada presente na iniciativa? se sim, qual?</li> </ul>



#### **4.4 Procedimentos metodológicos específicos referente ao caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR)**

Em uma primeira etapa de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atores chaves (agricultores, consumidores, coordenadores dos grupos de consumidores, coordenadores dos grupos de agricultores e agricultores) com o objetivo de investigar questões implícitas às categorias analíticas do presente estudo.

As temáticas abordadas nos questionários enviados foram: (i) relacionamento entre agricultores e consumidores; (ii) responsabilização; (iii) fidelização e (iv) satisfação de consumidores. A pesquisa foi realizada em conjunto com a equipe do LACAF/UFSC, havendo o desenvolvimento de um trabalho colaborativo que atendesse tanto às demandas de pesquisa relativas ao projeto em suma, quanto do presente estudo. Entende-se que tais temas aparecem de forma transversal relacionados à construção social de mercados orgânicos/agroecológicos e às redes de cidadania agroalimentar, e as perguntas contidas respondem ao objetivo específico 3, acerca da “análise do caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) e as potencialidades de tal iniciativa acerca da construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade”.

Para tal etapa de pesquisa utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, com aplicação de questionários semiestruturados<sup>12</sup> (Apêndice 1), sendo o primeiro, destinado a todos os consumidores das CCR, e o segundo, direcionado especificamente aos coordenadores dos grupos de agricultores. Foram respondidos pelos consumidores 101 questionários válidos, de um total de aproximadamente 275 consumidores das 08 Células existentes na época de aplicação dos mesmos (fevereiro de 2019). Referente aos coordenadores do grupo de agricultores, a totalidade dos questionários enviados foram respondidos, totalizando de 04 questionários, tendo em vista que cada grupo de agricultores abastece 02 Células.

Ainda para a categoria analítica (ii) agroecologia, foram realizadas quatro entrevistas via roteiro de entrevistas com agricultores e coordenadores de agricultores do projeto da CCR, bem como os relatos diversos dos agricultores nas visitas a campo.

---

12 Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa por meio da emissão de parecer no dia 18 de fevereiro de 2019, tendo como número de parecer: 2.657.160 e CAAE: 82587718.0.0000.0121.

Dado a focalização do objetivo específico 2 para a esfera do consumo, das respostas válidas dentre os questionários aplicados, utilizou-se para a análise do presente estudo as perguntas contidas no questionário dos consumidores, dentre estas de 1 a 5, relacionadas a i) identificação de como se desenvolveu o relacionamento entre agricultores e consumidores na história das CCR; e as questões 6 e 7, relacionadas ao ii) consumo ético/responsável exercido pelos consumidores das CCR e 11 relacionado a motivação individual. Ambas as análises aparecem diretamente relacionadas com a categoria analítica (iii) governança, a qual abarca como descritores de pesquisa (i); participação social e coletiva; e (ii) relações de proximidade entre as esferas da produção e do consumo (vide quadro analítico). Ressalta-se que referente ao descritor (iii) autogestão; a categoria analítica (i) territorialização; e a categoria analítica (ii) agroecologia; os dados foram coletados através da observação participante, roteiros de entrevistas e de conversas informais com agentes impulsionadores da iniciativa.

Os questionários foram elaborados através do *Google Forms* enviados através do grupo de *WhatsApp* de cada CCR, bem como via *e-mail* de cadastro dos consumidores, ficando disponíveis para receber respostas por um período de 25 dias, sendo este de 18/02/2019 à 14/03/2019.

As perguntas foram estruturadas em formato semiaberto, com espaços para comentários e/ou justificativa de resposta, levando em consideração as questões de pesquisa a serem respondidas previamente. No formato semiestruturado, as perguntas tenderam a ser mais direcionadas para o objetivo de análise, ao passo que os entrevistados puderam responder de forma descritiva, fornecendo dados mais ricos e factíveis sobre suas opiniões, e, garantindo o anonimato das respostas.

Os dados dos questionários contabilizados e fornecidos pelo próprio formulário do *Google* foram interpretados a partir da análise dos gráficos, que dão o caráter quantitativo ao estudo. Já as respostas descritivas dos consumidores que contribuem para a análise qualitativa da pesquisa foram analisadas separadamente. Dentre estas, analisou-se as respostas que apareceram em maior número, de acordo com as palavras e/ou frases com maior repetição, sendo também analisadas respostas muito divergentes do contexto geral, em vias de melhor representar a multiplicidade de opiniões e perspectivas acerca do projeto, verificando subsequentemente a relevância das mesmas.

Posteriormente, passou-se ao processo de análise de conteúdo, tendo como base as categorias analíticas da pesquisa e os descritores e indicadores de pesquisa. A partir do agrupamento das falas em conjunto e por analogia, estabeleceu-se a relação com as categorias, descritores e indicadores de pesquisa.

Como parte do processo metodológico fora utilizada ainda a observação participante, a qual se deu ao longo de dois anos de projeto CCR, tendo em vista a atuação da presente autora na equipe técnica da LACAF e no projeto das CCR. Para Lessard-Hébert et. al. (2008) na observação participante, é o próprio investigador o instrumento principal de observação. Assim, o investigador pode compreender o mundo social do interior, pois partilha a condição humana dos indivíduos que observa.

Ao longo da trajetória acadêmica da presente autora no Projeto das Células de Consumidores Responsáveis, houve para além das reuniões entre equipe do LACAF e conversas informais com os atores envolvidos nas Células (consumidores, agricultores e organizações de apoio), também visitas a campo, participação em reuniões de construção, gestão e avaliação das CCR, mediação de conflitos de grupos, ministração de palestras, rodas de conversa e minicursos sobre as CCR, seminários, análise de conteúdo de documentos; acompanhamento dos grupos de *WhatsApp* de todas as CCR, dentre outras iniciativas desenvolvidas. Utilizou-se como ferramentas de registros das informações os diários de bordo e diários de campo, além de atas das reuniões. Destaca-se que tais elementos contribuíram significativamente para as reflexões em torno na análise de estudo proposta.

## **5 O MAPA DA REDE DE CIDADANIA AGROALIMENTAR DA GRANDE FLORIANÓPOLIS – SC.**

### **5.1 Desenvolvimento e procedimentos metodológicos específicos**

Ao que concerne ao segundo objetivo específico proposto na presente pesquisa, tem-se como produto final o desenvolvimento do “Mapa da Rede de Cidadania Agroalimentar – RCA da Grande Florianópolis”. Trata-se de uma ferramenta desenvolvida para auxiliar na troca e acesso às informações sobre os canais de comercialização direta de alimentos orgânicos/agroecológicos sob formato de mapa *on line*, visando disponibilizar o acesso público às informações coletadas. Objetivou-se divulgar as iniciativas de abastecimento de produtos orgânicos/agroecológicos para que o alcance deste tipo de alimento seja cada vez mais difundido e estimulado na sociedade, fomentando um consumo baseado na democracia, justiça e soberania agroalimentar.

O Mapa caracteriza-se basicamente como uma ferramenta da RCA analisada via um estudo descritivo. As informações permitem descrever a rede, o que é, como ela funciona e quem são os atores. Importante citar que, junto a autora, algumas organizações tomaram frente do processo de definição das iniciativas a comporem o mapa, para o qual fora elaborado uma série de critérios que levam em conta a dinamização de formas de abastecimento responsável, a partir da literatura sobre o tema. As organizações que estiveram à frente deste processo foram: Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO, *Slow Food* Brasil, Gabinete do Vereador Marquito (PSOL), entre outros atores-chave.

O Mapa abrange três categorias distintas do agroalimentar mapeadas, sendo: (i) iniciativas de comercialização baseada no conceito de circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos/agroecológicos existentes na cidade de Florianópolis; (ii) grupos de produção (abastecimento) de tais iniciativas; e (iii) organizações de apoio à comercialização e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos envolvidas. Descreve-se abaixo como se deu o objetivo primeiro da presente pesquisa, o qual foi o mapeamento das iniciativas de CCC de alimentos orgânicos/agroecológicos existentes na cidade de Florianópolis-SC, em consonância com as categorias analíticas propostas a luz das teorias analisadas.

Por (i) iniciativas de abastecimento considerou-se: Compras Diretas por Pedido Antecipado (CPDA); Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA); Células de Consumidores Responsáveis (CCR); Compras Coletivas EcoSolidárias (CCE); Feiras Orgânicas/ Agroecológicas; Convívios *Slow Food*; e Hortas Comunitárias. Já por (ii) iniciativas de produção considerou-se: Grupos/organizações de agricultores; Grupos e organizações de agricultores ligados à Rede Ecovida de Agroecologia; Comunidades do Alimento *Slow Food* e Fortalezas *Slow Food*. Por fim, foram mapeadas também as (iii) organizações de apoio à comercialização e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos envolvidas, que contou com iniciativas oriundas de: organizações não governamentais (ONG's); universidades e laboratórios de pesquisa e extensão; instituições/organismos do poder público; e, iniciativas desenvolvidas pela sociedade civil organizada, como podemos visualizar no esquema da Figura 2:

Figura 2: Tipologias das iniciativas mapeadas no Mapa da RCA:

<b>Tipos de iniciativas mapeadas para composição do Mapa da RCA</b>		
<b>Iniciativas de comercialização (CCC)</b>	<b>Grupos de produção (abastecimento)</b>	<b>Organizações de apoio à comercialização e produção</b>
Compras Diretas por Pedido Antecipado (CPDA)	Grupos/organizações de agricultores	Organizações não Governamentais (ONG's)
Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA)	Grupos Núcleo Litoral Catarinense Rede Ecovida de Agroecologia	Universidades e Laboratórios de Extensão e Pesquisa
Células de Consumidores Responsáveis (CCR)	Comunidades do Alimento <i>Slow Food</i>	Instituições do poder público
Compras Coletivas EcoSolidárias (CCE)	Fortalezas <i>Slow Food</i>	Sociedade Civil Organizada
Feiras Orgânicas/ Agroecológicas		
Convívios <i>Slow Food</i>		
Hortas Comunitárias		

Fonte: a autora, 2019.

A escolha das iniciativas se deu pelo fato destas contarem com a articulação de atores sociais que compartilham visões comuns de desenvolvimento e buscam fortalecer as economias

locais através dos mercados de proximidade. Parte-se do pressuposto de que tais iniciativas agem como “engrenagens” para novas relações econômicas para além das trocas monetárias, gerando dinâmicas de mercado e consumo ético/responsável.

Algumas organizações/instituições participaram do processo de definição das iniciativas a comporem o mapa, para o qual fora elaborado uma série de critérios que levam em conta a dinamização de formas de abastecimento ético e responsável, considerando a literatura sobre o tema. As organizações que estiveram envolvidas nesse processo foram: Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar (LACAF/UFSC), Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO, entre outros atores-chave.

Para o mapeamento (ou não) das iniciativas, foram estabelecidos critérios estruturantes seguidos de subcritérios, construídos com base na literatura utilizada no presente estudo (construção social de mercados, redes agroalimentares alternativas, circuitos curtos de comercialização e redes de cidadania agroalimentar) bem como a relação com o quadro analítico do presente estudo que conta como tema central “construção social de mercados e redes de cidadania agroalimentar”, considerando as categorias analíticas, os descritores, indicadores e questões de pesquisa (vide quadro analítico). Assim sendo, para seleção das iniciativas existentes elaborou-se uma série de critérios que levam em conta a dinamização de formas de abastecimento responsável, visando a construção de uma RCA na região da Grande Florianópolis. Os critérios definidos foram: 1) territorialidade; 2) agroecologia; e 3) democracia agroalimentar, a partir dos quais elaboraram-se subcritérios (Figura 3), compreendendo:

*1) Territorialidade:*

a) Espacialidade (distância máxima entre produção e consumo de 200 km<sup>13</sup>, podendo haver uma tolerância de 50 km para mais, desde que contemplados todos os critérios abaixo supracitados);

b) Venda direta ou indireta (desde que operada apenas por 1 intermediário e contemplados todos os critérios abaixo supracitados).

*2) Agroecologia:*

a) Agrobiodiversidade (capacidade de preservar e/ou aumentar a agrobiodiversidade);

---

13 Não há uma distância normativa para se referir a um CCC, visto que poderia gerar uma definição arbitrária devido às diferentes condições espaciais mundo afora. Contudo, KNEAFSEY et al. (2013) se referem a uma distância de até 100 km utilizada na Europa, enquanto Rover; Riepe (2015) falam desta mesma distância como medida de referência que adotaram para estudar os CCC das Cooperativas de Reforma Agrária no Paraná. O limite de 200 km da RCA da Grande Florianópolis foi instituído pelos atores sociais que organizaram esta rede, numa lógica de maior inclusão de agricultores fornecedores.

b) Presença de elementos que valorizem o território local (paisagens, cultura e identidade);

c) Dimensão informacional (conhecimento da origem e procedência do alimento).

*3) Democracia Agroalimentar:*

a) Ampliação do acesso aos alimentos orgânicos/agroecológicos no território (nº de agricultores e de consumidores envolvidos);

b) Participação social e coletiva (trocas não monetárias entre produtores e consumidores, solidariedade/cooperação, atuação em rede, reuniões, visitas e mutirões);

c) Autogestão (ações de gestão compartilhadas entre produtores e consumidores, engajamento social).

Figura 3: Critérios e subcritérios de entrada no Mapa da RCA.

	1) Territorialidade	2) Agroecologia	3) Democracia agroalimentar
a)	Espacialidade (max.250km produção consumo)	Agrobiodiversidade (preservação/aumento)	Ampliação do acesso no território (consumidores/agricultores)
b)	Venda direta ou indireta (max. 1 intermediário)	Presença de elementos que valorizem o território local (paisagens, cultura, identidade)	Participação social e coletiva (trocas não monetárias, reuniões, visitas, mutirões)
c)		Dimensão informacional (origem/procedência)	Autogestão (gestão compartilhada)

Fonte: a autora, 2019.

Destaca-se que, a adequação ao critério 1) territorialidade é eliminatório, havendo ainda a necessidade de enquadramento da iniciativa mapeada em pelo menos 2 subcritérios dos itens 2) agroecologia e 3) democracia agroalimentar.

O mapeamento partiu de iniciativas de compra e venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos, identificando também os respectivos produtores, e deles considerando como exigências para entrar no mapa: (i) trabalho em grupo (mínimo de 3 estabelecimentos agropecuários envolvidos na produção e/ou venda direta); e (ii) distância máxima de 200 km entre produção e consumo, podendo haver uma tolerância de 50 km para mais, desde que contemplados os demais critérios. Ainda, foram mapeadas as organizações de apoio à

comercialização e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos, tendo em vista que tais instituições fazem parte e dão suporte à rede.

Para realização do mapeamento utilizou-se como processo metodológico principal a metodologia “bola de neve”, que consiste basicamente em partir de informantes-chave, que por sua vez indicam novos informantes-chave a partir de suas redes pessoais e/ou profissionais. A metodologia bola de neve ou *snowball* é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. Segundo Bernard (2005), esta técnica é um método de amostragem de rede útil para se estudar populações difíceis de serem acessadas ou estudadas, ou que não há precisão sobre sua quantidade. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise.

No presente estudo além do determinante tempo (cronologia da tese), o processo de coleta de informações foi finalizado a partir do critério de ponto de saturação entre os informantes-chave, mapeados de novembro de 2018 a janeiro de 2019, ou seja, aonde houve uma constante repetição de citação referente às iniciativas de consumo, grupos de produção e organizações de apoio à produção e o consumo de alimentos orgânicos/ agroecológicos já identificadas anteriormente. Também utilizou-se como instrumentos metodológicos pesquisas nos sítios da *internet*, análise de documentos, visitas aos estabelecimentos relativos às iniciativas de consumo mapeadas, diários de campo e entrevistas via telefone.

Por sua vez, foram criadas, alimentadas e retroalimentadas 4 planilhas distintas, sendo: (i) planilha de iniciativas de consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos; (ii) planilha de grupos de produção de alimentos orgânicos/agroecológicos; (iii) organizações de apoio à produção e o consumo de alimentos orgânicos/ agroecológicos; e, a (iv) planilha banho maria, sendo esta última dados mapeados relativos a uma das outras três planilhas, porém, que necessitaram de uma análise mais aprofundada quanto aos critérios de inclusão (ou não) no Mapa da RCA da Grande Florianópolis, como mostram as figuras a seguir:



Figura 4: Planilha de iniciativas de comercialização mapeadas.

ID	Tipo	Nome	Descrição	Telefone	E-mail	Site	Endereço		
3	2	CDPA (CSAs/CCRs/CCEs)	Célula de Consumidores Responsáveis - UFSC Trindade	Atendida pelo grupo Agrodeia	(47) 9 8481-3200	scelulasdec@iacaf.p	http://iacaf.p	Rua Roberto Sampaio Gonzaga, antigo prédio do	
4			Célula de Consumidores Responsáveis - EFaz	Atendida pelo grupo Agrodeia	(47) 9 8481-3200	ccrefaz@gmail	https://www	Rua Jaborandi, 324 - Fazenda do Rio Tavares	
5			Célula de Consumidores Responsáveis - Fetaesc B	Atendida pelo grupo Apaoc	(47) 9 9643-3200	ccrfetaesc@	http://iacaf.p	Av. Leoberto Leal, 976 - Barreiros, São José - SC	
6			Célula de Consumidores Responsáveis - CCA	Atendida pelo grupo Flor do Fruto	(48) 9 8401-3200	scelulecca@	https://www	Rodovia Admar Gonzaga, 1346	
7			Célula de Consumidores Responsáveis - Sociesc	Atendida pelo grupo Flor do Fruto	(48) 9 8401-3200	scelulasocie	http://iacaf.p	Rua Salvatrina Feliciano dos Santos, 525 - Itacorubi	
8			Célula de Consumidores Responsáveis - Cras Cap	Atendida pelo grupo Apaoc	(47) 9 9643-3200	ccrcapoeira	https://www	Rua Santos Saraiva, 2011 - Estreito	
9			Célula de Consumidores Responsáveis - Centro	Atendida pelo grupo Ilha Meimbipe	(48) 9 9651-3200	208 Raquel	http://iacaf.p	Rua Silva Jardim, 1186 - Prainha/Centro	
10			Célula de Consumidores Responsáveis - Contin	Atendida pelo grupo Agrodeia	(47) 9 8481-3200	scelulasdec	http://iacaf.p	Rua Luiz Gonzaga Valente, 378 - Coloninha	
11			Célula de Consumidores Responsáveis - Saúde	Atendida pelo grupo Associada					
12			Célula de Consumo Consciente Impact Hub Sul da	As cestas tem vegetais variados entr	(48) 9 9102-3200	scoletiva.lara@gmail.com		Rodovia Dr. Antônio Luiz Moura Gonzaga, 3389 - Ri	
13			Grupo de compras coletivas Ecosolidárias da Ilha	O Compras Coletivas Ecosolidárias	(48) 9 9823-3200	compracole	http://compra	Rua Sebastião Laurentino da Silva, 595, Córrego Gr	
14			CSA Itacorubi	CSA (Comunidade que Sustenta a Agr	(48) 9 9929-3200	karolynsherrera@yahoo		R. Pastor William Richard Schisler Filho, 841 - Itaco	
15			CSA Sul da Ilha	Somos um grupo de consumidores q	(48) 9 9135-3200	gabrielam	www.facebook	Servidão Antônio Carlos Rodrigues, Campeche Leste	
16			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - Câmara N		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	RUA ANITA GARIBALDI, 35 - CENTRO	
17			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - SINJUSC		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	Av. Mauro Ramos, 448 - Centro	
18			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - SINDASPI		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	Av. Mauro Ramos, 438 - Centro	
19			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - Ministério		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4876 - Agrônômica	
20			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - UFSC/CAL		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n - T	
21			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - CEPAGRO		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	Rod. Admar Gonzaga, 1346 - Itacorubi	
22			Célula de Consumo Consciente do Assentamento Comuna Amarelido de Souza - Flor do G		(48) 9 9645-3200	fabio_ferra	https://www	Av. Pequeno Príncipe, 1864	
23			Feira da UFSC Trindade					Câmpus UFSC Trindade - Praça em frente à reitoria	
24			Feira de Produtos Orgânicos UFSC/CCA		(48) 9 9858-4605 / 9 8401		https://www	Rodovia Admar Gonzaga, 1346	
25	Feira de Orgânicos Rio Tavares		(48) 3733-5200			Rodovia Dr. Antônio Luiz Moura Gonzaga, 2471 - Ri			
26	Feirinha Orgânica de Coqueiros		(48) 9 9992-3200	longenede	https://www	Rua Des. Pedro Silva, 2045 - Coqueiros			
27	Feira de Orgânicos Agrônômica		(48) 9 9688-3200	organicosantabara		Praça Governador Celso Ramos - Agrônômica			
28	Feira Open Multi Shopping		(48) 9 8803-2730	Bel		Rua Sebastião Laurentino da Silva, 595, Córrego Gr			
29	Feira Orgânica de Santo Antônio de Lisboa		(48) 9 9688-0229	Leoncio		Praça Roldão da Rocha Pires - Santo Antonio de Lis			
30	Feira Viva a Cidade		(48) 3229-7015	Helio	https://www	Calçada João Pinto - 88010420			
31	Feira Orgânica Rio Vermelho		(48) 9 9931-4361			Rod. João Gualberto Soares, São João do Rio Verm			
32	Feira Agroecológica do Campeche		(48) 3365-87	contato@e	http://www.s	Avenida Pequeno Príncipe, 1202 - Campeche			

Fonte: a autora, 2019.

Como mostra a figura acima, a planilha relativa às iniciativas de comercialização mapeadas contaram com informações relativas aos tipos de iniciativas de comercialização direta ou com no máximo um intermediário mapeadas e então filtradas e selecionadas a partir dos critérios estruturantes apresentados anteriormente.

Figura 5: Planilha de iniciativas de produção mapeadas.

ID	Tipo	Nome	Descrição	Telefone	E-mail	Site	Endereço
1	Grupos de agricultores da Rede Ecovida de Agroecologia - Núcleo Regional Região Litoral Catarinense	Grupo Flor do Fruto	O grupo Flor do Fruto surgiu atrav	(48) 9 841-3200	luciano.zangueiri		Servidão Almira Pereira, s/n - Biguaçu - SC
		Grupo Associada		(48) 9 8857-1872	Ermani ou E		Nova Trento, Major Gercino, Leoberto Leal - SC
		Grupo Harmonia da Terra		(48) 9 9158-4398	Pedro		Águas Mornas, Rancho Queimado e Alfredo Wagn
		Grupo Tucum		(47) 9 9684-6811 / 9105-8825			Balneário Pícaras - SC
		Grupo Costa Esmeralda		(47) 9 9720-6930	Flávia		Porto Belo Tijucas - SC
		Grupo Paulo Lopes		(48) 9 8829-8749	Henrique		Paulo Lopes - SC
		Grupo Garopaba		(48) 9 9667-8719	Zezinho		Garopaba, Imbituba - SC
		Grupo Germinação		(48) 9 9681-4274	Cátia		Anitápolis, Santa Rosa de Lima - SC
		Grupo Águas Correntes		(48) 9634-7519	Bruna		São Bonifácio - SC
		Grupo Ilha Meimbipe		(48) 9 9993-3033	Thiago / 9 9		Florianópolis - SC
Grupo Terra Viva		(48) 9 8477-1263	D. Catarina		Angeline - SC		
2	Grupos/organizações de agricultores	Grupo Agrodeia	Somos um grupo de agricultores f	(47) 9 841-3200	dulciane@hotmail		Vista Alegre - Imbuia - SC. CEP: 88440-000
		Grupo Apaoc - Associação de produtores de alimentos orgânicos e coloniais	Terra, trabalho e teto.	(47) 9 964-3200	rodrigofrancisco		Estrada geral Chapadão do Rio do meio s/n - Cha
3	Comunidades do Alimento SF	OrganiGoês	Grupo de produção familiar comp	(48) 9 964-3200	organigoescontat		Alto Rio Santinho, Chapadão do Lajeado - SC
4	Fortalezas Slow Food	Dados já no Arcgis					
5	Hortas comunitárias	CRAS Capoeiras		(48) 3348-6237			R. Santos Saraiva, 2011 - Estreito
		CRAS Morro das Pedras		(48) 3337-4028			Rod. "Seu Chico" Francisco Thomaz dos Santos - M
		Centro de Saúde Ribeirão da Ilha		(48) 3337-5997/3337-5579			R. João José D'Avila, s.nº
		Horta Comunitária PACUCA		(48) 9 8498-6533	Al	https://v	Rua da Capela, 1195 - Campeche Leste
		Horta comunitaria das Garças		(48) 9 8405-8785			Rua das Garças, 106. Campeche
		Horta urbana Rio Vermelho		(48) 99133-5378			Rod. João Gualberto Soares, 6053 - Ingleses do Ric
		Centro de Saúde Jardim Atlântico		(48) 3240-2168			R. Aleixo Alves de Souza - Jardim Atlântico
		Revolução dos baldinhos					
	Horta Comunitaria AMOJAC		(48) 9840-3200	comunic	https://v	R. Raimundo Carlos Lopes, 412-446 - Campeche	
	Quintal Comunitário do Córrego				https://v	Rua Gibraltar - Córrego Grande	
	Hortaluz				https://v	Rua Felipe Schmidt, cabeceira da ponte, Parque d	

Fonte: a autora, 2019.

A figura anterior mostra a planilha de iniciativas de produção mapeadas, construída a partir do mapeamento inicial das iniciativas de comercialização e seus respectivos fornecedores, e/ou a partir da indicação realizada via metodologia bola de neve pelos atores-chave da rede de cidadania agroalimentar da Grande Florianópolis – SC.

Figura 6: Planilha de organizações de apoio mapeadas.

ID	Tipo	Nome	Descrição	Telefone	E-mail	Site	Endereço
2		Laboratório de Comercialização da Agricultura	O Laboratório de Comercialização da Agricult	(48) 3721 oscar.rov	http://la	Rodovia Admar Gonzaga, 1346	
3		Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de	A partir da incidência de atividades de form	(48) 3334 cepagro	https://c	Rodovia Admar Gonzaga, 1346	
4		Rede Semear Floripa de Agricultura Urbana	Rede aberta de pessoas e organizações que desejam viviprom	https://www.facebook.com/redesemearfloripa/			
5		LUTA - Laboratório da Utopia	O Laboratório da Utopia (Luta) existe para polinizar experiênci	https://w		Laboratório de Sociologia do Trabalho, UFSC, CFH,	
6		EPAGRI - Gerência Regional da Região de Floripa	<b>Eles não tem um projeto ou setor específico</b>	(48) 3665 grf	epagri.sc.gov	Rodovia Admar Gonzaga, 1347 – Itacorubi	
7		ABDSul - Associação Biodinâmica do Sul	A Associação de Agricultura Biodinâmica do	(48) 3371 biodinar	http://w	Rua Pastor William Richard Schister Filho, 1055 - I	
8		Rede Ecovida - Núcleo Regional Litoral	O Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida reúne cerca de 150 famílias Km 51 BR 282 - Águas Mornas				
1	Organizações de apoio à produção e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos		A missão é promover o intercâmbio entre talentos e necessidades da comunidade de forma responsiva baseada nos valores universais de qualidade de vida. OBJETIVOS: Promover a melhora da qualidade de vida da comunidade através de projetos e oficinas gratuitas. - Criar estruturas envolventes para articulação dos sonhos e talentos - Promover um canal de comunicação aberto, reflexivo e responsivo		adm@bt	https://www.facebook.com/btdefloripa/	
9		Banco do tempo					
10		Quinta das Plantas	Quinta das Plantas é o encontro de pessoas	(48) 3266 centroan	https://w	Rua Dr. João de Oliveira, 1040 - Canasvieiras	
11		Agreco					

Fonte: a autora, 2019.

A planilha acima refere-se às organizações de apoio mapeadas, que foram indicadas pelos atores-chave da RCA da Grande Florianópolis como tendo atuação em prol do fortalecimento e desenvolvimento da agricultura orgânica e/ou de base agroecológica, relativo esta tanto à iniciativas de comercialização quanto de produção de alimentos.



Figura 7: Planilha “banho maria”.

	A	B	C	D	E	F	G	
1		Semear Agroecologia - ONG que ajud	Ligar!!!	(47) 9 9166-8877	Alexandre			
2		Copertec - foratecimento de grupos	Falar com o Rodrigo (Chapadão).	(47) 9 9681-3241				
3		Jiddu (Ana Carolina A Fonte)	Ligar!!!	48 9 9656-6080				
4	Organizações de apoio à produção e consumo de alimentos orgânicos/ agroecológicos	Çarakura Instituto de Permacultura	(48) 9 9902-7577 Andreia					
5		Instituto Cairós	ver do que se trata					
6		Ecocitrus	ver do que se trata (usina de compostagem? Parece que só no RS)					
7		Instituto Morro da Cutia de Agroecol	ver do que se trata					
8		Instituto Mahle (projetos)	ver do que se trata (apoia a ADdeSul, rещacada, etc.)					
9		AOPA	Atua auxiliando na comercialização de vários agricultores em SC. Checar se tem um					
10		Conselho Estadual de Segurança Alim	entar e Nutricional de Santa Catarina (Conse	ver endereço				
11		Grupos/iniciativas de venda e consumo	Grupo de compra coletivas Anaue	Eduarda é quem gere, a mesma pessoa do gr	(48) 9 9657-1083	Jorge Indio		Checar se
12			Grupo de compras coletivas Madreci	Fica com 15% do valor consumido. Funciona c	(48) 9 967	eduardapiaia@gr		Checar se
13	Natu Orgânicos (delivery de orgânicos)		Não atendeu! Ligar para saber quem são os f	(48) 9 9933-3033	Tiago		Checar se	
14	Ônibus Feira orgânica Jurerê							
15	Orgânico na Kombi		E-mail enviado pelo site	(48) 9 915	contato@	https://www.orgar		
16	Feira Secretaria da Agricultura		Verificar! Tem feira as sextas-feiras!	Contato?				
17	Feira MAPA		Não tem mais porque os agris deixaram de le	(48) 3261-9901				
18	Coletivo de compras Canasvieiras		Respeita os critérios?	(48) 9 9819-2365	Aline			
19	Coletivo Rio vermelho (grupo de		Respeita os critérios?	(48) 9 8804-2365	José			
20	Grupo de compras coletivas Sul da	ver aonde ela e o banco do tempo está no me	(48) 9 9150-1781	Geovana (banco do t				
21	Grupos/iniciativas de produção	Engenho de Farinha (Dna. catarina) -	Compras Ecosolidárias (fornecedor) - rede de	(48) 98477-1263			Angelina	
22		Econeve	produtores vendem pro Glaico e pro varejo (ve	(49) 9 8808-8104	Kao/Carlos		São João	
23		Ecoserra	Não está vendendo atualmente produtos aq	(49) 3224	www.cod cooperat		Av. Papa	
24		Orgânicos Santa Bárbara (empresa)	Uma feira itinerante que oferece produtos or	Tiago ex-	organico	https://w	Rancho C	
25		Associação Valor da Roça	Só produz farinha orgânica (aipim) ele, plant	(48) 9 9907-8169	Edézio/ 962		Estada g	
26		Natu Orgânicos	Thiago é presidente do grupo Ilha Meinbipe	(48) 9 9933-3033	Tiago		São Pedr	
27		Cooper Planalto Sul	Cooperativa mista de produtos orgânicos e cc	(47) 9 9742-8413	Katrine		Curitiba	
28		Orgânicos Serranos	Tem uma rota de comercialização que passa	(49) 9 9102-7517	Irã			
29		Orgânicos Floripa (feira grãomestre)						
30		Associação Renascer	Sim somos em torno de 20 associados mais n	(49) 9 9105-0231	Eraldo/ (49)		Urubici -	
31		Grupo Vida Verde	mandado whats! Aguardando resposta! Noss	(48) 9 9137-1508	Perdo/ (48)		9 9980-43	

Fonte: a autora, 2019.

Por fim, a figura acima mostra a planilha “banho maria”, que conteve informações relativas tanto à comercialização quanto à de produção de alimentos orgânicos/agroecológicos e suas organizações de apoio, mas que causou dúvida uma vez que aplicados os critérios estruturantes ou, quanto a sua efetiva atuação. Tais iniciativas foram tratadas isoladamente caso a caso pelo coletivo de organizações que estiveram à frente do processo de criação/consolidação do Mapa da RCA da Grande Florianópolis, sendo sua adesão ou não, decida coletivamente via reuniões entre equipe.

Após o mapeamento inicial das informações nas três categorias definidas (iniciativas de consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos; grupos de produção de alimentos orgânicos/agroecológicos; e, organizações de apoio à produção e o consumo de alimentos orgânicos/ agroecológicos), todas as informações coletadas, assim como a elaboração dos critérios e subcritérios para a inclusão dos dados no Mapa foram validados em reuniões

periódicas entre equipe do LACAF e demais atores envolvidos na coleta de informações, a fim de construir uma ferramenta baseada na construção coletiva, participativa e em um processo transparente e democrático.

A base de dados gerada a partir das planilhas então validadas, foram passadas para o *Software QGis*, programa o qual fora desenvolvido o "*shape*" do Mapa. A partir desse *shape*, passou-se as informações para o *ArcGis on line*, uma plataforma da internet livre e gratuita para criação, gerenciamento, compartilhamento e acessibilidade de mapas *on line*. Objetivou-se no ato da escolha do *software* que o Mapa pudesse, após a conclusão da presente pesquisa, vir a ser posteriormente utilizado pelos demais membros do Laboratório e comunidade geral, o que garantiria a permanência da ferramenta com as informações disponíveis na *web* para os usuários, independentemente do término da pesquisa.

O Lançamento do Mapa ocorreu em 28 de maio de 2019, no Seminário Alimentos Agroecológicos e Redes de Produção e Consumo, organizado pelo Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar – LACAF/UFSC, Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo – CEPAGRO e *Slow Food* Brasil. Ao total foram mapeadas 42 iniciativas de abastecimento de alimentos orgânicos/agroecológicos; 38 iniciativas de produção; e 12 organizações de apoio; as quais deram origem ao Mapa (imagem ilustrativa na figura 8). Ressalta-se ainda que fora entrado em contato com todos os atores/iniciativas mapeadas através de visitas *in loco* ou via telefone e/ou *internet*, a fim de obter-se o consentimento dos sujeitos mapeados para consequente divulgação de suas atividades via Mapa da RCA da Grande Florianópolis, bem como explicar a finalidade da ferramenta.

O Mapa encontra-se disponível via link da internet<sup>14</sup>, estando disponível para quem desejar se apropriar de seu conteúdo. O formato do Mapa é editável apenas pelos administradores, em vias de garantir a veracidade das informações e dos critérios e subcritérios estabelecidos como diretrizes para condução desta ferramenta. Enfatiza-se que tal Mapa fora pensado como um instrumento de construção social do mercado de orgânicos/agroecológicas na região da Grande Florianópolis, em vias de somar para o processo de democratização do agroalimentar no território.

---

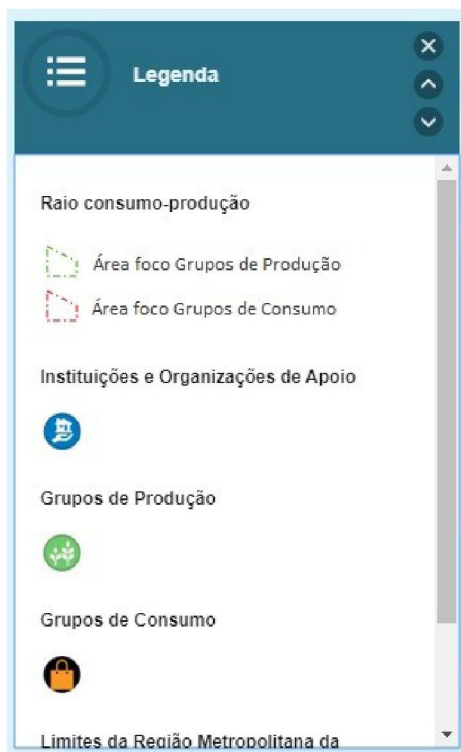
14 Para acessar o mapa e saber aonde existe uma iniciativa de venda ou produção de produtos orgânicos/agroecológicos perto de você acesse o link: <<https://www.arcgis.com/apps/View/index.html?appid=32251646649943949ecbde0f0c2568d>>.





alimentos orgânicos/agroecológicos presentes no território; conforme podemos observar na imagem abaixo:

Figura 9: Legenda Mapa da RCA da Grande Florianópolis – SC.



Fonte: Mapa da RCA da Grande Florianópolis – SC, 2019.

Dando sequência ao trabalho, será abordado no próximo tópico a análise e discussão dos dados referente ao Mapa da RCA da Grande Florianópolis. Destaca-se que tal estrutura foi concebida a fim de facilitar a leitura e compreensão do conteúdo da pesquisa, tendo em vista que os objetivos específicos i, ii e iii definem-se como sendo elementos distintos, porém, complementares. Subsequentemente trataremos da descrição do objeto de estudo referente ao caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) e a análise e discussão dos dados relacionados ao tema.

## 5.2 Análise e discussão dos dados

Fundamental se fez a leitura e aprofundamento da abordagem contida no marco teórico da presente tese, relacionado aos circuitos curtos de comercialização (CCC), às redes agroalimentares alternativas (RAA), e redes de cidadania agroalimentar (RCA). As discussões expostas pelos autores utilizados serviram não só como embasamento teórico para o desenvolvimento do tema da pesquisa, mas como também para confrontar a teoria com a prática, e checar na empiria o que fora possível ser implementado a partir da luz das teorias, assim como os aspectos que se mostraram factíveis frente a real experiência de consolidação de uma RCA na Grande Florianópolis.

Como o apontado no marco teórico do presente estudo, elucida-se aqui o quão embrionária a pesquisa iniciara a partir da simples abordagem trazida pelos circuitos curtos de comercialização (CCC), que apesar de considerar relações de proximidade e diretas entre produtor e consumidor, não conta com uma abordagem conceitual definida, levando em conta primordialmente elementos ligados a espacialidade e número de intermediários no processo de comercialização de alimentos, como o exposto por Marsden *et al.* (2000); Darolt (2012) e Aubry; Chiffolleau (2009).

No desenvolvimento da pesquisa bibliográfica surge a abordagem conceitual proposta pelas redes agroalimentares alternativas (RAA), que apresenta um escopo conceitual mais aprofundado ao trazer em sua discussão elementos filosóficos centrais de oposição ao “*mainstream*” e ressaltar as relações de proximidade, propondo alternativas ao atual modelo agroalimentar. Estratégias pautadas na cooperação social, atuação em rede e na reconexão entre as esferas da produção e do consumo propõe como resultado a dinamização dos mercados locais com identidade territorial, abordagem que trouxera então uma rica contribuição para a presente pesquisa: a emergência de um redesenho do sistema agroalimentar atual. No entanto, as noções relativas as RAA revelaram não possuir um conteúdo normativo claro como o exposto por Renting *et al.* (2003, 2012), Goodman (2004) e Treagear (2011), bem como deter de certa fragilidade conceitual nas questões ligadas a democratização do alimento, inclusão, justiça social e ao surgimento de novas redes orientadas pela sociedade civil na contemporaneidade.

Na medida em que a pesquisa bibliográfica foi ganhando consistência com a discussão teórica em torno das redes de cidadania agroalimentar (RCA), incorpora-se, por sua vez, elementos ligados a justiça, democracia e cidadania agroalimentar, princípios estes que auferiram conteúdo replicável na empiria, ao trazer principalmente os fundamentos relativos a democratização do agroalimentar, como a governança, a coprodução, e o consumo responsável/crítico, representando uma forma possível do redesenho das relações agroalimentares atuais rumo a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos, tal como expuseram Renting, Marsden; Banks (2003); Lamine; Darolt; Branderburg (2012) e Niederle (2018).

O estado da arte alcançado na essência do conhecimento sobre os principais temas abordados, bem como as ramificações surgidas ao longo da discussão teórica, trouxera coerência e forma à pesquisa, sendo incorporadas não somente como categorias analíticas da presente tese (governança, territorialização e agroecologia) descritores e indicadores de pesquisa, mas também como critérios estruturantes adotados na construção do Mapa da RCA e análise do estudo de caso relativo às Células de Consumidores Responsáveis (CCR).

Conceitualmente falando, as iniciativas mapeadas a partir dos critérios estipulados – que por sua vez foram estabelecidos a partir dos elementos teóricos trazidos ao longo da construção teórica da presente da tese, fora possível analisar que a presença do conjunto dessas iniciativas no território formam o que podemos chamar de uma rede de cidadania agroalimentar. Essa rede não é puramente formada pelas iniciativas, mas sim pelos atores do agroalimentar envolvidos, que a partir do desenvolvimento de ações contribuem para promoção de mudanças nos ‘mecanismos de governança alimentar’ a partir das relações de produção-consumo. Essas mudanças, promovem novas formas de cidadania, que a partir dos movimentos sociais ou simplesmente da mobilização social dos atores, geram alternativas ao sistema agroalimentar convencional e às grandes redes varejistas, construindo uma rede horizontal baseada em relações de reciprocidade.

Especificamente tratando das categorias analíticas adotadas no presente estudo, a construção dessas representaram um exercício epistêmico e teórico, vindo a oferecer um marco de análise sólido e coerente dado a multiplicidade e caráter inovador dos temas relativos a produção e consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos e a construção social desses mercados. A partir da definição das categorias analíticas e da complexidade das temáticas abordadas, observou-se que há uma forte presença de elementos ligados a territorialização dos



alimentos nas iniciativas mapeadas, dado a distância máxima percorrida entre produção e consumo, a relação comercial realizada de forma direta ou com no máximo 1 intermediário operando a cadeia, e o trabalho em grupo caracterizado pelo envolvimento de no mínimo 3 estabelecimentos agropecuários nos processos de produção e/ou venda direta. A agroecologia se faz da mesma forma presente, dado que todas as iniciativas mapeadas são de origem orgânica/agroecológica, o que preserva e/ou aumenta a agrobiodiversidade dos territórios e valoriza o local em termos de paisagem, cultura e identidade, além de caracterizar-se com um alimento munido de informação acerca da origem e procedência. A governança contempla nas iniciativas mapeadas um caráter de cooperação mútua marcado pela participação social e coletiva, o estabelecimento de relações de proximidade entre as esferas da produção e do consumo, e a presença de elementos que revelam a prática de um consumo responsável e/ou crítico. Por sua vez a autogestão figura como um elemento favorável a se desenvolver, e na maior parte das iniciativas mapeadas em pleno processo de desenvolvimento.

Em se tratando especificamente da operacionalização do Mapa, tem-se que, no curto período em que a ferramenta está em funcionamento, notou-se alguns pontos positivos e negativos, tendo também alguns posicionamentos e *feedbacks* por parte das iniciativas/atores do agroalimentar identificados no Mapa.

Como pontos fortes, o fato da ferramenta não ser editável preserva a veracidade das informações, assim como os critérios e subcritérios de inclusão (ou não) das iniciativas adotados. O Mapa também é atualizável em tempo real, ou seja, uma vez que editado na base *online* e gratuita do *software ArcGis*, as informações hospedadas são atualizadas automaticamente onde estiver seu *link*, sem haver a necessidade de fazer *download* de uma nova versão. O *design* do *site* também foi elogiado pelo público em geral, bem como a quantidade de iniciativas mapeadas até o dado momento. Houve um grande compartilhamento da ferramenta por parte dos “consumidores responsáveis” e atores-chave mapeados nas redes sociais. No mapa há ainda diversas informações e indicação dos contatos de cada iniciativa mapeada, permitindo o estabelecimento do diálogo e a ampliação da rede. De maneira geral a ferramenta mostra-se inovadora, tendo em vista os critérios de inclusão no Mapa e parâmetros adotados em relação a disponibilidade de informações, como contato e tipos de iniciativas mapeadas.

Já como pontos negativos, podemos citar o fato de que alguns ícones relativos às iniciativas mapeadas ficam sobrepostos, dependendo da proximidade de visualização. Um outro fator negativo é a ausência de uma caixa de diálogo entre o usuário e os gestores da ferramenta, a fim de facilitar a troca e a retroalimentação das informações. Segundo relatos:

*“Seria muito bom se nós pudéssemos nos comunicar através do mapa, deixando mensagens de lugares que conhecemos e que não estão no mapa, avaliações e também para trocar informações de uma maneira geral” (Usuário 03).*

Identificou-se ainda que a não possibilidade de visualização de um determinado grupo de iniciativas sob o formato de lista, por localização ou tipo de iniciativa por exemplo, acaba prejudicando a consulta específica das iniciativas mapeadas. Por fim, a ausência de registro dos acessos também representa um fator negativo, pois não há como mensurar quantitativamente o número de pessoas que estão fazendo uso da ferramenta.

Fora apontado ainda por alguns atores do agroalimentar como sendo um aspecto negativo o não mapeamento de produtores individuais localizados na região da Grande Florianópolis. Como no mapa adotou-se o critério de mapear apenas produtores que produzem e/ou comercializam em grupo (mínimo de 3 estabelecimentos agropecuários), fora apontado que a adoção de tal critério se torna excludente para aqueles produtores familiares que trabalham individualmente ou apenas com seu núcleo familiar. Na visão dos atores, para obter-se uma real democratização do consumo de produtos orgânicos/agroecológicos através da formação de redes de produção e consumo, agricultores individuais não poderiam ficar de fora, tendo em vista que o Mapa poderia ser inclusive uma ferramenta para formação de parcerias de produção e/ou comercialização e trabalho em rede, uma vez que são disponibilizadas informações referentes a localização e seus respectivos contatos. Segundo relatos, há um forte desconhecimento por parte dos próprios agricultores acerca da produção de orgânicos/agroecológicos para “fora da porteira”. No caso daqueles produtores individuais que trabalham de forma individualizada, tal fato muitas vezes representa um problema tanto em termos de complementariedade de produção, quanto de escoamento e/ou comercialização dos produtos. Segundo relato:

*“se tivéssemos como ver no mapa aonde tem um produtor perto de nós e que nós não conhecemos, poderíamos ter a chance de nos aproximar e firmar algum tipo de parceria, já que somos vizinhos e estamos trabalhando a favor da mesma causa” (Agricultor 11).*

Tal relato aponta para a hipótese de um mapeamento futuro dos produtores individuais, fato que pode vir a representar uma forma de incentivo na formação de parcerias locais e atuação em rede. Hipoteticamente, essa ação poderia vir a representar um componente chave para o aprimoramento da ferramenta e avanço da democratização alimentar de origem orgânica/agroecológica no território.

De maneira geral, tem-se que as iniciativas de abastecimento de alimentos orgânicos/agroecológicos e as informações relativas a estas nem sempre podem ser acessadas com facilidade, limitando a atuação em rede pelos sujeitos envolvidos. Nesse sentido, o mapeamento dessas iniciativas torna-se estratégico, pois ao dar visibilidade aos atores que constroem experiências de produção e consumo, amplia-se o acesso às informações e oportuniza-se conexões entre as dimensões do consumo e da produção.

As experiências que compõe a rede de iniciativas de CCC na grande Florianópolis então mapeadas e que, dão origem, portanto, à Rede de Cidadania Agroalimentar em construção, conferem um senso de responsabilidade e de pertencimento dos indivíduos, que na luta por mercados mais justos e de relações mais próximas, investem energia em construir conexões sociais imersas em mecanismos de trocas não monetárias. Tais elementos trazidos da literatura e depois metodologicamente definidos através dos critérios e subcritérios estabelecidos para formação do Mapa, revelam que a RCA em formação caracteriza-se não somente por canais ‘alternativos’ de venda direta, mas também formados a partir do engajamento da sociedade civil organizada, evidenciando empiricamente as novas concepções de cidadania e democracia alimentar, elucidadas na abordagem teórica relativa às RCA. Como ressalta Forno (2009, pp. 40-41) esse tipo de organização deve ser considerada como uma “academia de democracia”, onde se produz e se reproduz capital social. Ao enfatizar valores éticos como solidariedade, confiança e reciprocidade por exemplo, intensifica-se as interações sociais entre produtores e consumidores e enriquece-se a capacidade de pensamento crítico, aumentando simultaneamente a conscientização

acerca dos hábitos de consumo em sua generalidade, e, contribuindo para o real desenvolvimento democrático das sociedades.

A maior contribuição da presente pesquisa ao incorporar noções referentes às RCA foi relativa às dinâmicas contemporâneas dos estudos de mercado ligados à territorialidade e governança, tendo como pano de fundo, debates importantes acerca da ampliação da ‘democracia alimentar’ e da ‘soberania alimentar’, elucidando o papel ativo e estruturante dos cidadãos-consumidores e cidadãos-produtores na cadeia de abastecimento dos territórios. Em termos de construção social de mercados, entende-se que tais princípios fundamentais dão base para a efetiva reformulação de relações produção/consumo. Tal reformulação traduz-se num processo de despertar da consciência crítica e reavaliação de hábitos de produção e consumo, elucidando o quanto importante é a atitude de repensar escolhas se analisado os significados sociais, culturais, políticos e ambientais dos alimentos.

Ao realizar-se o mapeamento da RCA da Grande Florianópolis foi surpreendente verificar na empiria o fato de que tantas iniciativas diferentes no âmbito da reaproximação das esferas da produção-consumo acontecem simultaneamente no território, onde novas alianças são criadas, e a partir destas, novas formas de participação e governança agroalimentar. Nesse sentido, verifica-se que tem avançado mundialmente um processo de busca de reconexão entre produção e consumo, e de realocização dos sistemas agroalimentares contemporâneos, corroborando as ideais propostas por Goodman (1990; 2002; 2003; 2004; 2009; 2014; 2017), Renting (2003; 2012), Marsden (1998; 2000; 2002; 2003), Banks (2000; 2002; 2003), Giddens (2012), Ploeg (2006; 2008; 2011), Portilho (2005; 2009), Schneider (2011), Rover (2007; 2013; 2016), Brunori (2012), Darolt (2012; 2016), e Anjos (2017).

No entanto, isto poderá permanecer com um caráter de nicho comercial se não avançar a responsabilização e apropriação pelos atores sociais de seu papel na cadeia agroalimentar do território, e, principalmente se não trabalhadas questões relativas à educação para o consumo no sentido do cometimento do consumo ético/responsável. É necessário atentar-se para o desenvolvimento de competências que tornem os cidadãos mais ativos no exercício dos seus direitos e deveres, estimulando o agir como cidadadãos-consumidores e estimulando a sensibilização para um consumo consciente e crítico. A educação para o consumo supracitada atua como uma ferramenta de suma importância quanto ao estabelecimento de critérios que são

levados em consideração na escolha de compra de um produto, não sendo priorizado somente o preço, mas também, e principalmente, a origem, procedência, e valor nutricional. Ainda, deve-se ponderar sobre todo o caminho percorrido para a produção e abastecimento de tal produto, considerando matéria-prima, meios de produção, mão de obra empregada, distância entre produção e consumo, ações/comportamentos que influenciam a pegada ecológica, resíduos produzidos, gastos de água e energia elétrica, entre outros; culminando, assim, em um ato de consumo que impacta não somente na vida de quem consome, mas também na sustentabilidade socioambiental futura.

A formação de redes localizadas através de circuitos curtos de comercialização denotam grande potencial para colocar um consumo responsável e crítico em prática, tendo em vista a ampla identificação e participação dos consumidores, representando desta forma, mecanismos de resistência, reorientação dos modelos produtivos e tentativas de interferência nas agendas hegemônicas e mercados convencionais. As alianças de cooperação entre iniciativas de produção, abastecimento e consumo, perdidas com o alongamento das cadeias agroalimentares, poderiam ser retomadas e qualificadas através de CCC geridos por redes territoriais (RCA), de forma a tornar-se uma estratégia para democratizar a tomada de decisões e reequilibrar o poder nos sistemas agroalimentares.

Através das iniciativas diversas que compõem o Mapa da RCA da Grande Florianópolis, criam-se redes de intercâmbio de informação e de aprendizagem do exercício da cidadania, promovendo para além de inovações tecnológicas, mudanças nas escolhas individuais de consumo e ações coletivas, que por sua vez, podem vir a acarretar em mudanças políticas, econômicas e institucionais, fazendo com que os padrões e os níveis de consumo tornem-se mais localizados e sustentáveis.

A experiência do Mapa revela que não basta a ferramenta existir se as pessoas não se apropriam das informações e não fazem uso das mesmas. A atuação em rede começa quando os atores passam de uma posição “passiva” (mero saber) a uma atitude “ativa” (agir). São as pessoas que determinarão se a ferramenta será útil ou não, e uma vez que estiverem munidas de informação. Se a informação sobre a existência desses canais curtos de comercialização as motivará a consumir alimentos orgânicos/agroecológicos através desses CCC, e assim,

reformular as relações com o agroalimentar de fato, representando uma mudança mais profunda nos padrões e atitudes de consumo, pesquisas futuras podem dedicar-se a analisar.

A dimensão informacional do decurso seguido da construção de relações sociais entre e por atores sociais aparecem como os principais determinantes nos processos de desenvolvimento dessas redes. O reconhecimento mútuo das iniciativas através do Mapa, e a coordenação de esforços entre atores sociais que se organizam em torno da produção e abastecimento alimentar no território, configuram uma Rede de Cidadania Alimentar que está em construção e se revela promissora, mas que no entanto, conta com grandes desafios que se originam a partir da educação para o consumo, passando pelas noções de um consumo responsável, crítico e político, para então acarretar na reformulação das relações produção-consumo.

Ainda em relação aos desafios postos para a articulação de experiências bem-sucedidas rumo a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos no território, elucida-se alguns pontos de reflexão que merecem destaque, em consonância com as categorias analíticas abordadas na presente tese.

Na esfera da produção, desafiador se mostra a articulação dessas redes localizadas no sentido do provisãoamento de alimentos orgânicos/agroecológicos através da inserção produtiva dos agricultores em dinâmicas de mercado territoriais e com atuação em rede, elemento que propiciaria a oferta de produtos em escala, a otimização de custos com logística e transporte, e a ampliação das possibilidades de aproveitamento de vantagens de aglomeração (*clusters*). Para além da oferta de grande quantidade de produtos de origem e qualidades singulares, a diminuição de custos com fretes poderia abrir espaço também para a realização de trocas de produtos entre agricultores, podendo ocorrer ainda o fortalecimento das inter-relações entre os atores da produção e sua capacidade de desenvolver inovações tecnológicas para e no território. Num cenário ideal, se organizados, os produtores contariam ainda com a legalidade necessária para a comercialização e fornecimento de alimentos com regularidade e diversidade, além de facilidades de acesso a crédito e políticas públicas, fato que propiciaria um incremento considerável de renda e um aumento significativo de rendimento da produção. Os aumentos de rendimento a partir do modelo agroecológico de produção enfatizam, portanto, a diversidade, a sinergia, a inovação, a reciclagem e a integração (atuação em rede), bem como a participação e o empoderamento da comunidade. Para além de questões produtivas e/ou ligadas ao mercado, a capacidade de formar

alianças entre os diversos atores do agroalimentar, incluindo os consumidores e os organismos que integram a “revolução agroecológica” é uma maneira de incentivar os agricultores a obter um maior acesso ao conhecimento agroecológico, assim como à terra, sementes, aos serviços públicos, mercados solidários, etc. Simultaneamente, a preservação dos ecossistemas (plantas, animais, comunidades de micro-organismos, solo, água, ar) interagem em equilíbrio, e, conseqüentemente, prestam serviços ambientais fundamentais à manutenção do local, tal como pode ser observado e constatado através das visitas a campo, relatos e entrevistas com agricultores e consumidores. Tal análise sugere o que Altieri e Nicholls (2005; 2012) intitulam de ganhos de escala como sendo a principal contribuição da agroecologia em termos de futuro comum e desenvolvimento sustentável.

Já na esfera do consumo, pode-se dizer que um desafio posto seria o de organizar o consumo sob uma perspectiva de coprodução e governança, através, por exemplo, da formação de uma cooperativa de consumo. Via cooperativa, as compras organizadas em maior quantidade e através de circuitos curtos devolveriam a centralidade do alimento para as camadas sociais através da ressocialização da produção e do consumo, do poder de escolha no ato da compra, do apoio a grupos de agricultores localizados em comunidades próximas, das relações de proximidade, e dado o alimento alcançar o consumidor imbuído de informação (*embedded*), devolvendo a centralidade alimentar no sentido do alimento não ser tratado apenas como uma mercadoria. Tais estratégias incorporam elementos ligados à justiça, democracia e cidadania agroalimentar, representando uma forma possível do redesenho das relações agroalimentares atuais rumo à solidificação da construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos na região de Florianópolis-SC e atuação em rede.

## **6 O CASO DAS CÉLULAS DE CONSUMIDORES RESPONSÁVEIS (CCR)**

### **6.1 Caracterização do objeto de estudo**

A partir do afinamento da pesquisa e análise de estudo de caso específico, justifica-se a escolha do caso das células de consumidores responsáveis (CCR) para além do envolvimento da autora no Projeto, também por esta ser a iniciativa que tem um maior número de consumidores envolvidos, totalizando aproximadamente 350, fato que proporciona uma investigação mais aprofundada sobre a interface do consumo e o tema das redes de cidadania agroalimentar nas grandes cidades. Ainda, a despeito de quão a análise de casos múltiplos — tido pelas 42 iniciativas mapeadas, e do caso único escolhido para aprofundamento da tese refletiram situações de iniciativas variadas e diferentes, essas, conservaram em sua essência elementos em comum e passíveis de múltiplas análises.

As CCR é o modelo que mais trabalha a questão do acesso e democratização do alimento orgânico agroecológico, contendo em sua essência valores entendidos como sendo primordiais na questão analítica da construção social de mercados orgânicos/agroecológicos na Grande Florianópolis, definidos estes a partir das categorias de análise da presente pesquisa (territorialização, agroecologia e governança), anteriormente apresentadas e pormenorizadas.

Desta forma, apresenta-se a iniciativa do projeto de extensão do Laboratório de Comercialização da Agricultura Familiar LACAF/UFSC, intitulado de “Abastecimento de alimentos agroecológicos em cidades populosas: uma tecnologia social de venda direta com educação alimentar”. Financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ, o Projeto prevê a criação de Células de Consumidores Responsáveis (CCR) espalhadas por zonas e/ou bairros de Florianópolis, objetivando consolidar as CCR como um modelo de tecnologia social, e fortalecer redes agroecológicas de abastecimento alimentar na região através da venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos, da educação para o consumo e do consumo ético/responsável.

Para clarificação dos termos, como propõe a literatura exposta no marco teórico, entende-se por educação para o consumo e consumo ético e responsável a construção de padrões e níveis de consumo mais sustentáveis, que envolvem a construção de relações de proximidade, confiança e corresponsabilidade de produção e consumo entre agricultores(as) e



consumidores(as). O apoio às formas alternativas de produção conta com uma ampla identificação e participação dos consumidores, articulando experiências bem-sucedidas em “mercados bons, limpos e justos”, representando desta forma, mecanismos de resistência, reorientação dos modelos produtivos e tentativas de interferência nas agendas hegemônicas. Através do agroalimentar, criam-se redes de intercâmbio de informação e de aprendizagem do exercício da cidadania, promovendo para além de inovações tecnológicas, mudanças nas escolhas individuais e ações coletivas, que por sua vez, podem acarretar em mudanças políticas, econômicas e institucionais, fazendo com que os padrões e os níveis de consumo tornem-se mais localizados e sustentáveis.

As CCR são, portanto, arranjos inovadores de venda direta e coletiva de alimentos orgânicos/agroecológicos oriundos da agricultura familiar, através de pedidos antecipados e cestas fechadas. Neste modelo, os pagamentos são realizados mensalmente e de forma antecipada, oportunizando a venda garantida aos produtores e também os auxiliando no planejamento da produção.

O Projeto surgiu da necessidade de grupos de agricultores familiares viabilizarem mercados mais justos e rentáveis para seus produtos, ao passo que, crescia a demanda por alimentos mais saudáveis e de origem orgânica em Florianópolis-SC, além de, em consonância com a proposta do LACAF/UFSC, buscar a ampliação do acesso a este tipo de mercado a preços abaixo do praticado nos comércios locais. Via Projeto, é suprida parte da crescente demanda por alimentos orgânicos certificados e a preços acessíveis às mais diversas camadas socioeconômicas, tendo em vista o preço fixo das cestas, custando semanalmente R\$ 29,00 (cesta pequena) e R\$ 53,00 (cesta grande)<sup>15</sup>.

A entrega dos alimentos ocorre semanalmente em pontos de entrega comum a um grupo de consumidores(as) de cada CCR, chamados de “pontos de partilha”, tais como: escolas, locais de trabalho, universidades, empresas, casas de consumidores, entre outros. Viabiliza-se desta forma o acesso com fácil retirada dos alimentos aos consumidores, bem como a diminuição de custos de logística para os agricultores, a venda garantida e a economia com o tempo dedicado à comercialização, fatores estes que propiciam o cometimento de preços abaixo do praticado no mercado local.

---

15 Os preços descritos são praticados desde a implantação da primeira Célula, em novembro de 2017 até o presente momento da defesa da tese (março de 2020) sem terem sofrido quaisquer reajuste.

Os alimentos são aprovacionados em um modelo de “cesta fechada”, ou seja, os consumidores(as) não escolhem previamente quais produtos irão receber, os quais são entregues de acordo com as variedades disponíveis na época/estação do ano, respeitando-se a sazonalidade da produção dos alimentos e os ciclos naturais de cada cultura, fato que, por outro lado, exige flexibilidade dos hábitos alimentares por parte dos consumidores.

Há ainda um acordo preestabelecido entre agricultores e consumidores através do firmamento de um “termo de responsabilidades compartilhadas”. Este termo é construído de maneira coletiva, em reuniões de planejamento, operacionalização e avaliação de cada Célula, objetivando instituir um ambiente de corresponsabilização entre as partes. Para os consumidores/as, aceita-se a diversidade oferecida a cada semana baseada nos produtos sazonais disponíveis nas unidades de produção, firmando o compromisso com a retirada das cestas no dia e horário preestabelecidos, prazos para pagamentos, dentre outros. Este acordo permite aos consumidores além da inserção em mercados alternativos e de compra direta, também mudanças nos hábitos alimentares do indivíduo e da família, propiciando ainda a ampliação e diversificação da base alimentar dos consumidores. Estes passam entender mais sobre os ciclos dos alimentos e culturas de cada estação, e contam com a possibilidade de testar novas receitas com os alimentos antes desconhecidos e/ou pouco frequentes nas dietas regulares. O grupo de agricultores, se compromete a disponibilizar semanalmente um peso mínimo e variedade de culturas de alimentos a um preço fixo, além de manter o compromisso com o dia e horário de entrega, entre outros. O modelo de cestas fechadas na lógica da venda de produtos sazonais, estimula a diversificação produtiva e auxilia na preservação e aumento da agrobiodiversidade no território.

A coletividade desse arranjo se dá por meio da organização de agricultores e consumidores atuando de forma articulada. Existem equipes de coordenação, tanto de consumidores quanto de agricultores. A coordenação dos consumidores objetiva gerenciar a CCR em conjunto com os agricultores, sendo sua gestão compartilhada e rotativa, com atuação prevista para um semestre. O grupo de agricultores conta com uma gestão coletiva das famílias que compõe o grupo de agricultores que entregam produtos para as CCR, tendo como responsabilidades administrar e acompanhar os processos de produção, organização semanal dos pedidos, pagamentos, comunicação com consumidores, montagem e entrega das cestas.

Busca-se gerar dinâmicas de mercado e consumo ético/responsável que ampliam o abastecimento e acesso de alimentos orgânicos/agroecológicos às mais diversas camadas socioeconômicas, ao passo que relocalizam os sistemas agroalimentares para o território, além de possibilitar a aproximação entre agricultores e consumidores, estabelecer a corresponsabilização entre as partes, e formar redes de produção-consumo. Tal cenário aponta para a presença de um mercado territorializado, onde a presença dos circuitos curtos conta com forte apelo territorial, caracterizado pelo conjunto de espaço de decisão, as relações de proximidade, e suas interações combinadas entre proximidade geográfica e proximidade organizativa.

Quanto às cestas, estas possuem dois tamanhos: pequeno (tamanho P) e grande (tamanho G). A primeira é composta por aproximadamente 4,5 kg com diversidade de nove itens; enquanto que a segunda contém cerca de 9 kg com diversidade de treze itens; ambas incluindo variedades de raízes, tubérculos, folhosas, frutas, verduras, legumes, chás e temperos, acrescido ainda um tipo de grão nas cestas grandes. Ainda, caso o consumidor queira outros alimentos é disponibilizada uma lista de produtos adicionais orgânicos e coloniais que podem ser adquiridos a parte, e pagos a cada semana.

Inspirado em experiências consolidadas na Itália como o *Gruppi di Acquisto Solidale - (GAS)*<sup>16</sup>, e conhecedor de outros modelos como o das AMAP francesas e das CSA<sup>17</sup>, o projeto objetiva contribuir para a construção de uma Rede de Cidadania Agroalimentar na Região da Grande Florianópolis, gerando dinâmicas de mercado e consumo ético/responsável, ampliando o abastecimento de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar e trazendo para o consumidor a relevância de seu papel como “coprodutor” e “cidadão-consumidor” na cadeia agroalimentar. Assim, cria-se novos arranjos entre produção e consumo e estabelecem-se outros canais de venda que propiciam a aproximação entre agricultores e consumidores, promovendo o acesso a mercados “alternativos”.

---

16 De forma objetiva, um GAS pode ser entendido como um grupo de compras, sobretudo de produtos agroalimentares (frutas, legumes, derivados lácteos etc.), organizado normalmente por consumidores e identificado com a abordagem política do ato de consumo (ANJOS; CALDAS, 2017).

17 Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e esquemas semelhantes conhecidos por diferentes nomes em outros Estados-Membros da União Européia (Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne - AMAP, etc.) baseiam-se na parceria de longo prazo entre um ou vários produtores e seus consumidores, no qual é firmada uma associação, em maior ou menor medida, envolvendo decisões coletivas relativas ao trabalho e a produção. CSA ou organizações equivalentes como AMAP, GAS, etc. que seguem os mesmos princípios essenciais, os quais os associados recebem uma parte da colheita em troca de dinheiro e trabalho (KNEAFSEY *et al.*, 2013).

A proposta das CCR iniciou em 2016 via Laboratório, estruturando-se em duas fases distintas. A primeira, iniciada em novembro de 2016, contou com a criação de três CCR em um modelo de cesta “aberta”<sup>18</sup> (Associação Comunitária do Bairro Sambaqui, Escola SOCIESC, Agência da Caixa Econômica Federal da Beira Mar de Florianópolis<sup>19</sup>). A gestão organizacional era realizada por meio do envio de uma lista de produtos via e-mail, em uma planilha do Excel®. Entretanto, tal modelo mostrou-se deficitário, ocorrendo à fragilização e consequente desativação das experiências iniciais. As dificuldades centrais enfrentadas foram: (i) a operacionalização dos pedidos (planilhas, excesso de recebimento de e-mails, etc.); (ii) o reduzido período de 30 minutos disponibilizado aos consumidores para a retirada dos produtos nos pontos de partilha; e (iii) os altos preços praticados em comparação aos mercados tradicionais de Florianópolis, fazendo com que os consumidores preferissem ir às feiras, por exemplo, ao invés de comprar os alimentos sem ver ou escolher. Tal experiência inicial possibilitou a observação das limitações e dos pontos fracos do modelo, sendo determinante para a construção do processo de aprendizagem relacionado aos futuros arranjos a serem operacionalizados.

A segunda fase do Projeto experimentou um arranjo distinto, como o citado anteriormente, operacionalizado através do modelo de cestas fechadas com pagamento antecipado por ciclos, peso fixo e diversidade mínima, com comunicação estabelecida via *WhatsApp* e funcionando baseada em responsabilidades compartilhadas entre agricultores e consumidores, contando ainda com o estímulo a processos autogestionários em cada CCR.

Em novembro de 2017 foi criada a primeira Célula neste novo modelo, tendo um ponto de partilha estruturado na Universidade Federal de Santa Catarina, no *campus* da UFSC Trindade. Atualmente, encontram-se em operação onze CCR com mais de 300 famílias de consumidores, abastecidas por quatro grupos de agricultores vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia. São estas: CCR UFSC Trindade, no bairro Trindade; CCR Escola da Fazenda (EFaz), no bairro Campeche; CCR Estreito, no continente de Florianópolis, bairro Estreito; abastecidas estas três Células pelo Grupo de Agricultores Agrodea, composto por quatorze famílias da região do Alto Vale do Itajaí – SC, situadas nos municípios de Imbuia, Vidal Ramos e Leoberto Leal – SC. Seguindo, seis meses depois, fora então reaberta a CCR da Escola Sociesc, no bairro Itacorubi; e

---

18 Consumidores(as) escolhem quais produtos comprar a partir de uma lista enviada previamente pelos agricultores.

19 Estas CCR eram atendidas por um grupo de sete famílias agricultoras de Biguaçu-SC da Rede Ecovida de Agroecologia.

criada logo após a CCR CCA/UFSC, no *campus* das ciências agrárias da UFSC, também no bairro Itacorubi; ambas abastecidas pelo grupo de produtores Flor do Fruto, composto por doze famílias de agricultores familiares localizados no município de Biguaçu – SC. Já no mês de outubro de 2018 foram criadas as CCR FETAESC<sup>20</sup>, no bairro Barreiros, em São José – SC, e também a CCR CRAS<sup>21</sup>, no continente de Florianópolis, bairro Capoeiras; ambas abastecidas pelo Grupo APAOC, composto por dez famílias de agricultores situadas no município de Chapadão do Lageado – SC. Já no mês de fevereiro de 2019, fora criada mais uma Célula na UFSC Trindade, agora especificamente no Centro de Saúde (CCR Saúde), a qual é atendida pelo grupo de produtores Associada, que conta com 12 famílias agricultoras situadas nos municípios de Major Gercino, Nova Trento, Angelina e Leoberto Leal – SC. No mês de Agosto de 2019 foram criadas mais duas CCR, a CCR Lagoa, no bairro Lagoa da Conceição; e a CCR Centro *Co-working*, que funciona dentro de um *co-working* no bairro Prainha; as quais são também abastecidas pelo grupo Associada. Por último, no mês de novembro de 2019 foi então criada a 11<sup>a</sup> Célula de Consumidores Responsáveis no Bairro Rio Tavares, abastecida pelo grupo Amanacy, composto por 09 famílias produtoras de neo-rurais<sup>22</sup> localizadas no município de Alfredo Wagner – SC. Até o presente momento totaliza-se 11 Células de Consumidores Responsáveis em pleno funcionamento, como podemos visualizar na figura abaixo:

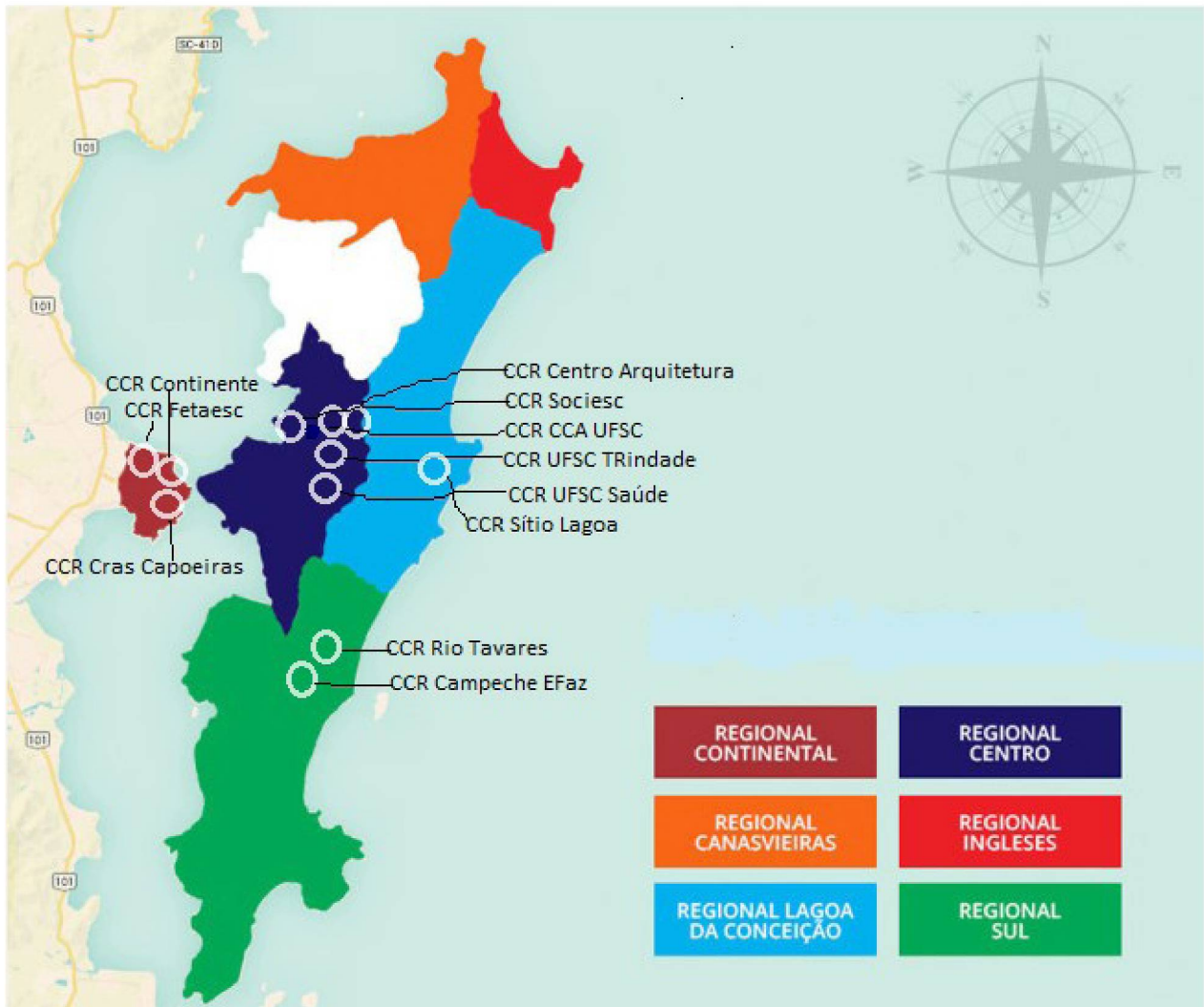
---

20 Federação dos trabalhadores na agricultura de Santa Catarina.

21 Centro de Referência em Assistência Social de Florianópolis – SC.

22 O neo-ruralismo é caracterizado pelo movimento cidade-campo, expressando a ideia de uma série de valores típicos do velho mundo rural e sob uma visão crítica das formas em que a sociedade se desenvolve. O neo-ruralismo pode ser analisado como uma forma de protesto, ainda que canalizado e recuperado. Um protesto contra o trabalho parcelado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais, contra a feiúra e uniformidade do ambiente físico das cidades (GUILIANI, G.M, 1990).

Figura 10: Mapa de localização das CCR por regionais da Grande Florianópolis – SC



Fonte: a autora, 2019.

O modelo atual de funcionamento iniciou com 27 cestas comercializadas em novembro de 2017 e até março de 2020 contou com aproximadamente 330 cestas comercializadas, compreendendo o conjunto das 11 Células em funcionamento. Estima-se ainda que, no mínimo, o dobro de consumidores é beneficiado pelas CCR de forma direta, dado que as cestas são consumidas em sua maioria por famílias ou grupos de pessoas, e não individualmente.

Importante citar ainda que há uma fila de espera para adentrar no Projeto das Células de aproximadamente 250 pessoas, fato que demonstra a adesão dos consumidores e consolidação do modelo como uma alternativa presente no mercado de orgânicos/agroecológicos de Florianópolis.

No entanto, com relação à logística atual das CCR existe ainda um grande gargalo que é administração dos pedidos e pagamentos, dado a não informatização desse processo através de um *software* ou aplicativo. Todo o trabalho de sistematização é realizado manualmente pela figura do coordenador dos agricultores, apresentando desta forma uma sobrecarga de trabalho e diversas limitações.

A administração da fila de espera, inclusão, cadastro de novos integrantes e operacionalização técnica de novas e antigas CCR ocorre com o auxílio de bolsistas do projeto, demandando da mesma forma muito trabalho. O projeto atuou com recursos do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) até outubro de 2019, o qual viabilizou até julho do mesmo ano uma bolsa de coordenação do projeto e uma bolsa de graduação para auxílio na operacionalização do mesmo. De outubro de 2019 em diante, o Projeto das CCR vem funcionando com o apoio voluntário da equipe do LACAF e atores envolvidos com a causa.

Finalmente, apesar desta ser uma experiência recente, o Projeto das Células de Consumidores Responsáveis vem demonstrando grande representatividade, considerando o expressivo crescimento de Células em menos de dois anos de atuação, e a capacidade de multiplicação da iniciativa em outras dinâmicas e contextos sociais, fato que será melhor aprofundado nos resultados e discussões subsequentes.

## **6.2 Análise e discussão dos dados**

O arranjo organizacional envolvendo universidade, escolas, grupos de consumidores, grupos de agricultores e organizações de apoio vem fortalecendo uma rede de cidadania agroalimentar na Grande Florianópolis. Através da experiência das Células, articula-se e integra-se socialmente atores até então distantes, fomentando desta maneira a criação de um canal curto de comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos que representa uma importante contribuição para a consolidação da RCA da Grande Florianópolis, e para o avanço das relações de produção-consumo em rede, rumando para a construção social do mercado de orgânicos/agroecológicos no território.

Analisando o conjunto das CCR através da observação participante bem como dos questionários aplicados a consumidores e agricultores e relatos obtidos a campo, nota-se que a abordagem das RCA bem como da construção social de mercados está presente na iniciativa das Células.

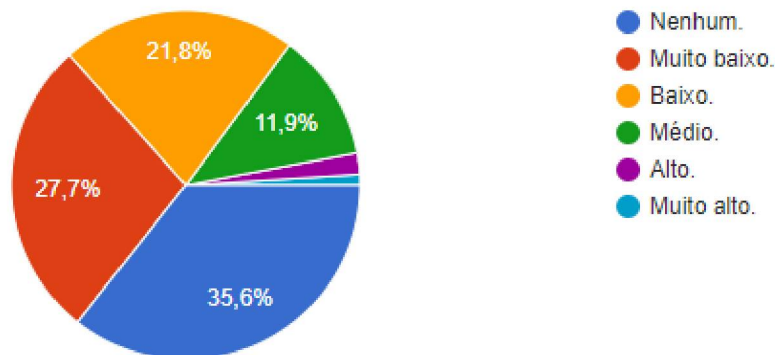
Como o exposto por Polanyi (2000, 2012) e Granovetter (1985, 1992), questiona-se o fato de que toda ação econômica em uma sociedade capitalista seja desprovida de motivações não econômicas, podendo-se afirmar que a ação econômica é socialmente situada, ou seja, ela encontra-se enraizada em redes de relacionamento pessoal e não em “indivíduos atomizados”. Nesse sentido observou-se que, há a presença do altruísmo nas relações estabelecidas no projeto das CCR, dado que os indivíduos integrantes da iniciativa têm a capacidade de levar em conta os interesses alheios, de forma a conseguir instituir formas de coordenação muito mais propícias aos processos de desenvolvimento, autogestão e reciprocidade. Isso fica evidenciado através da observação participante, uma vez que analisadas as relações estabelecidas entre produção e consumo, constata-se, portanto, que há a presença de valores como solidariedade, cooperação e a preservação/inclusão de outros atores na iniciativa.

No entanto, em análise aos questionários aplicados, evidencia-se que as relações de produção-consumo em termos de relação de proximidade entre as partes acabam por caracterizar-se como sendo de “laços fracos” (GRANOVETER, 1985), por tratar-se de um certo “desenvolvimento” entre os atores sociais, como podemos visualizar no gráfico a seguir:



Gráfico 1 – Nível de proximidade entre consumidores e agricultores no projeto CCR

101 respostas



Fonte: LACAF, 2019.

Nota-se que a grande maioria das respostas relacionadas ao nível de proximidade entre as esferas da produção e do consumo é de nenhum, muito baixo ou baixo (85%), tendo em vista que a comunicação é estabelecida virtualmente via WhatsApp, ficando destinada a combinar questões como pagamento e entrega dos produtos. É também por meio desta ferramenta que cada CCR é administrada, sendo que cada Célula possui um grupo específico onde participam todos os consumidores e os coordenadores do grupo de agricultores.

Analisando pela ótica proposta por Granoveter (1985, 1992) relacionada a teoria dos laços fracos, estes propiciam um maior desenvolvimento para a cadeia de relações dado o rompimento da barreira do território, e por estabelecer contato com pessoas de fora do seu círculo usual de convivência (laços fortes), ou seja, ligando indivíduos socialmente diferentes. A teoria dos “laços fracos” fica comprovada nesta etapa da pesquisa dado que, 85% dos consumidores relataram ter contato somente com a coordenação para tratar de questões administrativas, como realizar pedidos e pagamentos ou resolver eventuais problemas.

Apesar do nível de proximidade entre produtores e consumidores revelar-se inábil, pode-se afirmar a partir dos dados apresentados ao longo da análise desses que a iniciativa das CCR representa uma ação que integra e fortalece a Rede de Cidadania Agroalimentar da Grande Florianópolis, dado a geração de dinâmicas de mercado e consumo ético/responsável, a ampliação e abastecimento de produtos agroecológicos provenientes da agricultura familiar, a

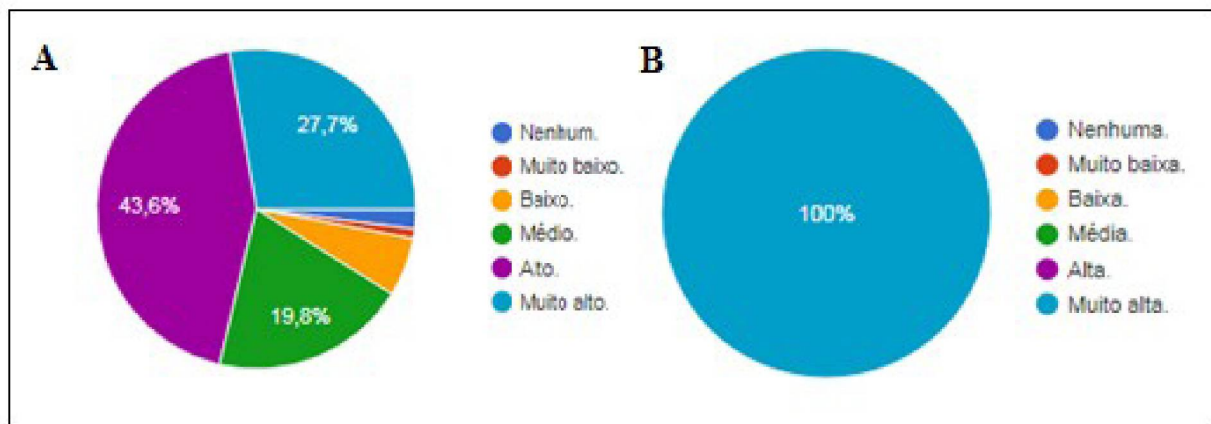
promoção do acesso a mercados alternativos, e a criação de novos arranjos entre produção e consumo, que propiciam a aproximação entre agricultores e consumidores.

Já ao analisarmos pelo aspecto da governança, intrínseco este a construção social dos mercados e às redes de cidadania agroalimentar, nota-se que o grau de participação social e coletiva é muito baixa, tendo em vista que apenas 8% dos consumidores participaram de visitas às propriedades dos grupos de agricultores que fornecem os alimentos regularmente, e, apenas 1% participaram de reuniões de autogestão das Células com a presença de agricultores e consumidores. Entende-se que as reuniões aliadas as visitas às propriedades dos agricultores sejam dois elementos de suma importância para o exercício da governança por parte dos consumidores, e conseqüentemente para a construção social dos mercados, revelando-se, portanto, insuficiente a participação social e coletiva relacionada a governança das CCR. Considera-se para tal análise a relevância do papel do consumidor como “coprodutor” e “cidadão-consumidor” na cadeia agroalimentar (PETRINI, 2009; RENTING, MARSDEN; BANKS, 2003; LAMINE; DAROLT; BRANDERBURG, 2012; NIEDERLE, 2018), que se desempenhadas com um alto grau de participação, poderiam vir a redesenhar práticas de produção, abastecimento e consumo e promover mudanças profundas em todo o sistema agroalimentar.

Outro aspecto que pode ser interpretado a partir desses dados é o fato de que se apenas 9% do total de consumidores entrevistados conhecem as propriedades em que são produzidos os alimentos entregues nas cestas e/ou os agricultores que produzem tais alimentos, tal informação tem relação direta com a dimensão informacional do produto, revelando que há um baixo conhecimento da origem e procedência do alimento que está sendo consumido.

Por outro lado fica evidente que tanto consumidores quanto agricultores desejam diminuir tal distanciamento, tendo em vista que em ambos os questionários aplicados aparece a afirmativa de que é muito importante o estreitamento de relações, sendo: alto e muito alto (70% das respostas contabilizadas pelos consumidores); e muito alto (100% das respostas contabilizadas pelos coordenadores de agricultores, como podemos visualizar no comparativo de gráficos a seguir:

Gráfico 2 – Nível de importância que os consumidores (A) e os coordenadores de agricultores (B) dão para o estreitamento de relações entre eles nas CCR



Fonte: LACAF, 2019.

Outro aspecto fundamental que deve ser salientado é a promoção do consumo consciente/crítico. Considera-se que a efetivação do consumo consciente/crítico só poderá ser viabilizada se realizadas ações em todo o sistema agroalimentar, articulando produção, consumo, e comercialização. Em justificativa a importância dada ao estreitamento de relações entre consumidores e agricultores no âmbito das Células, nota-se que o predomínio das respostas aponta para um consumo responsável/crítico, como indica as seguintes afirmativas:

*“Estreitar relações para efetivação da autogestão na relação direta entre consumidor e produtor” (Consumidor 97);*

*“Acho que a melhor certificação dos alimentos é a própria relação ética que se estabelece entre agricultores e consumidores” (Consumidor 36);*

*“A aproximação aumenta a credibilidade dos agricultores e o engajamento dos consumidores” (Coordenador dos agricultores – Grupo Flor do Fruto).*

Entende-se que, no geral, essas respostas levam a uma abordagem de um consumo crítico/consciente, tendo em vista a referência na generalidade das respostas, que apontaram para a conscientização dos entrevistados em poder ser ou vir a ser um agente transformador da

sociedade por meio do seu ato de consumo, tendo em vista a recorrência das frases ligadas a (i) empatia; (ii) valorização das partes envolvidas; e (iii) reciprocidade.

Nas perguntas abertas destinadas a analisar o entendimento dos consumidores sobre o que seria de fato um consumo responsável e quais eram as ações que eles realizavam no projeto que levariam ou não a aproximação da teoria à prática, tem-se que, a prevalência das respostas levam a um equilíbrio referente ao ato do consumo quanto a satisfação pessoal dos consumidores e a sustentabilidade social, econômica e ambiental presente na iniciativa. A maioria massiva dos entrevistados entende os preceitos básicos que englobam um consumo responsável/crítico conforme o exposto por Renting, Marsden; Banks (2003); Lamine; Darolt; Branderburg (2012) e Niederle (2018) na teoria, tal como pode-se perceber nas seguintes afirmações:

*“Ser um consumidor responsável passa por: 1) ter noção que somos obrigados a viver num sistema capitalista, mas que podemos amenizar os efeitos negativos dele, participando de iniciativas comunitárias que visam o maior bem comum, o bem para todos e de forma mais igualitária; 2) viver neste planeta da forma menos agressiva, menos poluente, o mais natural possível, preservando o meio e as pessoas; 3) dar valor e respeitar as diferenças culturais entre o urbano e o rural” (Consumidor 22).*

*“Buscar e fomentar uma alternativa aos mercados convencionais, que parta de pressupostos de uma economia solidária e agroecológica, configura um processo de responsabilização do consumo” (Consumidor 05).*

Há ainda a presença de diversas respostas que levam a conclusão de que o ato do consumo responsável/crítico vem sendo exercido na prática, uma vez que tanto consumidores quanto agricultores comprometem-se a cumprir o termo de responsabilidades compartilhadas das CCR (vide anexo 1), e que em maior ou menor grau, os consumidores encontram-se envolvidos na autogestão do projeto, demonstrando o seu compromisso pessoal e coletivo para com a sua Célula. Tal fato fica evidente na recorrência das frases ao longo das respostas ao questionário: (i)

ajudar na partilha; (ii) não desperdiçar alimentos; (iii) devolver de embalagens para serem reaproveitadas; (iv) levar sacolas plásticas para a partilha; e, (v) ter assiduidade nos pagamentos. Nota-se, portanto, uma maximização das consequências positivas e minimização das negativas nas escolhas de consumo, não só para si próprio, mas também em se tratando das relações sociais, econômicas e para com a natureza.

Além de ser composta por pessoas com perfis diferentes em cada CCR, a iniciativa revela-se democrática no sentido de reunir os mais diversos atores, com os mais diversos interesses, distintos e em comum, porém, que são unidos em prol de uma mesma causa: fazer parte de uma alternativa de mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade de Florianópolis. Nas CCR tem consumidor preocupado com o meio ambiente (90% dos entrevistados tem preocupação com o meio ambiente; 96% se preocupa com o fomento da agricultura local de base agroecológica; e, 47% com o respeito a sazonalidade dos produtos), tem consumidor preocupado com o relacionamento próximo com os agricultores (42% dos consumidores desejam obter uma relação mais próxima com agricultores e 27% gostaria de ter uma relação de amizade com os agricultores), e/ou em estabelecer algum grau de relacionamento entre consumidores (34% gostaria de obter uma relação mais próxima com outros consumidores). Alguns entrevistados relatam a importância de se conhecer a origem e procedência dos alimentos consumidos (79%); outros estão preocupados com a sua própria saúde e/ou da família (83% dos entrevistados revelam ter preocupação com aspectos relacionados à saúde, e 84% se preocupam com a qualidade do alimento); alguns optam por fazer parte da iniciativa dado o preço baixo e/ou comodidade (75% relata ter interesse em obter produtos orgânicos/agroecológicos a menores preços e 46% dado a comodidade de acesso ao alimento); e tem ainda aqueles que desejam conhecer novos produtos e, conseqüentemente, novas receitas (42% das respostas válidas contabilizadas).

Fato é que, valores como solidariedade, reciprocidade e cidadania aparecem presentes na iniciativa das CCR e são considerados como sendo fundamentais para o estabelecimento das redes, além de questões como proximidade geográfica e relacional entre produção e consumo, que estão da mesma forma estritamente ligadas aos critérios estruturantes de uma RCA (GOODMAN; SAGE, 2014; RENTING, MARSDEN, BANKS, 2003; RENTING; SCHERMER; ROSSI, 2012; LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDERBURG, 2012). A experiência das CCR

articula mobilização social e integração de atores socioeconômicos até então distantes. Para além da construção de um segmento de mercado para atender demandas de venda direta dos agricultores e aquisição de produtos orgânicos/agroecológicos pelos consumidores, a iniciativa pode ser entendida como uma iniciativa que promove a construção social do mercado (POLANYI, 2000; GRANOVETTER, 1985; SANCHEZ, 2008; SCHNEIDER; ESCHER, 2011; STEINER, 2007; PAULILO, 2012; BURAWOY, 2003) de orgânicos agroecológicos no território.

O modelo das CCR conta também com a presença de elementos de territorialização tida pelo mercado territorializado, onde a iniciativa denota forte apelo territorial dado o conjunto de espaço de decisão e suas interações combinadas entre proximidade geográfica e proximidade organizativa, tendo em vista a distância máxima de 200 km entre produção e consumo e as ações de gestão e responsabilidades compartilhadas entre produtores e consumidores. Para além dos benefícios relacionados ao abastecimento e distribuição alimentar via circuito curto de venda direta, as CCR são capazes de incorporar valores sociais ligados a solidariedade, cooperação e trocas não-monetárias, presentes estes nas relações estabelecidas entre consumidores e produtores, ao passo que estimula o desenvolvimento local e a territorialização da alimentação. Destaca-se que esse processo diverge de Célula para Célula, sendo em algumas mais presente do que em outras, onde muitas vezes a interação entre as esferas produção-consumo caracteriza-se mais como intencional do que prática.

Relacionado a demanda da fila de espera, que conta com aproximadamente 250 consumidores aguardando a criação de novas CCR nas proximidades de suas residências e/ou trabalho, conclui-se que se faz necessária a ampliação da quantidade de grupos de agricultores orgânicos capacitados ao abastecimento de novas Células. É essencial que adicionalmente aos esforços no eixo consumidor, ocorram ações de estímulo à conversão para produção orgânica/agroecológica, e, de organização de grupos de agricultores para o abastecimento das CCR visando a integralização da rede.

A crescente demanda de abertura de novas CCR e a ampla aceitação da comunidade que o Projeto vem apresentando, revela que o modelo é efetivo ao promover a aproximação entre produtores e consumidores por meio da revitalização de redes de relações produção-consumo. Essas, têm apresentado importantes respostas de retorno socioambiental aos sistemas agroecológicos de produção, e conseqüentemente também econômico para os agricultores, ao

mesmo tempo em que favorecem a reprodução das culturas alimentares regionais e sazonais. Segundo relatos, através das CCR os agricultores tem conseguido um significativo retorno econômico, fato que para além da preservação ambiental, tem gerado estímulos para a conversão ao modelo agroecológico de produção, um mercado que merece atenção por parte dos movimentos sociais, pesquisadores e formuladores de políticas públicas. Segundo depoimento:

*“no Projeto das Células a gente só planta o que já está vendido, tem essa certeza da venda, muito melhor do que na feira que você arriscar voltar pra casa tendo prejuízo. Só temos lucro assim. Pra nós isso ajuda muito a fazer girar a produção e também a planejar o que vai ser plantado e colhido lá na frente. No início, a gente não acreditava que essa história de plantar orgânico iria pra frente, mas num é que foi?!” (Agricultor 17).*

Importante destacar que o modelo das CCR está sendo replicado em Florianópolis e região de forma semelhante por outros grupos organizados de produtores e consumidores. Algumas dessas “réplicas de CCR” divergem na variação da quantidade de itens por cesta para mais ou para menos, ou no preço e/ou tamanho das cestas. Em alguns casos, fora identificado ainda a cobrança de uma taxa administrativa paga pelo consumidor, que varia em média de 20% a 30% do valor final da compra. O fato da iniciativa ser reproduzida e aperfeiçoada em outros contextos sociais e por outros grupos organizados espontaneamente afirma a aceção prospectada no início do Projeto, referente a consolidação de um modelo de tecnologia social<sup>23</sup> de venda direta por pedido antecipado (VDPA).

Considera-se, portanto, que esta tecnologia social cresceu significativamente não somente em termos de Células criadas por zonas e bairros da cidade (11) e em número de consumidores direta e indiretamente beneficiados via Projeto (aproximadamente 660), mas também contou com significativa expansão da tecnologia para outros contextos sociais, como o verificado através do mapeamento da RCA da Grande Florianópolis, que revelou que ao menos 10 réplicas de Células de Consumo Responsável foram criadas na cidade, inspiradas estas na proposta e modelo das CCR.

---

<sup>23</sup> Tecnologia Social (TC) trata da relação referente ao trânsito da economia informal para a Economia Solidária (ES) e seus empreendimentos (DAGNINO, 2014).

No entanto, embora a produção e o consumo de alimentos orgânicos esteja avançando consideravelmente em todo o mundo (ALTIERI; NICHOLLS, 2005; KRIPPNER *et al.*, 2004; GOODMAN, 2017; RENTIN, MARSDEN; BANKS, 2003; LAMINE, DAROLT; BRANDENBURG, 2012), ainda há entraves para o seu desenvolvimento, entre os quais, a garantia de acesso, ampliação e democratização dos alimentos orgânicos/agroecológicos para população, principalmente aquelas de baixo poder aquisitivo.

Nesse sentido a grande inovação das CCR é a redução dos intermediários e facilitação da logística (apenas um ponto de entrega comum aos consumidores), fato que permite uma maior remuneração para quem produz e uma economia para quem consome, além da comodidade de adquirir um alimento perto de seu local de moradia, trabalho, bairro, escola, universidade, etc. Também os pagamentos antecipados por ciclo mensal, ainda que esse se dê num curto espaço de tempo, viabilizam ao agricultor a “certeza da venda” bem como o planejamento da produção, o que também compõe o conjunto de fatores que propiciam a venda direta de alimentos orgânicos/agroecológicos ao consumidor a preços acessíveis e abaixo do praticado no mercado local.

Segundo o Boletim de preços dos alimentos orgânicos no varejo de Florianópolis – SC (GRADE; MERGEN, 2018), a acessibilidade econômica das cestas comercializadas via CCR é comprovada ao compararmos os preços da cesta básica de orgânicos, composta por raízes/tubérculos/bulbos, folhosas, hortaliças, frutos hortícolas e frutas, em diferentes canais de comercialização no varejo da cidade. O Boletim revelou que, nas feiras diretas o preço médio operado por quilograma do orgânico é de R\$ 9,67 kg, seguido de R\$ 12,82 kg nas lojas especializadas, e R\$ 23,00 kg nos supermercados. As CCR trabalham com um preço médio de R\$ 5,80 kg, sendo, portanto, o canal de venda direta de orgânicos/agroecológicos com os preços mais acessíveis do mercado local.

Relacionado ainda a acessibilidade, componente estritamente ligado à democratização do agroalimentar, justifica-se a não inserção do termo nas categorias analíticas que embasaram a presente pesquisa devido ao fato de que, especificamente no caso das Células, o acesso só é viabilizado se houver uma organização/mobilização social prévia de um coletivo de consumidores, elementos que antecedem a criação de uma CCR em determinada localidade. Nesse sentido, a criação da categoria analítica ‘governança’ se deu justamente para auxiliar na



análise mais aprofundada desse processo, que no caso das CCR, se dá desde a criação das mesmas.

O preço fixo das cestas e abaixo do praticado no mercado local de orgânicos garantem um preço acessível às mais diversas camadas socioeconômicas, fato que pode ser comprovado através da observação participante referente ao perfil dos consumidores das cestas, que variam desde funcionários públicos até estudantes de graduação. Por outro lado, essa questão do preço fixo, imposta como “regra do jogo” na criação do projeto via LACAF/UFSC é um fator polêmico em termos de aceitação por parte dos agricultores, que em relatos de campo, mostraram-se resistentes na afirmativa de que é necessário adequar os preços dos produtos a inflação sob a qual os insumos e custos de produção estão sujeitos, uma vez que o peso é também fixo.

Ao olharmos pela ótica da governança, esse aspecto imposto representa um entrave ao desenvolvimento de ações de autogestão conjunta, pois em modelos europeus anteriormente citados como os GÁS na Itália e as AMAPs’s francesas por exemplo, o preço dos produtos é definido conjuntamente entre agricultores e consumidores, onde objetiva-se para além da construção de um preço justo, também o exercício da democracia e cidadania agroalimentar, corroborando os estudos de Goodman; Sage (2014); Renting, Marsden; Banks (2003); Renting; Schermer; Rossi (2012); Lamine; Darolt; Branderburg (2012); Granovetter (1985); Brunori *et al.* (2012); Anjos; Caldas (2017); e Niederle (2018) relacionados a formação e ao desenvolvimento das redes de cidadania agroalimentar. No âmbito europeu, as AFN e os GÁS são interpretadas não somente a partir do prisma das modificações nos modelos de consumo e promoção dessas redes, mas também do ponto de vista da contribuição que oferecem à construção de um novo paradigma de desenvolvimento, fundado em bases territoriais (Ploeg et al., 2000; Renting, Marsden e Banks, 2003; Brunori et al. 2012). Por outro lado, sabe-se que a realidade europeia em termos socioeconômicos diverge muito da realidade brasileira, fato que se levado em conta, tal “imposição” relativa ao preço fixo, traduz-se em um importante limiar para a democratização do alimento orgânico/agroecológico em termos de acesso a esse tipo de mercado. Infere-se, portanto, que os elementos dessa tecnologia social que diferem de outros modelos tomados como inspiração, se adaptam melhor aos contextos do território em que vem sendo replicada.

Referente aos hábitos alimentares, destaca-se que com a adesão ao projeto das Células, tanto consumidores quanto agricultores passaram a repensar e modificar seus hábitos a mesa,

dado o fato dos alimentos respeitarem a sazonalidade das culturas e serem plantados conforme os ciclos naturais de cada estação. Segundo relatos:

*“hoje os agricultores do nosso grupo se tornaram muito mais herbívoros, consumindo mais verduras e folhosas como antes nunca tinham o hábito de consumir” (Coordenadora dos agricultores – Grupo Agrodea).*

Por fim, mas não menos importante, a categoria analítica referente a agroecologia trouxe a constatação de que a agricultura de base ecológica tem relação direta com a conservação da agrobiodiversidade nos locais de produção. Tal fato pode ser constatado através dos seguintes relatos:

*“as CCR’s permitiram que se preservasse e aumentasse a agrobiodiversidade, porque através da agroecologia busca-se as sementes crioulas, a diversidade de cultivos, tudo isso faz com que se tenha um equilíbrio maior na produção, um equilíbrio natural na questão de ataque de pragas, desenvolvimento das plantas, do solo, um equilíbrio que a diversidade traz, é um equilíbrio natural conquistado, vamos dizer assim.” (Coordenadora agricultores – Grupo Agrodea).*

*“As CCR’s contribuíram sim bastante com o aumento da diversidade porque a gente já trabalhava um pouco com feira, mas nunca se tinha uma diversidade. Nós nunca buscamos uma diversidade tão grande de toda a produção tanto de frutas, legumes, raízes, pra gente conseguir manter as cestas sem estar repetindo alimentos toda semana. (Coordenador agricultores – Grupo APAOC).*

Os relatos acima corroboram as teorias propostas por Gliessman (2000), Altieri (2001), Guzmán Casado et al. (2000) e Caporal et al. (2009), que evidencia a sincronicidade entre a natureza e as sociedades onde é exercida a atividade agrícola de base agroecológica, desde a

retirada dos insumos até o planejamento e produção dos alimentos desenvolvidos em harmonia com a natureza, de forma a possibilitar a conservação e o aumento da agrobiodiversidade local.

Também evidencia-se que a agroecologia apresenta relação direta com a valorização do território, da paisagem, cultura e identidade local, tal como podemos perceber através das afirmações:

*“através das Células, a gente consegue garantir uma riqueza ainda maior de produção nas propriedades, a gente consegue utilizar frutas, por exemplo, que as famílias tinham só pro consumo familiar que se perdia muito com excedentes porque não se vendia, hoje se vende tudo, inclusive frutas nativas que se tem e é possível estar disponibilizando nas cestas, muitas pessoas compram com muita saudades do tempo da infância, da vó, dos pais, então a gente tem bastante satisfação de receber esse retorno dos consumidores, da alegria deles de poder consumir um Ingá, um Araçá ou uma Guabiroba por exemplo; assim, a valorização da paisagem, cultura e identidade local se torna uma consequência quase que junto, não tem como não valorizar o local que a gente vive e se a gente tem orgulho de poder disponibilizar um alimento que traz essas lembranças da infância. Alimentos de qualidade com certeza a gente vai querer valorizar cada vez mais o espaço em que a gente vive, que a gente produz” (Agricultora 57).*

Legitima-se com as falas os estudos de Caporal et al. (2009) e Gliessman (2000) por exemplo, que afirmam que em um agroecossistema sustentável os componentes sociais e de base ecológica combinam-se em um sistema cuja estrutura e função refletem a interação das escolhas individuais, do conhecimento tácito local e os componentes ecológicos disponíveis, acarretando em um modelo de agricultura capaz de atender às demandas sociais e garantir que os recursos naturais sejam conservados.

Assim, a produção orgânica comercializada através do modelo das CCR sob formato de circuito curto de comercialização atua como agente promotor do desenvolvimento territorial e

sustentável, representando a construção social de uma alternativa ao mercado convencional. A partir do acesso a um mercado construído socialmente, tem-se, portanto, a construção de relações mais próximas entre agricultores e consumidores, o desenvolvimento de redes territoriais, a preservação e aumento da agrobiodiversidade, a valorização da identidade, cultura e paisagens locais, bem como a participação social e coletiva no processo. Os dados revelam, portanto, que o caso das CCR vai ao encontro das abordagens propostas pelas redes de cidadania agroalimentar e da construção social de mercados, ainda que algumas questões pontuais inerentes a governança por exemplo, devam ser melhor trabalhadas.

Relacionando as CCR com a teoria do Desenvolvimento à Escala Humana (DEH), tem-se que esta atua como uma alternativa que vai na contramão da racionalidade econômica. A iniciativa remete aos Satisfatores Sinérgicos<sup>24</sup>, criando alternativas de atendimento às necessidades humanas norteadas por outro tipo de racionalidade, tal como indicadas por Weber e Bourdieu nos estudos sociológicos de construção social de mercados e as ações dos consumidores enquanto mecanismos de concepção de identidades sociais e de estilos de vida. O arranjo socioproductivo das CCR não se limita apenas a instrumentalizar o ato da compra, muito pelo contrário, a CCR por si só constitui-se em satisfatores sinérgicos, pois implica em promover uma alimentação saudável (Satisfator Subsistência); estreitar as relações produção-consumo, ou ainda, personalizar as relações sociais, onde se reconhece as pessoas pelos seus nomes e suas histórias, ao invés do estabelecimento de uma relação puramente comercial entre produtor e consumidor (Satisfator Afeto); promove a consciência crítica e diminuição da pegada ecológica (Satisfator Entendimento); assume responsabilidades compartilhadas como sugere o consumo responsável/crítico (Satisfator Participação); confere ao alimento a dimensão informacional, tida pelo conhecimento de quem produziu, e ainda o reconhecimento do grupo enquanto Célula, despertando o senso de território (Satisfator Identidade); e, por fim, gera autonomia em relação a economia de mercado (Satisfator Liberdade).

Conclui-se que as Células de Consumidores Responsáveis (CCR) é uma tecnologia social que tem potencial de expansão na cidade de Florianópolis-SC, associada a ampla demanda por alimentos orgânicos, saudáveis e de origem conhecida, porém, o desenvolvimento e

---

<sup>24</sup> As necessidades humanas fundamentais são atributos essenciais e estão relacionadas à evolução humana; satisfatores são formas individuais ou coletivas de Ser, Ter, Fazer e Estar que visam a realização das necessidades (Max-Neef, 2012).

prosperidade dessas dependerá da ação social em dinâmicas sociais. A promoção, ampliação e democratização do consumo e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos de origem local é uma necessidade das cidades populosas para superar as lacunas e promover o redesenho do sistema agroalimentar hegemônico.

## **7 CONCLUSÕES FINAIS**

A abordagem da construção social de mercados traduz-se em espaços de interação social e não apenas no encontro entre oferta e demanda. Organiza e articula produção, abastecimento e consumo de alimentos através do estabelecimento de relações sociais em rede, estando entre os atores envolvidos produtores, consumidores, organizações sociais e comerciais, e instituições de apoio.

Tendo em vista a problemática de pesquisa relativa ao fato de que existem diversas iniciativas de comercialização de produtos orgânicos/agroecológicos presentes em Florianópolis que não “se articulam”, ocasionando dificuldades em termos de incremento de produção/distribuição, abastecimento/acesso e atuação em rede foi respondida. Através da literatura estudada que abrange a relevância de estudos inovadores em termos de desenvolvimento territorial expressados através da construção social dos mercados agroalimentares e temáticas correlatas (circuitos curtos de comercialização; redes agroalimentares alternativas; redes de cidadania agroalimentar), notória foi a contribuição teórico-metodológica à pesquisa e criação do produto técnico apresentado.

Frente ao estado da arte da tese, fora possível confrontar a teoria com a prática de modo a implementar os conceitos discutidos pelos autores na construção do produto técnico desenvolvido, bem como destacar os elementos que se revelaram factíveis frente a experiência empírica trazida tanto pelo Mapa da RCA da Grande Florianópolis quanto pelo caso das Células de Consumidores Responsáveis (CCR). Através da observação participante, do desenvolvimento prático da pesquisa e da extensão, constatou-se que, existe de fato uma rede atuante no território, que, apesar de não levar o nome de rede de cidadania agroalimentar, se faz presente e caracteriza-

se como sendo uma rede emergente e em pleno processo de desenvolvimento na cidade de Florianópolis-SC, em um processo factível de construção social de alternativas ao mercado de orgânicos/agroecológicos na cidade.

A contribuição da presente pesquisa foi, entre outras, identificar essa rede como tal e dar um nome a esse decurso que já vem se formando ao longo dos anos, além de, contribuir efetivamente para a problemática apresentada, de forma a mapear e reunir sob formato de mapa *on line* as diversas informações acerca das iniciativas de CCC e seus respectivos produtores e organizações de apoio à comercialização e produção de alimentos orgânicos/agroecológicos do território, trazendo, por fim, a análise da experiência das Células de Consumidores Responsáveis como estudo de caso específico.

Considera-se a RCA da Grande Florianópolis como resultado de uma construção social operada por agentes locais e territoriais, que expressam valores, crenças e motivações em comum, visando trazer benefícios ambientais, sociais e econômicos a todos os sujeitos envolvidos da cadeia. Ressalta-se que as iniciativas que fazem parte desse processo de desenvolvimento constante da RCA da Grande Florianópolis, incluindo o caso específico das Células de Consumidores Responsáveis, ao engajar os consumidores e redesenhar a cadeia de produção, comercialização, abastecimento e consumo de alimentos, integram uma Rede de Cidadania Agroalimentar em formação no território. Essa rede por sua vez, traduz-se em uma expressão de pluralidade da economia, constituída por diversas formas de produção e consumo, baseadas fundamentalmente na reciprocidade.

Respondendo ao objetivo geral e específicos da presente investigação, analisou-se teoricamente, metodologicamente e empiricamente a construção social de mercados orgânicos/agroecológicos através das alternativas e formação de redes de produção-consumo na cidade de Florianópolis – SC. Ao tratarmos das potencialidades da construção social dessas alternativas em termos de desenvolvimento, elucida-se que uma vez que mapeadas essas alternativas e identificados seus respectivos atores posicionados ao longo da cadeia de alimentos, a articulação e organização de consumidores para responder aos desafios de acessar alimentos bons, limpos e justos pode representar um caminho para a consolidação dessa rede que vem se formando e se desenvolvendo ao longo do tempo. Em termos de projeto Células de Consumidores Responsáveis, uma vez que formadas as CCR e estabelecidas as dinâmicas de

cooperação e funcionamento da iniciativa, a grande potencialidade encontra-se no avanço das ações voltadas para participação social e coletiva, governança e autogestão, pautadas estas na interação entre consumidor e produtor, além de claro, a replicabilidade da tecnologia social em outros contextos.

Como ponto de atenção dessa rede elucida-se a ausência da atuação de um conselho que venha a gerir as ações estratégicas da RCA, cidadãos que tenham essa figura representativa capaz de participar ativamente na gestão do sistema agroalimentar e exercer seus direitos e deveres. São as dinâmicas contemporâneas dos estudos dos mercados ligadas às redes de cidadania agroalimentar que elucidam a governança, tendo como pano de fundo debates importantes acerca da ampliação da ‘democracia alimentar’ e da ‘soberania alimentar’.

Outro ponto de atenção a ser destacado seria a formação de uma rede com estreita parceria entre o poder público, entidades não governamentais e organizações de agricultores e consumidores, o que nos leva a pensar em um conceito de sistema agroalimentar territorial definido como um conjunto diverso de atores do território, bem como das estruturas do setor de produção, abastecimento e consumo, incluindo ainda a pesquisa, assistência técnica, políticas públicas, órgãos reguladores e sociedade civil organizada.

Desta forma, ratifica-se que não deve-se pensar o desenvolvimento apenas como resultado das leis do Estado ou da economia política, da lógica mercantil, das agências multilaterais e dos padrões de acumulação de capital, mas sim, como resultado de um processo de interface com as particularidades de cada território, a ser instituído através da ação deliberada dos atores sociais e das organizações envolvidas, bem como da sociedade como um todo. Conclui-se, portanto, que podem ser encontradas formas de organização sociais fundamentadas nos princípios primordiais levantados por Polanyi por exemplo, dentro de uma realidade de economia substantiva que tem como valores norteadores a reciprocidade, a solidariedade, a cooperação e a autogestão, em contraponto ao lucro e às relações puramente monetárias, permanecendo a economia como mera função da organização social de determinado território.

Apesar dos desafios a serem superados, o arranjo presente no território da Grande Florianópolis caracteriza-se para além de uma alternatividade, um redesenho do sistema de abastecimento agroalimentar vigente, denotando ser uma resistência às lógicas dominantes dos

mercados agroalimentares, fato que vem acarretando em mudanças tanto nos territórios rurais de produção (periurbanos inclusive) quanto no urbano de consumo.

Referente as limitações de pesquisa, especificamente no caso das CCR, importante citar que um aspecto que representou um limitante para a pesquisa foi o fato que, devido ao tempo exíguo para defesa, ficara impossibilitado o envio de novos questionários que abarcassem amostras de respostas das onze células em funcionamento. Dado a diversidade de perfis de consumidores bem como de agricultores que fazem parte da iniciativa e as dinâmicas de organização que variam de CRR para CCR, considera-se que a análise da totalidade de Células atualmente em funcionamento viesse a trazer dados integrais em resposta ao tema central do estudo, bem como das categorias de análise e indicadores de pesquisa abarcados. Também, como a iniciativa é um projeto recente, sabe-se que durante esse um ano em que os dados foram coletados e analisados até o presente momento da defesa da tese, houve uma espécie de “fase de maturação” do projeto quanto proposta, havendo da mesma forma uma mudança nas relações produção-consumo e formas de participação social e coletiva.

Em termos de ferramenta do Mapa, um limitante é a impossibilidade de registro dos usuários da página, assim como da análise do perfil socioeconômico dos consumidores de orgânicos/agroecológicos que se utilizam dos CCC mapeados. Estudos futuros poderiam dedicar-se a analisar o perfil socioeconômico dos consumidores de orgânicos/agroecológicos no território, bem como o número de beneficiários diretos e indiretos por iniciativa mapeada, para então, gerar dados para pesquisas relativas a acessibilidade e democratização deste tipo de mercado no território.

Ainda, estudos futuros podem dedicar-se a investigar qual é o panorama atual e quais seriam as estratégias para aproximar as esferas da produção e do consumo de alimentos orgânicos/agroecológicos a fim de reconhecer mutuamente os desafios postos em termos de rede, para fazer a coordenação de esforços conjuntos entre os atores sociais que se organizam em torno da produção, abastecimento e consumo alimentar no território, visando a consolidação da RCA da Grande Florianópolis como uma grande rede de mercados alternativos, construído e gerido por e para os cidadãos, promovendo finalmente a democratização do agroalimentar. A construção de uma rede composta pelos diversos setores preocupados com a sustentabilidade dos sistemas



agroalimentares locais se bem articuladas, representariam a preparação do terreno para a consolidação de propostas políticas estruturantes e coletivamente desenvolvidas.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, L.C.S.; SAMPAIO, C.A.C. Bem viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. vol. 40, abril 2017. p. 231-251.
- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2000.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2001.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecology and the search for a truly sustainable agriculture**. United Nations Environment Programme PNUMA. 1ª ed, 2005.
- ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. Agroecología: única esperanza para la soberanía alimentaria y la resiliencia socioecológica. **SOCLA: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología**. jun. 2012.
- ANDREATTA, S.; WICKLIFFG, W. Managing farmer and consumer expectations: a study of a North Carolina farmers market. **Human Organization**, Boston, v. 61, n. 2, p. 167-176, 2002.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Uma resposta sólida a um regime agroalimentar em crise: o fenômeno GÁS na Itália. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.32, nº 95, mai.2017. p.1-18.
- AUBRY, C.; CHIFFOLEAU, Y. Le développement des circuits courts et l'agriculture périurbaine: histoire, évolution en cours et questions actuelles. **Innovations Agronomiques**: 2009. n.5, p. 53-67.
- BAQUERO, R. BAQUERO, M. Educação, capital social e democracia – buscando pontos de convergência. **Unisinos**. Vol.09, nº2, mai.2005. p.77-83.
- BAUDRILLARD, J. **Sociedade de consumo**. São Paulo: Elfos, 1995.
- BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1994.]
- BERNARD, H. R. **Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches**. Lanham, MD: AltaMira Press, 2005.
- BRASIL. Lei nº 11.326, 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República Casa Civil: Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, v. 185o da Independência e 118o da República. 24 de jul., 2006.

BOGDAN, R.C.; BIKKLEN, S.K. Plano de investigação. In: **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994. Parte II-p 81-109

BOURDIEU, Pierre. O mercado de bens simbólicos. In: MICELI, Sergio (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **La distinction: critique sociale du jugement**. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, P. **The forms of capital, handbook of theory an research for sociology education**. Nueva York: Greenwood Press, 1985.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2011, 2ªed. 556p.

BREEN, T.H. **The markeplace of revolution: how consumer politics shaped American independance**. New York: Oxford University Press, 2004.

BUCK, Daniel; GETZ, Christina; GUTHMAN, Julie. From farm to table: The organic vegetable commodity chain of Northern California. **Sociologia ruralis**. v. 37, n. 1, p. 3-20, 1997.

BURAWOY, Michael. For a sociological marxism: the complementary convergence of Antonio Gramsci and Karl Polanyi. **Politics Society**, v.31, p. 93-168, 2003.

BRUNORI, G.; ROSSI, A.; GUIDI, F. (2012). On the new social relations around and beyond food: analyzing consumer's role and action in Gruppi di Acquisto Solidale (Solidary Purchasing Groups). **Sociologia Ruralis**. vol.52, nº 1, jan.2012. p. 1-30.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo, SP: Cultrix, 1996.

CAPORAL, F. R. et al. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.

CASSARINO, J. P. **Dimensões iniciais necessárias à Agroecologia como proposta transformadora para o desenvolvimento rural no Brasil**. In: Simpósio de Geografia Agrária, 5, 2009, Niterói – RJ. Anais. Niterói-RJ: UFF, 2009, p. 1-19.

CASSOL, A. **As instituições tácitas e formais e as novas formas de interação social no meio rural**. Trabalho de conclusão de Curso em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UFRGS, Porto Alegre, 2010.

DALLARI. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAROLT, M. R. et. al. Redes alimentares alternativas e novas relações produção consumo na França e no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, n. 2, v. XIX. São Paulo, abr.-jun. 2016.

DAROLT, M.R. **Conexão Ecológica: novas relações entre produtores e consumidores**. Londrina: IAPAR, 2012. 162 p.

DINIZ, N. Entre Rio-92 y Johannesburgo-2002, Sostenibilidad del Desarrollo en América Latina y el Caribe: Eramos Felices y No Sabíamos. **Revista Ambiente y Desarrollo**, v. 18, n. 1, p. 60-69, 2002.

DUBUISSON-QUELLIER, S.; LAMINE, C.; LE VELLY, R. Citizenship and Consumption: Mobilisation in Alternative Food Systems in France. **Sociologia Ruralis**. vol. 51, nº 3, 2011. p.304-323.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

FORNO, F. Consumatori in ‘movimento’: il consumo critico come forma di partecipazione politica, in P. Graziano (org.), **GASP: Gruppi di acquisto solidale e partecipativo**, Milano, Punto Rosso, 2009.

FORNO, F.; GRAZIANO, P. R. Sustainable community movement organisations. **Journal of Consumer Culture**, vol. 14, nº 2, 2014, p.139–157.

FRANÇA, C. G. de.; GROSSI, M. E. D.; VICENTE, P. M. de A. M. **O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009.

FRIEDMANN, H. After Mida’s Fest: alternative food regimes for the future. In: ALLEN, P. (ed.) **Food for the future**. California: John Wiley and Sons, Inc. 1993, p.213-233.

GENTILLI, P. 2000. Qual educação para qual cidadania? Reflexões sobre a formação do sujeito democrático. In: J. C. de AZEVEDO *et al.* (Orgs.). **Utopia e democracia na educação cidadã**. Porto Alegre: UFRGS, p. 143-156.

GIDDENS, A.; LASH, S.; BECK, U. **Modernização reflexiva**. Política, tradição e estética na ordem social moderna. 2ª ed. Editora da UNESP, 2012.

GODOY, A. M. G. Padrão de desenvolvimento e Meio Ambiente, paper. Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, MADE.

GOODMAN, D. Rethinking food production-consumption: integrative perspectives. **Sociologia Ruralis**, vol.42, nº4, October 2002. p.271-277.

GOODMAN, D. Espaço e lugar nas redes alimentares alternativas: conectando produção e consumo. In: **Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar**. GAZZOLA, M. SCHNEIDER, S. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. **Journal of Rural Studies**, vol. 19, nº 1, 2003. p. 1-7.

GOODMAN, D. Rural Europe redux: reflections on alternative agro-food networks and paradigm change, **Sociologia Ruralis**, vol. 44, nº 1, 2004. p. 03–16.

GOODMAN, D., GOODMAN, M. Alternative food networks. **International encyclopedia of human geography**, v.3, 2009. p. 208-220.

GOODMAN, M. K.; SAGE, C. **Food transgressions: Making sense of contemporary food politics**. Ashgate Publishing Ltd, 2014. 250 p.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias. Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRADE, M.; MERGEN, C. **Boletim de preços dos alimentos orgânicos no varejo de Florianópolis – SC**. Florianópolis: UFSC, 2018.

GRANOVETTER, Mark S. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **American Journal of Sociology**, Chicago, vol. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, M. Economic Institutions as Social Constructions : A Framework for Analysis. **Acta Sociologica**, vol. 35, n. 1, p. 3–11, 1992.

GRAZIANO, P. “I Gas: un movimento di pressione”, in P. Graziano (org.). **GASP: Gruppi di Acquisto Solidale e Partecipativo**. Milano: Punto Rosso, 2009.

GLIC, A. *et al.* Green Consumption or Sustainable Lifestyles? Identifying the Sustainable Consumer. **Futures**, vol.37, n.6, 2005. p 481–504.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2000.

GUILIANI, G.M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.5, n.14, p. 59-67, out. 1990.

GUIMARÃES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**. v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.

GUZMÁN CASADO, G. I. et al. **Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi - Prensa, 2000.

GUTHMAN, Julie. The trouble with ‘organic lite’ in California: a rejoinder to the ‘conventionalisation’ debate. **Sociologia ruralis**. v. 44, n. 3, p. 301-316, 2004.

IBGE. **Censo de 2018: População Estimada**, Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, 2018. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/florianopolis/panorama>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

- JOHNSTON, J. The citizen–consumer hybrid: ideological tensions and the case of Whole Foods Market. **Theory and Society**, vol. 37, nº 1, 2008. p. 229–270.
- KHATOUNIAN, Carlos Armênio. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.
- KNEAFSEY, M. *et al.* **Short Food Supply Chains and Local Food Systems in the EU: A State of Play of their Socio-Economic Characteristics**. Joint Research Centre Scientific and Policy Reports. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013.
- KRIPPNER, G. *et al.* Polanyi Symposium: a conversation on embeddedness. **Socio Economic Review**, Oxford, v. 2, n. 1, p. 109-135, jan. 2004.
- LAMINE, C.; DAROLT, M.; BRANDENBURG, A. The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil. **International Journal of Sociology of Agriculture and Food**. vol.19, nº3, 2012. p.383-401.
- LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G; BOUTIN, G. **Investigação qualitativa fundamentos e práticas**. 3ªed. Tradução de Maria João Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 184 p.
- LYSON, T.A. Civic agriculture and community problem solving. **Culture and Agriculture**. vol. 27, nº 2, 2005. p. 92–98.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, v. 40, n.4, p. 424-438, 2000.
- MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. The Social Management of Rural Nature: Understanding Agrarian Based Rural Development. **Environment and Planning**. v. 34, p. 809-825, 2002.
- MARX, Karl. Formas que precedem a produção capitalista. In: Marx, Engels, Lênin. **Sobre as sociedades pré-capitalistas**. Lisboa, Seara Nova, 1976.
- MARSDEN, Terry. **New Rural Territories: regulating the differentiated rural spaces**. Journal of Rural Studies. vol. 14, n.1. Elsevier: 1998. p. 107-117.
- MAX-NEEF, M. **Desenvolvimento à escala humana**. Blumenau: Edifurb, 2012.
- MAY, T. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. 2001. Porto Alegre, Artemed.
- MENNEL, S. All manners of food (eating and taste in England and France from the middle ages to the present). In: POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. 286 p.

MICHELETTI, M. La svolta dei consumatori nella responsabilita` e nella cidadinanza. **Partecipazione e Conflitto**, nº. 3, 2009. p.17–41.

MURDOCH, J.; MARSDEN T. K; BANKS, J. Quality, nature, and embeddedness: some theoretical considerations in the context of the food sector. **Economic Geography**, 2000. p.107-125.

MARÉCHAL, G. **Les circuits courts alimentaires: bien manger dans les territoires**. Editions Educagri, 2008.

NIEDERLE, Paulo André. Construção social de mercados e novos regimes de responsabilização no sistema agroalimentar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**, v.10, n.2, jun.2013. p.4-7.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **A agroindústria familiar na região das Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida**. In: CONGRESSO DA SOBER, 47., 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da SOBER. Porto Alegre: SOBER, 2009.

NIEDERLE, P. A. WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NODARI, R. O. ; TENFEN, S.Z.A. ; DONAZZOLO, J. Biodiversidade: ameaças e contaminação por transgenes. **Revista Internacional de Direito e Cidadania, Biodiversidade**. p. 1-13, 2011.

NORRIS, P. **Critical Citizens**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

ORGANICS BRASIL. Organics Brasil mostra tendências do setor em congresso na Alemanha. **Organics Brasil Imprensa**. São Paulo, 2016.

OOSTINDIË, H.A.; PLOEG, J.D. VAN DER; BROEKHUIZEN, R.E. VAN; VENTURA, F.; MILONE, P. The central role of nested markets in rural development in Europe. In: A comparative analysis or fural development processes in China, Brazil and the European Union Rome: **Rivista di Economia Agraria**. vol. 65, n. 02. pp. 191-224, 2011.

PATEL, R. Food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, vol. 36, n. 3, 2009. p. 663–706.

PAULILO, M.I. Resenha do Livro A grande Transformação: as origens de nossa época – Karl

POLANYI. **Sociedade em Debate**, Pelotas. vol. 18, n. 04. pp. 141-149, jul.-dez./2012.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008. 197 p.

PETRINI, Carlo. **Slow Food: Princípios de uma nova gastronomia**. São Paulo: Editora Senac, 2009. 245 p.

PIERRI, N. Historia del concepto de desarrollo sustentable. In: FOLADORI, G.; PIERRI, N. Sustentabilidad? **Desacuerdos sobre desarrollo sustentable**. México: H. Cámara de Diputados; Universidad de Zacatecas; Miguel Ángel Porrúa, 2005, p. 27-81.

PIMBERT, M. **Towards Food Sovereignty: Reclaiming Autonomous Food Systems**. London: IIED, 2009.

PLOEG, J. D. Mercados aninhados recém criados: uma introdução teórica. In: TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 4, 2011. pp. 419-430.

PLOEG, Jan Douwe Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sérgio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

PLOEG, J. D. JINGZHONG, Y.; SCHNEIDER, S. Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union. *Journal of Peasant Studies*. vol. 39, n. 01, 2012. pp.133–173.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

POLANYI, Karl. A subsistência do homem e ensaios correlatos. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

PORTILHO, F. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Revista Política e Sociedade**. v. 8, n. 15, out. 2009. p. 199-224.

POULAIN, Jean-Pierre. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. ed. Tradução de Rossana P.C. Proença. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013. 286 p.

PUTNAM, R.D. **Capital social e democracia: a vida comunitária anima o desenvolvimento e a política**. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1995.

QUINTANA, A. C.; HACON, V. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **Revista O Social em Questão**. Ano XIV, n. 25/26, 2011.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol.20, nº57, fev. 2005. p.127-142.



- RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding Alternative Food Networks: exploring the role of short food supply chain in rural development. **Environment and Planning A**, vol.35, p.393-411, 2003.
- RENTING, H.; SCHERMER, M.; ROSSI, A. Building food democracy: exploring Civic Food Networks and newly emerging forms of food citizenship. **International Journal of Sociology of Agriculture & Food**. vol 19, nº. 3, p. 289-307, 2012.
- ROOSET, P. ALTIERI, M. **Agroecología: Ciencia y política**. Estudios críticos agrários. Sociedad Científica Latino-americana de Agroecología (SOCLA). Gráficas Riobamba. Ecuador. 2017. p. 21-199.
- ROVER, O. J. **Redes de poder e governança local: análise da gestão político administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina**. Tese (doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 251, 2007.
- ROVER, O. J.; RIEPI, A. J. A relação entre comercialização de alimentos e princípios agroecológicos na rede de cooperativas da reforma agrária do Paraná/ Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. vol 38, p. 663-682, 2016.
- ROVER, O. J.; LAMPA, F. M. Rede Ecovida de Agroecologia: articulando trocas mercantis com mecanismos de reciprocidade. **Agriculturas**. vol. 10, nº 02. p 22-25, 2013.
- SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. Organização e Tradução de Paulo H. F. Vieira. São Paulo: Cortez, 2007.
- SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; HENRÍQUEZ Zuniga, Christian; FUDERS, Felix. Ecosocioeconomías: un concepto en construcción. **Revista FAEEBA**. v.27, p.13-25, 2018.
- SANCHÉZ, A. L. La crítica de la economía de mercado en Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 86/99, p. 27-54, 2008.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear Outras Soluções: Os Caminhos da Biodiversidade e dos Conhecimentos Rivaís**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produzir para viver: sonhos para a produção não capitalista**. 2.ed. Porto Alegre, RS: Afrontamento, 2003. 438 p.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo Território**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.60-81, fev. 2006.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio;

SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular / Unesp, 2009. p. 73-94.

SCHNEIDER, S; GAZOLLA, M. **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

SCHNEIDER, S; ESCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**. vol.13, nº27, ago.2011. p. 180-219.

SCHUBERT, M.; SCHNEIDER, S. Construção social de mercados e as tendências de consumo: o caso do Pavilhão da Agricultura Familiar da EXPOINTER (RS). **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 52, N. 3, p. 373-382, set/dez 2016.

SCHULTZ, G. Relações com o mercado e (re)construção das identidades socioprofissionais na agricultura orgânica. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Org.). **Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2011.

SETUR. História. **Prefeitura de Florianópolis**. Florianópolis, fev. 2019. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=historia>>. Acesso em: 03 de jul. 2019.

STEINER, Philippe. **Les marchés agroalimentaires sont-ils des “marchés spéciaux”?** Première version présenté au colloque “Les marchés agroalimentaires”, mars 2006, organisé par Fabrice Dreyfus à l’INRA: Montpellier, 2007.

SILVA, José Graziano da. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SOPER, K. Re-thinking the ‘Good Life’: the citizenship dimension of consumer disaffection with Consumerism. **Journal of Consumer Culture**, vol. 7, n. 2, 2007. p. 205–229.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São paulo: Cortez, 1986.

TREGGAR, A. Progressing knowledge in alternative and local food networks: critical reflections and a research agenda. **Journal of Rural Studies**, v. 27, n. 4, p. 419-430, 2011.

VIOLA, Eduardo. **A globalização e a política ambiental no Brasil na década de 90**. Paper apresentado no XVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambú, 1994, 20 p.

WILKINS, J. L. Eating right here: moving from consumer to food citizen. **Agriculture and Human Values**. vol. 22, n. 3, 2005. p. 269–273.

WILKINSON, J. 2003. Agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 11, n. 2, p. 62-87, 2003.

WILKINSON, J. Os mercados não vêm mais do "Mercado". In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M.A.; SCHNEIDER, S. (Orgs.) **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2016.

WITTMANN, H.; DESMARAIS, A.A.; WIEBE, N. **Food Sovereignty: Reconnecting Food, Nature and Community**. Oxford: Pambazuka, 2010.

YATES, L. S. Critical consumption. Boycotting and buycotting in Europe. **Journal of European Societies**. vol. 13, n. 2, 2011. p. 191-217.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZELIZER, V. A. Beyond the Polemics on the Market: Establishing a Theoretical and Empirical Agenda. **Sociological Forum**, v. 3, n. 4, p. 614–634, 1988.

ZOLDAN, P. C.; MIOR, L. C. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina em 2010**. Florianópolis: Epagri, 2012. 94p.

ZUKIN, S.; DIMAGGIO, P. Introduction. In: **Structure of capital: the social organization of the economy**. New York: Cambridge University Press, 1990.

**APÊNDICES****1. Questionário aos consumidores da Célula de Consumidores Responsáveis (CCR)**

1. De qual Célula de Consumidores Responsáveis - CCR você participa?

- a) CCR UFSC
- b) CCR CCA
- c) CCR ARQTEC
- d) CCR CRAS-CAPOEIRAS
- e) CCR FETAESC
- f) CCR EFAZ
- g) CCR SOCIESC

2. Qual é o seu nível de proximidade com o grupo de agricultores?

- Nenhum
- Muito baixo
- Baixo
- Médio
- Alto
- Muito alto

3. Você tem contato com outros agricultores além dos da coordenação? Pode assinalar mais de uma opção.

- Não, somente com a coordenação dos agricultores
- Sim, via *WhatsApp*
- Sim, já tive contato por participar das visitas semestrais às propriedades
- Sim, criei uma relação de amizade após o projeto

Outro: \_\_\_\_\_

4. Qual é o nível de importância que você dá para o estreitamento de relações entre consumidores e agricultores? \* Justifique sua resposta.

- Nenhum
  - Muito baixo
  - Baixo
  - Médio
  - Alto
  - Muito alto
- 

5. Quais dos aspectos a seguir te fariam se sentir mais próximo dos agricultores? Pode assinalar mais de uma opção.

- Visitas semestrais às propriedades
- Reuniões
- Rodas de conversa
- Oficinas participativas

Outro: \_\_\_\_\_

6. Das suas ações em relação ao projeto, quais delas você considera ser parte de um consumo responsável? \* Justifique sua resposta.

---

7. O que você entende por “consumidores responsáveis” ou o ato de ser um consumidor responsável? \* Justifique sua resposta.

---

8. Qual o seu nível de satisfação referente à relação preço-qualidade do produto? Justifique sua resposta.

- Muito bom
- Bom

- Razoável
  - Insatisfatório
- 

9. Qual o seu nível de satisfação com a quantidade e diversidade de alimentos que recebe semanalmente? Justifique sua resposta.

- Muito bom
  - Bom
  - Razoável
  - Insatisfatório
- 

10. Quão satisfatória você considera sua experiência no projeto das CCR? Justifique sua resposta.

- Muito boa
  - Boa
  - Razoável
  - Insatisfatória
- 

11. Dentre os itens a seguir, o que faz você permanecer no projeto das CCR?

Dê uma nota de 0 a 5 para cada item conforme a importância que o mesmo tem para você, sendo Nada importante 0 e 5 Muito importante.

- Preocupação com aspectos relacionados à saúde
- Obter produtos orgânicos/agroecológicos a menores preços
- Fomento a agricultura local de base agroecológica
- Conhecimento da origem e procedência do alimento
- Obter uma relação mais próxima com agricultores
- Relação de amizade com os agricultores
- Obter uma relação mais próxima com outros consumidores
- Preocupação com o meio ambiente

- Comodidade de acesso ao alimento
- Qualidade do alimento
- Conhecer novos produtos e, conseqüentemente, novas receitas
- Sazonalidade dos produtos

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

12. Quais dos seguintes aspectos você considera necessário rever no projeto? Escolha quais são os mais importantes, colocando nº 3 para o mais importante; nº 2 para intermediária; e nº 1 para menos importante.

- Peso das cestas alto, dificultando o consumo de todos alimentos e gerando desperdício
- Peso das cestas baixo, não atendendo a necessidade de quem consome mesmo com os adicionais
- Não ter a possibilidade de escolher os produtos que vem na cesta
- Pouca diversidade de produtos nas cestas
- Pouca diversidade de produtos na lista de adicionais
- Qualidade do alimento
- Frequência de partilhas semanal
- Necessidade de fortalecer mais o contato com agricultores (Ex: visitas à campo)
- Necessidade de fortalecer mais os laços entre consumidores (Ex: encontros)
- Melhorar a autogestão do grupo (Ex: reuniões, encontros, rodas de conversa)
- Restringir os assuntos no grupo do WhatsApp apenas questões de administração da CCR (sem trocas de receitas, assuntos políticos, etc)

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

13. Diante da sua experiência com o projeto, qual seria a possibilidade de você continuar participando? Justifique sua resposta.

- Nenhuma
- Muito baixa
- Baixa
- Média

- Alta
  - Muito alta
- 

**2. Questionário aos coordenadores do grupo de agricultores da Célula de Consumidores Responsáveis (CCR)**

**1.** De qual Célula de Consumidores Responsáveis - CCR você participa?

- a) CCR UFSC
- b) CCR CCA
- c) CCR ARQTEC
- d) CCR CRAS-CAPOEIRAS
- e) CCR FETAESC
- f) CCR EFAZ
- g) CCR SOCIESC

**2)** Qual é o seu nível de proximidade com o grupo de consumidores? Justifique sua resposta.

- Nenhum
  - Muito baixo
  - Baixo
  - Médio
  - Alto
  - Muito alto
- 

**3)** Qual é o tipo de contato entre você e os consumidores? Pode assinalar mais de uma opção.

- Virtual/WhatsApp.
- Visitas semestrais às propriedades do grupo de agricultores.
- Reuniões com a presença de agricultores e consumidores.



Outro: \_\_\_\_\_

**4)** Qual é a sua avaliação quanto ao tratamento que o grupo de consumidores tem com o grupo de agricultores? Justifique sua resposta.

- Muito bom
  - Bom
  - Razoável
  - Insatisfatório
- 

**5)** Qual é o nível de importância que você dá para o estreitamento de relações ente consumidores e agricultores? Justifique sua resposta.

- Nenhum
  - Muito baixo
  - Baixo
  - Médio
  - Alto
  - Muito alto
- 

**6)** Quais dos aspectos a seguir te fariam se sentir mais próximo dos consumidores? (pode assinalar mais de uma opção). Justique sua resposta.

- Visitas semestrais às propriedades.
- Reuniões.
- Rodas de conversa.
- Oficinas participativas.

Outro: \_\_\_\_\_

**2. Roteiro de entrevistas aplicadas com os coordenadores dos agricultores e agricultores, relativo a categoria analítica Agroecologia:**

1) Após a entrada do grupo no projeto das CCR, houve uma preservação e/ou aumento da agrobiodiversidade local? Se sim, por favor descreva como foi o processo:

---

---

---

2) As CCR contribuíram para a valorização das paisagens locais, da cultura e/ou da identidade local? Se sim, por favor descreva como foi o processo:

---

---

---

**ANEXOS****Responsabilidades compartilhadas entre produtores e consumidores das Células de Consumidores Responsáveis (CCR) - modelo oferecido pelo LACAF/UFSC.**

Neste documento reunimos as responsabilidades que regulamentarão as práticas da Célula de Consumidores Responsáveis (CCR) (nome XXX), as quais os (as) participantes desta iniciativa declaram estar de acordo. Destacamos que estas responsabilidades serão alvo de análise e mudanças, se necessário, em reuniões de avaliação e replanejamento da CCR.

**I. RESPONSABILIDADES DOS CONSUMIDORES:**

- A. Fornecer todas as informações solicitadas na ficha de cadastro.
- B. Escolher o modelo de cesta e realizar o pagamento via depósito na conta bancária do grupo de agricultores NOME (Banco XXXX; Agência: XXXX; C/c: XXXX, titular da conta: XXXX, CPF: XXXX), referente ao nº de cestas do mês. Este pagamento deverá ser realizado até o dia 10 de cada mês.
- C. Estar ciente que ao entrar no ciclo receberá as cestas semanalmente, salvo quando houver algum imprevisto por parte do consumidor/a. Nestes casos é obrigatório que o mesmo avise até a XXX-feira (às XXXh) da semana na qual não retirará os alimentos. Este aviso deve ser feito diretamente para o WhatsApp do(a) coordenador(a) do grupo de agricultores. A cesta não retirada em uma semana, até o máximo de 2 semanas não retiradas num ciclo mensal, permanecerá como crédito para o consumidor neste ciclo mensal ou no ciclo seguinte.
- D. Realizar o pedido de itens adicionais em cada semana até XXX-feira às XXXh, com pagamento até XXX-feira às XXXh.
- E. Enviar comprovantes de pagamentos do ciclo mensal e de pagamento de produtos avulsos solicitados, para o WhatsApp do(a) coordenador(a) do grupo de agricultores.
- F. Usar o WhatsApp do Grupo “CCR XXX” apenas para fins que envolvam interesse do coletivo.
- G. Tratar as questões administrativas da CCR diretamente com a coordenação do grupo de agricultores.

- H. Quando se tratar de alimentos com disponibilidade restrita deverá fazer o pedido diretamente para o WhatsApp do(a) coordenador(a) do grupo de agricultores e aguardar confirmação de disponibilidade.
- I. Retirar sua cesta no local e endereço, às XXXh do dia XXX da semana, no período entre XXX horas e XXX horas (horário de retirada acordado entre consumidores, agricultores e responsáveis pelo local).
- J. A não retirada das cestas no período indicado no item "i", sem aviso e organização prévia com a equipe de coordenação, conforme consta no item "c", implicará na doação das mesmas para grupo ou organização social definido previamente pelos consumidores.
- K. Estimular a participação de outras pessoas para viabilizar a iniciativa.
- L. Contribuir com o valor de R\$ XX,XX, referente a uma caixa plástica para garantir a qualidade dos alimentos e eliminar o uso de sacolas plásticas.
- M. Trazer suas sacolas para retirar os alimentos.
- N. Manter o Ponto de Entrega com a mesma organização que encontrou.
- O. Dar retornos (*feedbacks*) quanto a questões a melhorar, ideias e sugestões.
- P. Ter consciência de que este é um projeto em construção/experimental, demonstrando paciência e cordialidade, assim como disponibilidade e reflexividade para superar eventuais percalços que uma experiência coletiva aportam.

## II. RESPONSABILIDADES DOS AGRICULTORES:

- A. Garantir o peso aproximado de 4,5 kg, o número mínimo de itens que compõem a cesta pequena (2 tipos de folhosas, 1 a 2 tipos de frutas, 2 tipos de legumes, 1 a 2 tipos de raiz/tubérculos, 2 tipos de temperos/chás), ao valor de R\$29,00 semanais.
- B. Garantir o peso aproximado 9 kg, número mínimo de itens que compõem a cesta grande (4 tipos de folhosas, 2 tipos de frutas, 3 tipos de legumes, 2 tipos de raiz/tubérculos, 2 tipos temperos/chás, 1 tipo de grão), ao valor de R\$53,00 semanais.
- C. Disponibilizar previamente, a cada semana, a lista de produtos que compõem as cestas pequenas e grandes, assim como dos itens adicionais disponíveis, até XXX-feira (dia da semana).

- D. Receber e sistematizar os pedidos dos consumidores.
- E. Confirmar aos consumidores o recebimento do pagamento, via WhatsApp.
- F. Utilizar a ferramenta do WhatsApp denominada "linha de transmissão" para se comunicar com os consumidores quanto às funções administrativas da CCR.
- G. Responsabilizar-se com a logística de fornecimento dos alimentos, com entrega semanal no XXX (dia da semana).
- H. Ter consciência de que este é um projeto em construção/experimental, demonstrando paciência e cordialidade, assim como disponibilidade e reflexividade para superar eventuais percalços que uma experiência coletiva aportam.